



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

Santa Maria/RS, 27 de março de 2018



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e demais orientações disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União. A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha, foi a subunidade responsável pela composição do documento.

Santa Maria/RS, 27 de março de 2018

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

**AUDIN** - Auditoria Interna  
**CAAD** - Comitê Assessor de Administração  
**CAI** - Coordenações de Ações Inclusivas  
**CCONT** - Coordenação de Contabilidade  
**CD** - Cargo de Direção  
**CEFET** - Centro Federal de Educação Tecnológica  
**CGU** - Controladoria Geral da União  
**CODIR** - Conselho de Dirigentes  
**CONSUP** - Conselho Superior  
**COPSIA** - Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo  
**CTI** - Coordenação de Tecnologia de Informação  
**DAD** - Diretor de Administração  
**DAE** - Direção de Assistência Estudantil  
**DAR** - Documento de Arrecadação Municipal  
**DARF** - Documento de Arrecadação das Receitas Federais  
**DNIT** - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
**EAD** - Ensino a Distância  
**EAFA** - Escola Agrotécnica Federal de Alegrete  
**EBTT** - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico  
**EGTI** - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação  
**ENAP** - Escola Nacional de Administração Pública  
**e-OUV** - Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal  
**ESAF** - Escola de Administração Fazendária  
**e-SIC** - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão  
**FCC** - Função Comissionada de Coordenação  
**FG** - Função Gratificada  
**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
**GESPÚBLICA** - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização  
**GP** - Guia de Recolhimento da Previdência Social  
**GRU** - Guia de Recolhimento da União  
**GT** - Grupo de Trabalho  
**IFFar** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha  
**IGC** - Índice Geral dos Cursos  
**IN** - Instrução Normativa  
**LOA** - Lei Orçamentária Anual  
**MEC** - Ministério da Educação  
**MPOG** - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**NBCT** - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público  
**NC** - Nota de Movimentação de Crédito  
**ND** - Nota de Dotação  
**NL** - Nota de Lançamento  
**NS** - Nota de Sistema  
**OB** - Ordem Bancária  
**OFSS** - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
**OI** - Orçamento de Investimento  
**PAC** - Programa de Aceleração de Investimento  
**PAD** - Processo Administrativo Disciplinar  
**PAINT** - Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna

**PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional  
**PDTI** - Plano de Desenvolvimento da Tecnologia de Informação  
**PF** - Pessoa Física  
**PF** - Programação Financeira  
**PID** - Programa Institucional de Desenvolvimento  
**PIIQP** - Plano Institucional de Incentivo a Qualificação  
**PIIQPE** - Plano Institucional de Incentivo a Qualificação Especial  
**PJ** - Pessoa Jurídica  
**PNP** - Plataforma Nilo Peçanha  
**POA** - Porto Alegre/RS  
**PPA** - Plano Plurianual  
**PRDI** - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
**PROAD** - Pró-Reitoria de Administração  
**PROEN** - Pró-Reitoria de Ensino  
**PROEX** - Pró-Reitoria de Extensão  
**PROJUR** - Procuradoria Jurídica  
**PRONATEC** - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
**PRPPGI** - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação  
**RAINT** - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna  
**RIP** - Registro Imobiliário Patrimonial  
**RP** - Restos a Pagar  
**RPNP** - Restos a Pagar Não Processados  
**SEGES** - Secretaria de gestão  
**SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**SIAFI** - Sistema Integrado de Administração Financeira  
**SIAPE** - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
**SIC** - Serviço de Informação ao Cidadão  
**SIG** - Sistema Integrado de Gestão  
**SIMEC** - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle  
**SISP** - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação  
**SLTI** - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
**SPIUnet** - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União  
**SRP** - Sistema de Registro de Preços  
**TCU** - Tribunal de Contas da União  
**TED** - Termo de Execução Descentralizada  
**TI** - Tecnologia de Informação  
**TIC** - Tecnologia da Informação e Comunicação  
**UFPR** - Universidade Federal do Paraná  
**UFRN** - Universidade do Rio Grande do Norte  
**UFSM** - Universidade Federal de Santa Maria  
**UPC** - Unidade Prestadora de Contas

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Pedidos por tipo de resposta .....	118
Figura 2 - Situação dos pedidos de acesso à informação .....	119

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do orçamento total consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha – período 2012-2017, em milhões de reais .....	23
Gráfico 2 - Evolução das despesas empenhadas referente orçamento consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha – período 2012-2017, em milhões de reais .....	24
Gráfico 3 - Representatividade das ações referente ao orçamento total empenhado do IFFar, exercício 2017 .....	36
Gráfico 4 - Representatividade das ações referente à folha de pagamento frente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, LOA, exercício 2017.....	37
Gráfico 5 - Representatividade das ações referente ao total de restos a pagar não processados inscritos, exercício 2017.....	37
Gráfico 6 - Valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente exercício 2017, em mil reais .....	44
Gráfico 7 - Comparativo entre os valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente aos exercícios 2016 e 2017, em mil reais.....	45
Gráfico 8 - Percentual liquidado por modalidade de contratação, período 2016 e 2017, Instituto Federal Farroupilha .....	52
Gráfico 9 - Despesa empenhada e RP não processados por grupo de despesa, exercício 2017 em mil Reais .....	53
Gráfico 10 - Evolução das solicitações de informação no IFFar .....	118
Gráfico 11 - Distribuição mensal das demandas do SIC para o IFFar em 2017 .....	119
Gráfico 12 - Distribuição mensal do registro na Ouvidoria do IFFar .....	121
Gráfico 13 - Canais de acesso a Ouvidoria do IFFar .....	122
Gráfico 14 - Demandas recebidas pela Ouvidoria do IFFar por público .....	122
Gráfico 15 - Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria do IFFar por categoria.....	123
Gráfico 16 - Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria por unidade do IFFar .....	123

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Leis, Regimentos, Estatutos e Portarias que regem o Instituto Federal Farroupilha .....	13
Quadro 2 - Unidades do Instituto Federal Farroupilha .....	14
Quadro 3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas .....	15
Quadro 4 - Macroprocessos finalísticos .....	17
Quadro 5 - Principais ações e resultados realizados em 2017.....	19
Quadro 6 - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS .....	27
Quadro 7 - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 20RL .....	28
Quadro 8 - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 2994.....	29
Quadro 9 - Ações não previstas LOA do exercício - Restos a pagar - OFSS - Ação 20RJ .....	30
Quadro 10 - Ações não previstas LOA do exercício - Restos a pagar - OFSS - Ação 20RG.....	31
Quadro 11 - Quadro – Ações não previstas LOA do exercício - Restos a pagar - OFSS - Ação 20RL .....	32
Quadro 12 - Ações não previstas LOA do exercício - Restos a pagar - OFSS - Ação 2994 .....	33
Quadro 13 - Ações do orçamento de investimento - 20RG .....	34
Quadro 14 - Ações do orçamento de investimento - 20RL.....	35
Quadro 15 - Dotação orçamentária por ação, exercício 2017, em reais.....	38
Quadro 16 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	43
Quadro 17 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	46
Quadro 18 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	46
Quadro 19 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	47
Quadro 20 - Provisão da receita orçamentária do Instituto Federal Farroupilha, exercício de 2017 em mil reais .....	48
Quadro 21 - Arrecadação e execução da receita própria por fonte, referente exercício de 2017, em Reais .....	49
Quadro 22 - Despesas totais por modalidade de contratação.....	49
Quadro 23 - Despesas por grupo e elemento de despesa .....	50
Quadro 24 - Mapa de risco no âmbito das compras e licitações .....	56
Quadro 25 - Quantitativo de licitações de 2013 a 2017 .....	59
Quadro 26 - Indicadores Acadêmicos do Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário para o IFFar em 2017.....	61
Quadro 27 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha para o IFFar em 2017 .....	62
Quadro 28 - Demonstrativo dos procedimentos administrativos realizados na COPSIA.....	70
Quadro 29 - Força de Trabalho .....	72
Quadro 30 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	73
Quadro 31 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas .....	74
Quadro 32 - Despesas do pessoal.....	76

Quadro 33 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância.....	78
Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância) .....	81
Quadro 35 - Atendimento das metas de 2017 .....	92
Quadro 36 - Adequação das metas de 2017 .....	93
Quadro 37 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos Automotores Próprios do IFFar em de 2017 .....	96
Quadro 38 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ....	98
Quadro 39 - Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional .....	99
Quadro 40 - Cessão espaços físicos imóveis - IFFar .....	101
Quadro 41 - Quantidade de imóveis locados de terceiros por município e despesas realizadas no exercício de 2017 .....	107
Quadro 42 - Obras e serviços de engenharia executados e concluídos no IFFar até 31/12/2017 ....	107
Quadro 43 - Obras e serviços de engenharia em execução no IFFar até 31/12/2017 .....	110
Quadro 44 - Obras planejadas para os próximos exercícios no IFFar .....	111
Quadro 45 - Principais sistemas de informação .....	113
Quadro 46 - Gestão ambiental e sustentabilidade .....	114
Quadro 47 - Classificação temática dos pedidos de acesso à informação no IFFar.....	120
Quadro 48 - Perfil dos solicitantes de informações ao IFFar .....	120
Quadro 49 - Despesas pagas e a pagar, exercício 2017 em reais, saldo em 31/12/2017 .....	126
Quadro 50 - Vida útil das contas contábeis no Instituto Federal Farroupilha.....	128
Quadro 51 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário .....	142
Quadro 52 - Despesas com publicidade e propaganda no IFFar, exercício de 2017, em mil reais..	143
Quadro 53 - Oferta de Língua Brasileira de Sinais – Libras conforme o art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	144

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Contratos do IFFar em 2017 .....	84
Tabela 2 - Média de contratos por fiscal por <i>Campus</i> .....	85
Tabela 3 - Capacitação dos envolvidos na Gestão e Fiscalização de Contratos .....	86
Tabela 4 - Média de capacitação por fiscal por <i>Campus</i> .....	86
Tabela 5 - Mapa de risco abrangente referente à gestão de todos os contratos.....	87
Tabela 6 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de todos os contratos .....	88
Tabela 7 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de contratos de motorista .....	89
Tabela 8 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de vigilância .....	90
Tabela 9 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial ...	90
Tabela 10 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de limpeza e conservação .....	90
Tabela 11 - Quantitativo de terceirados por <i>Campus</i> .....	91
Tabela 12 - Recomendações nas situações Monitoramento .....	131
Tabela 13 - Recomendações nas situações Atendida .....	132
Tabela 14 - Recomendações nas situações Cancelada .....	133

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO .....	11
2 VISÃO GERAL DA UNIDADE .....	12
2.1 Finalidades e competências .....	12
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade .....	13
2.3 Ambiente de atuação .....	14
2.4 Organograma e estrutura funcional .....	14
2.5 Macroprocessos finalísticos .....	17
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS .....	18
3.1 Planejamento organizacional.....	18
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	18
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	18
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	18
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	19
3.3 Desempenho orçamentário .....	20
3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados .....	22
3.3.2 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade.....	25
3.3.2.1 Ações do OFSS .....	25
3.3.2.2 Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS .....	30
3.3.2.3 Ações - Orçamento de Investimento – OI.....	34
3.3.2.4 Análise Situacional – Ações.....	36
3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	41
3.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento .....	43
3.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores .....	43
3.3.5.1 Análise Crítica.....	43
3.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos .....	45
3.3.6.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos.....	45
3.3.6.2 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores.....	46
3.3.6.3 Visão gerencial da análise das contas prestadas.....	46
3.3.6.4 Análise crítica.....	47
3.3.6.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas .....	47
3.3.7 Informações sobre a realização de receitas .....	48
3.3.8 Informações sobre a execução de despesas .....	49
3.3.8.1 Despesas totais por modalidade de contratação .....	49
3.3.8.2 Despesas por grupo e elemento de despesa.....	50
3.3.8.3 Análise crítica da realização da despesa .....	51
3.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal .....	60
3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	60
3.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU .....	60
3.4.1.1 Análise crítica.....	62
3.5 Informações sobre programas e projetos financiados com recursos externos .....	65
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	67
4.1 Descrição das estruturas de governança.....	67

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna .....	67
4.2.1 Sobreposição de carga horária – PRONATEC .....	69
4.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos .....	70
4.4 Gestão de riscos e controles internos .....	71
<b>5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....</b>	<b>72</b>
5.1 Gestão de pessoas.....	72
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	72
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal .....	75
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	77
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	77
5.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos.....	77
5.1.4.2 Análise crítica.....	84
5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	93
5.2.1 Gestão da frota de veículos .....	93
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições .....	97
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	97
5.2.3.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União .....	98
5.2.3.2 Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional..	99
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas .....	100
5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	107
5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim .....	107
5.3 Gestão da tecnologia de informação .....	111
5.3.1 Principais sistemas de informação .....	113
5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade .....	114
5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras .....	116
<b>6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>117</b>
6.1 Canais de acesso do cidadão .....	117
6.1.1 Serviço de informação ao cidadão (SIC).....	117
6.1.2 Ouvidoria.....	121
6.2 Carta de serviços ao cidadão .....	124
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	124
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	124
6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	124
<b>7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>126</b>
7.1 Desempenho financeiro do exercício .....	126
7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	127
7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	129
7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/1964 e notas explicativas .....	129
<b>8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....</b>	<b>130</b>
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	130

8.2 Tratamento de determinações e recomendações dos Órgãos de Controle Interno.....	130
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	142
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos e obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	142
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	143
8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda .....	143
8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005 .....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	146
ANEXOS.....	147

## 1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2017 foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação estabelecidas pela Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2015 e demais orientações disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha foi criado por meio da Lei no 11.892, de 29/12/2008, publicada no Diário Oficial da União, em 30 de dezembro de 2008, mediante a integração do CEFET São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete – EAFA. Atualmente, o Instituto Federal Farroupilha possui dez *Campi* em funcionamento: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto, Santo Ângelo, São Borja, São Vicente do Sul e o *Campus* Avançado de Uruguaiana, que é vinculado ao *Campus* São Borja. Sediado no município de Santa Maria/RS, o órgão gestor central - a Reitoria - é composto pelo Gabinete e pelas Pró-reitorias de Administração, de Desenvolvimento Institucional, de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

No exercício de 2017, dentre as principais realizações da gestão, destacam-se:

- 5.254 alunos matriculados nos cursos ofertados pelo Instituto Federal farroupilha;
- Parceria entre o Instituto Federal Farroupilha e o Instituto Politécnico do Porto, em Portugal, para a oferta de curso de Mestrado Profissional aos servidores do Instituto Federal Farroupilha;
- Início do Curso de Medicina Veterinária no *Campus* Frederico Westphalen;
- Índice Geral dos Cursos superiores do Instituto Federal Farroupilha (IGC): conceito 4 (quatro);
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), que possibilitará a integração dos dados e processos do Instituto Federal Farroupilha em um único sistema;
- Construção, reformas e ampliação da estrutura física em diversas unidades, incluindo laboratórios, salas de aula, refeitórios, ginásios poliesportivos, bibliotecas, etc;
- Realização do concurso público para cargos docentes e técnico-administrativos;
- Implantação de incubadoras tecnológicas; e
- Intercâmbios e participação discente em congressos internacionais.

A estrutura do presente relatório está organizada da seguinte forma:

I – Apresentação;

II – Visão geral;

III – Planejamento organizacional e resultados;

IV – Governança, gestão de riscos e controles internos;

V – Áreas específicas da gestão;

VI – Relacionamento com a sociedade;

VII – Desempenho financeiro e informações contábeis;

VIII – Conformidades da gestão e demandas dos órgãos de controle;

Considerações finais; e

Anexos.

## **2 VISÃO GERAL DA UNIDADE**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar é uma autarquia criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. De acordo com a lei de sua criação, o IFFar é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

### **2.1 Finalidades e competências**

A Instituição, seguindo o que rege o Art. 6º da Lei nº 11.892/2008, tem como finalidades e competências:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir das finalidades norteadoras apresentadas, e respeitando o que tange o Art. 7º da Lei nº 11892/2008, o Instituto Federal Farroupilha tem, conforme artigo 5º do seu Estatuto, os seguintes objetivos:

I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e  
 VI - Ministrando em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, o Instituto Federal Farroupilha, por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, determinou a missão, a visão e os valores institucionais:

**Missão** - Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

**Visão** - Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica.

Valores:

- a) Ética
- b) Solidariedade
- c) Responsabilidade social e ambiental.
- d) Comprometimento.
- e) Transparência.
- f) Respeito.
- g) Gestão democrática.

## 2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Quadro 1 - Principais Leis, Regimentos, Estatutos e Portarias que regem o Instituto Federal Farroupilha

Leis/Normas/regulamentos	Descrição/finalidade do documento	Disponível em
Lei nº 9.394/1996	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm</a>
Lei nº 11.892/2008	- Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm</a>
Portaria nº 1.291/2013	- Estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão.	<a href="http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file">http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file</a>
Estatuto do Instituto Federal Farroupilha	- Regulamenta a organização e o funcionamento do Instituto Federal Farroupilha.	<a href="http://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar">http://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar</a>
Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha	- Disciplina a organização e as competências dos órgãos que integram a estrutura mínima organizacional do IFFar.	<a href="http://iffarroupilha.edu.br/regimento-geral">http://iffarroupilha.edu.br/regimento-geral</a>

Fonte: Acesso aos sítios indicados em 27 de dezembro de 2017.

## 2.3 Ambiente de atuação

O Quadro 2, a seguir, apresenta as unidades administrativa e de ensino do Instituto Federal Farroupilha e as cidades onde se situam. Nestas regiões onde atuam os *campi*, os centros de referências e os polos EAD é disponibilizado aos alunos e às comunidades locais educação profissional, científica e tecnológica; instalações adequadas para as atividades de ensino; servidores docentes e técnico- administrativos qualificados e capacitados; assistência estudantil e encaminhamento para o mercado de trabalho através de parcerias e programas de estágios.

Quadro 2 - Unidades do Instituto Federal Farroupilha

Unidade	Município
Reitoria	Santa Maria
<i>Campus</i> Alegrete	Alegrete
<i>Campus</i> Avançado Uruguaiana	Uruguaiana
<i>Campus</i> Frederico Westphalen	Frederico Westphalen
<i>Campus</i> Jaguarí	Jaguarí
<i>Campus</i> Júlio de Castilhos	Júlio de Castilhos
<i>Campus</i> Panambi	Panambi
<i>Campus</i> Santa Rosa	Santa Rosa
<i>Campus</i> Santo Ângelo	Santo Ângelo
<i>Campus</i> Santo Augusto	Santo Augusto
<i>Campus</i> São Borja	São Borja
<i>Campus</i> São Vicente do Sul	São Vicente do Sul
Centros de Referência	Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Rosário do Sul, São Gabriel, Três Passos, Santiago e Quaraí
Polos EAD	Agudo, Alegrete, Barra do Quaraí, Cacequi, Cachoeira do Sul, Candelária, Carazinho, Cruz Alta, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Giruá, Ijuí, Jacuizinho, Não-Me-Toque, Nova Palma, Panambi, Pinhal Grande, Rosário do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São João do Polêsine, São Miguel das Missões, São Sepé, Silveira Martins, Sobradinho, Toropi, Três Passos, Uruguaiana.

Fonte: <http://iffarroupilha.edu.br/unidades-iffarroupilha>. Acesso em 27 de dezembro de 2017.

## 2.4 Organograma e estrutura funcional

A estrutura orgânica da unidade e as principais funções das áreas relevantes da governança são apresentadas no Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha. O Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha e os organogramas da Reitoria e *Campi* estão disponíveis em: <http://iffarroupilha.edu.br/regimento-geral>

Conforme este documento, a administração geral será exercida pela Reitoria e pelas Direções Gerais dos seus *campi*, com o apoio dos órgãos colegiados e dos demais órgãos que se articulam nos diversos níveis organizacionais da instituição.

São Órgãos Superiores do Instituto Federal Farroupilha:

- I – Conselho Superior – CONSUP;
- II – Colégio de Dirigentes – CODIR.

São Órgãos Executivos do Instituto Federal Farroupilha:

I - Reitoria, composta pelos seguintes órgãos:

- a) Gabinete do(a) Reitor(a);
  - 1) Secretaria de Comunicação;

- 2) Secretaria Executiva;
- 3) Secretaria de Governança;
- b) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
  - 1) Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
  - 2) Diretoria de Gestão de Pessoas;
  - 3) Diretoria de Tecnologia da Informação; e
  - 4) Diretoria de Implantação de Novas Unidades.
- c) Pró-Reitoria de Administração;
  - 1) Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças; e
  - 2) Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.
- d) Pró-Reitoria de Ensino;
  - 1) Diretoria de Assistência Estudantil;
  - 2) Diretoria de Ensino;
  - 3) Diretoria de Educação a Distância;
  - 4) Diretoria de Graduação.
- e) Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
  - 1) Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
- f) Pró-Reitoria de Extensão;
  - 1) Diretoria de Extensão.
- g) Procuradoria Federal; e
- h) Auditoria Interna.

II - Direções Gerais dos campi;

- a) Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- b) Diretoria de Administração;
- c) Diretoria de Ensino;
- d) Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção.

São órgãos de assessoramento da Reitoria do Instituto Federal Farroupilha:

- I - Comissão de Ética;
- II - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação;
- III - Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- IV - Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo;
- V - Comissão Própria de Avaliação;
- VI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- VII - Ouvidoria;
- VIII - Serviço de Informação ao Cidadão.

O Quadro 3, a seguir, apresenta as principais informações referentes às competências das áreas/subunidades estratégicas que integram a sede administrativa do Instituto Federal Farroupilha:

Quadro 3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitora	Exercer as atribuições que emanam da Lei, do Estatuto e Regimento, representar o Instituto Federal Farroupilha, em juízo ou fora dele, cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Superior, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.	Carla Comerlato Jardim	Reitora	Desde 29 de outubro de 2012, conforme Decreto Presidencial, e reconduzida pelo decreto de 28/11/2016 (DOU 29/11/2016)

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de Atuação</b>
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Promover a integração entre a Reitoria e os <i>campi</i> , promover o desenvolvimento dos servidores, coordenar os processos de planejamento estratégico e apoiar as atividades de avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo(a) Reitor(a).	Nídia Heringer	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional	Desde 19 de novembro de 2012, conforme Portaria Nº 1650, de 19 de novembro de 2012
Pró-Reitoria de Administração	Planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Federal Farroupilha; os projetos de infraestrutura, as licitações, os contratos; o planejamento nos níveis tático e operacional, além da realização de outras atividades delegadas pelo(a) Reitor(a).	Vanderlei José Pettenon	Pró-Reitor de Administração	Desde 19 de novembro de 2012, conforme Portaria Nº 1639, de 19 de novembro de 2012
Pró-Reitoria de Ensino	Planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do(a) Reitor(a) e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Édison Gonzague Brito da Silva	Pró-Reitor de Ensino	Desde 27 de janeiro de 2017, conforme Portaria Nº 0113, de 27 de janeiro de 2017
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do(a) Reitor(a), em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Arthur Pereira Frantz	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Desde 30 de junho de 2014, conforme Portaria Nº 0979, de 30 de junho de 2014
Pró-Reitoria de Extensão	Planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral homologadas pelo Conselho Superior, bem como promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Raquel Lunardi	Pró-Reitora de Extensão	Desde 04 de fevereiro de 2015, conforme Portaria Nº 0155, de 09 de fevereiro de 2015

Fonte: Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha

## 2.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do Instituto Federal Farroupilha são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os macroprocessos do Instituto Federal Farroupilha envolvem diretamente as áreas finalísticas da instituição Ensino, Pesquisa e Extensão e são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 - Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Planeja, articula e controla a execução das políticas de ensino do Ministério da Educação, em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ofertar cursos técnicos e de graduação superior; cursos EAD; programas educacionais, apoio pedagógico, assistência estudantil e ações inclusivas; registros acadêmicos e gerenciamento de bibliotecas.	Alunos do Instituto Federal Farroupilha	Pró-Reitoria de Ensino e as unidades de ensino do Instituto Federal Farroupilha
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Planeja, articula e controla a execução das políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ofertar cursos de Pós-Graduação, programas e projetos de pesquisa; realizar ações de inovação tecnológica e parcerias internacionais e fomento a produção.	Alunos dos programas de iniciação científica	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e as unidades de ensino do Instituto Federal Farroupilha
Extensão	Promover a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente no Instituto Federal Farroupilha junto à sociedade.	Ofertar programas e projetos de extensão; realizar parcerias e relações institucionais; programas de inclusão social; ações de extensão tecnológica e articulação e fomento a estágios.	Alunos dos programas de extensão e alunos em fase de estágio curricular e extracurricular	Pró-Reitoria de Extensão e as unidades de ensino do Instituto Federal Farroupilha

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

### **3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS**

Este capítulo apresenta a forma como o Instituto Federal Farroupilha planeja suas ações estratégicas e o seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício de 2017.

#### **3.1 Planejamento organizacional**

O planejamento do Instituto Federal Farroupilha é elaborado pela administração central e os demais *campi* que, através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) e dos planos de ação anuais, têm o seu planejamento estratégico orientado para a visão, missão e valores do Instituto Federal Farroupilha.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, baseado na metodologia do Balanced Scorecard, contempla o planejamento estratégico de 5 (cinco) anos do Instituto Federal Farroupilha. Nele estão definidos os objetivos estratégicos, as ações estratégicas e as metas que a instituição pretende alcançar e cumprir. Já o Plano de Ação 2017 contempla o planejamento institucional nos níveis tático e operacional e está alinhado aos objetivos estratégicos definidos no PDI 2014-2018.

##### **3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício**

Para o exercício 2017, foram estabelecidas ações institucionais vinculadas aos seguintes objetivos estratégicos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018:

1. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do Instituto Federal Farroupilha.
2. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Ensino do Instituto Federal Farroupilha.
3. Consolidar e ampliar as políticas de qualificação, capacitação e promoção continuada dos servidores do Instituto Federal Farroupilha
4. Promover políticas de qualidade de vida e bem estar do Servidor do Instituto Federal Farroupilha.
5. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação do Instituto Federal Farroupilha.
6. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Extensão do Instituto Federal Farroupilha.
7. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de T.I. do Instituto Federal Farroupilha
8. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Expansão do Instituto Federal Farroupilha.
9. Consolidar, ampliar e aprimorar as Políticas de Inclusão do Instituto Federal Farroupilha.
10. Assegurar a Gestão Democrática e a Transparência dos atos Administrativos.

##### **3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico**

O exercício de 2017 foi o quarto ano de vigência/execução do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. O PDI é o documento de planejamento estratégico que retrata a identidade da instituição, a filosofia de trabalho, as estratégias para atingir suas metas e objetivos, a estrutura organizacional, as diretrizes didático-pedagógicas, as estruturas administrativas e as atividades acadêmicas que se pretende desenvolver. O PDI 2014-2018 do Instituto Federal Farroupilha está disponível em: <http://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>.

##### **3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

O planejamento estratégico do Instituto Federal Farroupilha é orientado para o cumprimento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais e dispõe sobre as suas finalidades, no art. 6º, e sobre os seus objetivos, no art. 7º. As ações de planejamento estratégico do Instituto Federal Farroupilha constam nos documentos PDI e PDTI, disponíveis em:

<http://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar> e <http://iffarroupilha.edu.br/tecnologia-da-informacao-dti/inicio-dti>.

### 3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O monitoramento da execução das ações planejadas e os resultados alcançados definidos para o ano de 2017 no Instituto Federal Farroupilha é realizado através do Relatório de Ações e Resultados elaborado individualmente por todas as unidades da instituição. O Quadro 5, a seguir, apresenta a síntese das ações realizadas nos *campi*.

Quadro 5 - Principais ações e resultados realizados em 2017

PRINCIPAIS AÇÕES 2017	RESULTADOS ALCANÇADOS
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	
Aquisição de Acervo Bibliográfico	Ampliação e atualização do acervo bibliográfico do Instituto Federal Farroupilha para atender a totalidade dos alunos e servidores do Instituto Federal Farroupilha.
Processos licitatórios	Atendimento das demandas de material e serviços das unidades do Instituto Federal Farroupilha conforme legislação.
Aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos.	Estruturação dos laboratórios, bibliotecas, refeitórios, salas de aula e oficinas do Instituto Federal Farroupilha.
Construção, ampliação, adequações, reformas e conservação de bens, imóveis e infraestrutura do IFFar.	Conservação, manutenção e ampliação dos espaços físicos para atender as demandas e necessidades dos servidores e alunos do IFFar.
Adequação dos sistemas de prevenção e proteção contra incêndio e capacitação de brigadistas contra incêndios.	Atender as normas de segurança e oferecer ambiente seguro para a realização das atividades da instituição.
Prover recursos financeiros para pagamento de bolsas, taxa de bancada e demais atividades.	Execução de projetos de desenvolvimento institucional, ensino, extensão, pesquisa e inovação tecnológica, e funcionamento das unidades..
<b>DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b>	
Programa de qualificação dos servidores PIIQP e PIIQPE.	Fornecimento de bolsas para qualificação de servidores docentes e técnico-administrativos nos níveis de pós-graduação e graduação.
Investimentos em capacitação de servidores e Programa Institucional de Desenvolvimento.	Aprendizagem e atualização profissional dos servidores do IFFar.
Investimentos em tecnologia de informação (TI).	Aquisição de <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> , manutenção e suporte, ampliação, melhorias e modernização da infraestrutura de TI, redes lógicas e sistemas de internet e gestão do IFFar.
Implantação e adequação do Sistema Integrado de gestão.	Modernização das ferramentas de gestão do IFFar.
Ações de publicidade, divulgação e promoção do Instituto Federal Farroupilha.	Promoção institucional e divulgação do processo seletivo.
Realização de concurso público.	Nomeação de novos servidores para o IFFar.
Processo seletivo.	Garantir acesso dos candidatos aos cursos do IFFar.
<b>ENSINO</b>	
Realização de atividades de recepção e acolhimento de alunos.	As ações desenvolvidas resultam em maior integração entre alunos, professores, técnico-administrativos e demais funcionários dos <i>campi</i> .
Desenvolver projetos de ensino.	Complementação da formação acadêmica dos alunos do IFFar.
Ações de assistência estudantil, ações inclusivas e acessibilidade.	Atendimento médico, pedagógico, psicológico, odontológico, orientação nutricional e assistencial, fornecimento de alimentação e moradia estudantil aos alunos do IFFar.
Ações de combate a evasão escolar.	Agir continuamente para reduzir o número de alunos evadidos e aumentar o êxito escolar.

<b>EXTENSÃO</b>	
Oferta de cursos, programas e projetos de extensão.	Formação complementar de estudantes do IFFar e da comunidade externa em geral.
Visitas técnicas e encaminhamento para estágios e acompanhamento de alunos egressos.	Apresentar aos alunos a prática profissional e a realidade do mercado de trabalho. Encaminhamento dos alunos para estágio e emprego nas suas áreas de atuação e acompanhamento do aluno egresso no mercado de trabalho.
Realização e participação de eventos culturais e esportivos, oficinas, feiras, seminários e mostras técnicas.	Estes eventos complementam a formação de alunos e promovem a integração da comunidade externa com o <i>campus</i> .
<b>PESQUISA E INOVAÇÃO</b>	
Implantação de núcleos de inovação tecnológica e incubadoras de empresas.	Desenvolver e estimular o empreendedorismo e a inovação na comunidade discente.
Desenvolver programas, projetos e ações articuladas de ensino, extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação.	As ações desenvolvidas contribuem para a formação dos alunos e ampliação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.
Formação de núcleos e de pesquisa.	Ampliação do número de alunos, técnicos e docentes envolvidos em projetos de pesquisa e inovação.
Produção científica	Publicação de capítulos de livros, artigos, resumos e trabalhos em eventos.

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

### 3.3 Desempenho orçamentário

Neste item, apresenta-se uma breve caracterização da execução e uma síntese da totalidade dos recursos executados pela instituição. Nos subitens, constam os programas e as ações de forma mais específica.

O IFFar conta com uma estrutura de 11 *campi* situados em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Sul, tem uma gestão orçamentária mista, organizada com ações centralizadas e outras descentralizadas. Exemplo desta estrutura de execução é a gestão dos recursos de pessoal e encargos, os quais são geridos pelo órgão central a Reitoria, sediada no Município de Santa Maria. De outra forma, a grande maioria das despesas de funcionamento das unidades, assistência e despesas de capital são executadas diretamente pelas unidades, ficando o controle na unidade orçamentária. Algumas despesas específicas possuem controles e procedimentos de execução centralizadas na reitoria, estas se referem a programas institucionais, a modelos de contratação ou surgem por necessidade organizacional.

No exercício de 2017, para atender a variadas necessidades de funcionamento, o Instituto Federal Farroupilha executou mais de R\$ 285 milhões, através de despesas realizadas pela reitoria e *campi* vinculados. Desse montante, pouco mais de 80% do orçamento total corresponde a despesas ligadas à folha de pagamento de servidores efetivos e contratados temporariamente e seus encargos, bem como à manutenção dos pagamentos de Inativos. Se excluirmos desse percentual valores como: Inativos, pensões, contratos temporários, encargos, exercícios anteriores e auxílios, o percentual ligado aos vencimentos e vantagens fixas, este percentual se aproxima de 56% do total dos empenhos.

Fator importante ligado às despesas da folha são as contribuições previdenciárias, as quais, neste exercício, ultrapassaram 10% do orçamento global, que corresponde a mais de R\$ 28,8 milhões de reais. Ao analisarmos esse recurso, podemos afirmar que reduzem a capacidade de gastos e/ ou investimentos do IFFar, contudo, retornam aos cofres públicos.

Ao isolarmos as ações relacionadas aos gastos com folha de pagamento, verifica-se que 61,50% das despesas totais referem-se a pagamento de pessoal ativo. Mas, se considerarmos que o Instituto Federal é uma Instituição basicamente de prestação de serviços (serviços em educação), pode-se identificar que os percentuais ligados à gestão de pessoas estão dentro de patamares aceitáveis. Também é mister destacar que o orçamento aplicado diretamente à folha de pagamento é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, cabendo à nossa Instituição a execução dentro dos procedimentos legais instituídos.

Analisando os demais gastos ligados ao andamento das atividades institucionais, observa-se um valor de aproximadamente R\$ 55,79 milhões, que corresponde a 19,57% do orçamento total executado. Nesse aspecto, podemos ilustrar que a despesa mais visada no âmbito público, a qual, em épocas de escassez torna-se o primeiro alvo de gestores, são as diárias e as despesas com locomoção. Cabe ressaltar que, apesar de seu grau de relevância, a redução dessa despesa não gera impactos diretos significativos, pois sua aplicação é em torno de 0,46% de toda as despesas no exercício de 2017. No entanto, se compararmos isoladamente ao gasto com o funcionamento das atividades, o percentual chega próximo a 2,2%. Mesmo não sendo uma solução significativa e impactante em todo universo financeiro, contribui para o melhoramento da gestão de recursos, além de tornar-se a medida mais rápida em resposta a decisões dessa natureza.

Outro aspecto relevante diz respeito aos gastos de maior impacto no orçamento institucional, que são os serviços de pessoa jurídica, os quais chegam a 11,38% do orçamento total e superam 52% do orçamento de custeio. Isso torna mais difícil a gestão do orçamento, principalmente no que se refere à gestão dos contratos, uma vez que esses possuem formalização específica e relação indireta com terceiros, por períodos e valores determinados para a execução de serviços não cobertos pela força de trabalho efetiva. Ao comparar esses números com o exercício de 2016, é possível perceber uma pequena elevação das despesas em valores nominais, passando de 31,92 milhões para 32,47 milhões. Porém, em valores reais houve redução, que se deu em virtude da readequação dos gastos nesta natureza e também por conta da redução do orçamento para custeio das ações institucionais.

As obrigações assumidas com a terceirização trazem grandes limitações em decisões de curto prazo. À medida que se enfrenta oscilações negativas na economia nacional, as instituições necessitam de mais estudo e tempo para soluções eficazes sem prejuízos dos envolvidos. Além disso, ao se analisar de forma mais aprofundada esses gastos, identifica-se atividades essenciais ao andamento da atividade fim da Instituição ora em análise. Nesse sentido, do universo de gastos com pessoa jurídica, pode-se destacar despesas que exercem impacto significativo no orçamento, entre elas: as despesas com a manutenção e a conservação da infraestrutura de cada unidade (10,23%), a elaboração e o fornecimento de alimentação aos estudantes (9,69%), os serviços de apoio administrativo e operacional como operação de caldeiras, manutenção de laboratórios entre outros (18,56%), a limpeza de unidades administrativas, de ensino e de acomodação de estudantes (17,59%), despesas com vigilância (13,19%) e energia elétrica(8,02%). Tudo isso chega a 77,29% do total das despesas com pessoas jurídicas.

Ao comparar as mesmas despesas com o exercício de 2016, percebe-se um aumento de representatividade da despesa. Tal aumento deve-se à reorganização das despesas, a fim de manter a funcionalidade das unidades. Também é atribuído ao aumento dos valores contratuais em função de reajustes e reequilíbrios; ao aumento de necessidades desses serviços por conta do aumento de alunos e do aumento da infraestrutura física.

É importante destacar que para o aumento dessas despesas, diversas outras tiveram redução significativa, uma vez que o montante empenhado não teve alteração nominal significativa. A priorização das despesas essenciais ao funcionamento da instituição configura-se como um entrave para as ações de ensino, pesquisa e extensão, por impactarem diretamente em atividades ligadas ao funcionamento dos *campi* e, conseqüentemente, geram impactos diretos aos estudantes.

Na mesma direção, estão os gastos com materiais de consumo. Eles são em menor escala, mas são igualmente expressivos e ultrapassam R\$ 5,24 milhões, correspondendo a 1,84% do orçamento total e a 8,5% do orçamento de custeio das atividades. Essas despesas, apesar de menores em relação à apresentada anteriormente, possuem importância semelhante. Elas complementam as necessidades atendidas pelos serviços, a exemplo do fornecimento de gêneros alimentícios para confecção de alimentação escolar, em que os valores empenhados são em torno de R\$ 1,64 milhão, os quais correspondem a 34% das despesas nesta natureza e 0,56% do total empenhado no Órgão.

As despesas com combustíveis e lubrificantes representam 12,38%, com alimentos para animais (9,56%) e com aquisição de sementes e mudas representam 8,56% dos gastos com material de consumo. O somatório das despesas nesta natureza representam 8,53% do orçamento aplicado no funcionamento das atividades e assistência ao estudante.

O restante das despesas de custeio estão ligadas às práticas pedagógicas, à formação de servidores, a encargos tributários e a serviços em geral.

A análise dos recursos ligados a investimentos remete à informação que esses recursos correspondem a 2,57% do orçamento 2017, ou seja, a R\$ 7,31 milhões de reais. Deste montante, foram aplicados cerca de 51,5% (3,77 milhões) em obras e instalações, ampliando os espaços para ampliação e oferta de cursos à comunidade regional. No que se refere a equipamentos e a material permanente, o montante chegou a 41,57% (3,04 milhões). Esse valor foi utilizado para renovação do parque tecnológico, melhorando as condições de tecnologia para as atividades administrativas e laboratórios pedagógicos. Também foi destinado à aquisição de mobiliários, para atender a demanda de novos servidores que compuseram o quadro do IFFar em 2017, melhorando as condições de oferta do ensino em nossas unidades. Outros 6,94% (0,51 milhões) foram destinados à segurança em TI.

### **3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados**

Nesse subitem, apresentam-se informações acerca dos programas que compõem o PPA 2012/2015 e 2016/2019 do MEC. É importante frisar que o IFFar não é responsável diretamente por nenhum programa do PPA em questão, mas indiretamente participou da execução e acompanhamentos de diversos programas orçamentários. Dessa forma, a instituição apresenta as informações de forma sucinta dos montantes orçamentários executados no período.

No exercício de 2017, o IFFar participou da execução de aproximadamente 07(sete) programas, entre os quais, alguns referem-se ao PPA 2012/2015, (referente a execução de restos a pagar) e outros ao PPA 2016/2019 (Exercício 2017), sendo eles:

I) Programas temáticos de governo:

- Educação básica (2030)
- Educação Profissional e Tecnológica (2031)
- Educação de Qualidade para Todos (2080)

II) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

- Previdência de Inativos e pensionistas da União (0089)
- Programa de gestão e manutenção do MEC (2109)

II) Programas de operações especiais

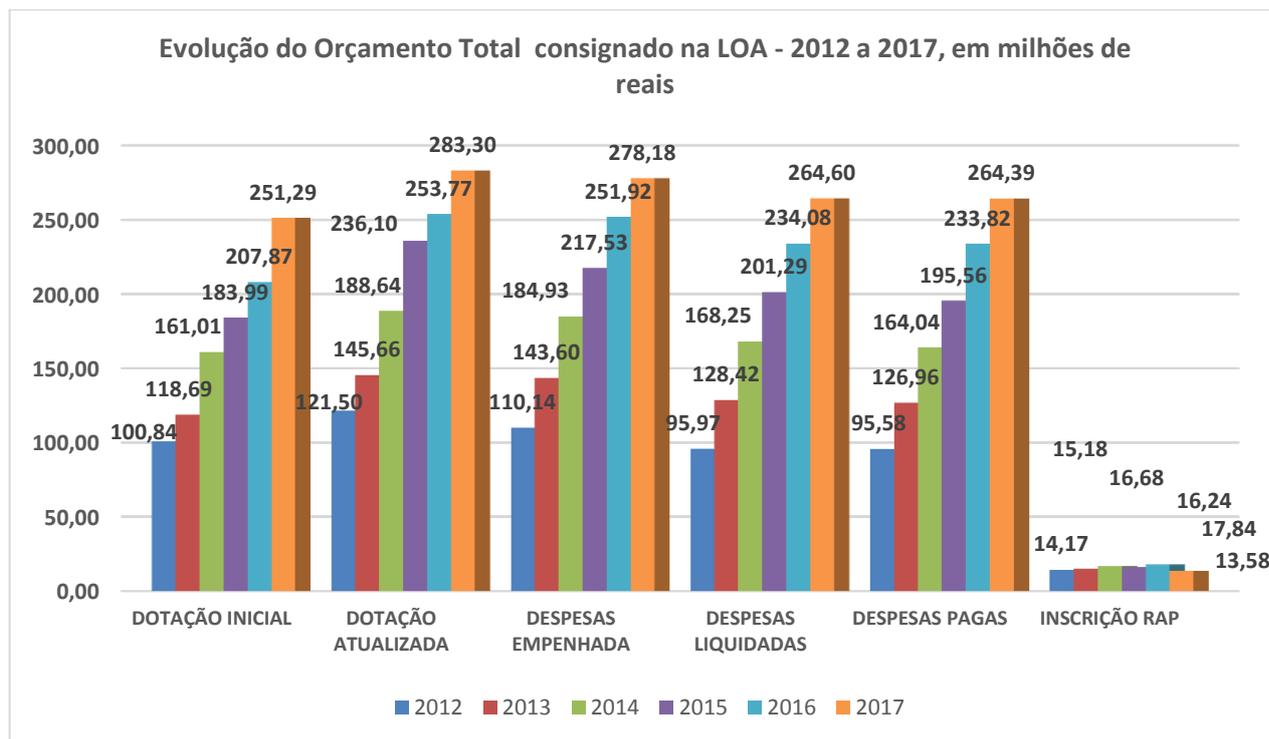
- Cumprimento de sentenças judiciais (0901).
- Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (0910).

Ressalta-se que, neste período, algumas ações desses projetos, principalmente os temáticos, foram acompanhadas institucionalmente. Destaca-se, ainda, que este acompanhamento sofreu ao longo do tempo mudanças significativas. Para o exercício de 2017, o acompanhamento deu-se nas ações 20RL (Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica), 20RG (Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Tecnológica) e 2994 (Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica), referentes ao Programa 2080 (Educação de Qualidade para Todos) referente à execução do orçamento do exercício e as mesmas ações vinculadas ao Programa 2031(Educação Profissional e Tecnológica) referente a Restos a pagar. Além dessas, houve em 2017 o acompanhamento das ações 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação), 216H (Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos), 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes), 2010(Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares), 2011 (Auxílio-Transporte aos

Servidores Civis, Empregados e Militares), 2012 (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares), do programa 2109 (Programa de Gestão e Manutenção da Rede).

Como a instituição acredita ser importante a apresentação da evolução orçamentária das despesas ao longo do PPA, optou-se por apresentar aqui de forma simplificada esta evolução, de modo que se possa visualizar a ótica orçamentária e o dispêndio neste período. Observa-se, ainda, que a apresentação das informações dá-se neste momento de forma global e não por programa ou ação.

Gráfico 1 - Evolução do orçamento total consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha – período 2012-2017, em milhões de reais



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Observa-se que, ao longo do período analisado do PPA, ocorreu evolução significativa da dotação orçamentária, bem como do montante de sua execução. A dotação total atualizada sofreu um incremento de aproximadamente 133% entre 2012 e 2017, enquanto que os empenhos cresceram aproximadamente 110% no período. Por outro lado, os Restos a pagar não processados, apesar de nominalmente terem evoluído no período de 2012 a 2016, tiveram redução significativa em 2017, aproximadamente 23,9%. Consequentemente, o percentual do total de empenhos reduziu de 13% para 4,9% entre 2012 e 2017.

Quando analisamos o RP não processados, retirando o montante empenhado em ações que influenciam diretamente na folha de pagamento, observamos redução significativa do montante inscrito, entre 2012 e 2017, baixando de 39%, para 27% em 2017. Destaca-se que 67% dos valores inscritos em restos a pagar não processados referem-se à contratação de pessoa jurídica. Isso é reflexo do bloqueio de orçamento em capital, da incerteza quanto ao montante de limites a ser liberado e da liberação de parcela significativa de limites nos últimos dois meses do exercício. Dessa forma, atendida a legislação sobre o tema, tais valores foram incluídos em restos a pagar para garantir a execução contratual e a continuidade dos serviços. É mister indicar que parcela significativa do montante em restos a pagar em PJ corresponde ao pagamento das despesas de contratos continuados referente ao mês de dezembro de 2017. Outra despesa refere-se à manutenção e à conservação de imóveis, em que as inscrições em RP chega a cerca de 2,22 milhões de reais,

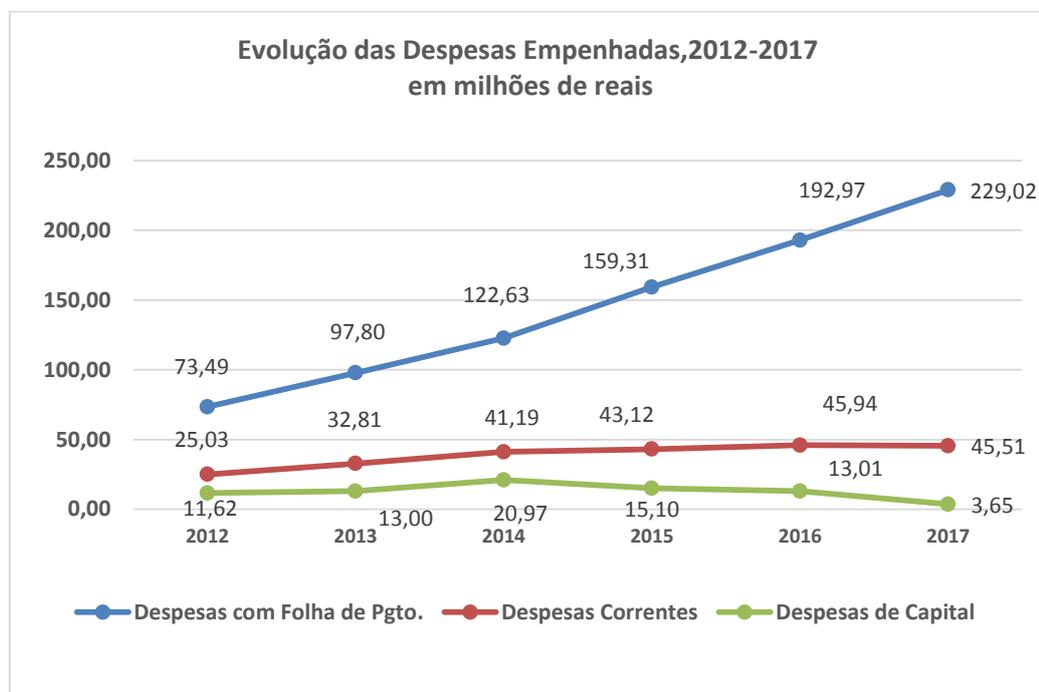
24% do total dos RPNP inscritos em Outras despesas Correntes - PJ.(339039). Devido à necessidade de consertos e à manutenção de imóveis ocorrerem principalmente no período de férias dos estudantes.

Aspecto importante a ser analisado é a inscrição em restos a pagar processados, os quais nos últimos três exercícios (2015 e 2017) tiveram uma significativa queda, influenciada pela liberação de recursos financeiros no final do exercício. Os restos a pagar processados referentes às ações vinculadas à LoA 2017 somaram 214 mil reais. Em 2012, o montante era de aproximadamente R\$390 mil reais, enquanto que, em 2015, o déficit chegou a R\$ 5.73 milhões do orçamento do exercício, e 243 mil em 2016. Isso demonstra uma redução significativa entre os exercícios de 2015 e 2016 e estabilização para exercício de 2017. O saldo dos restos a pagar processados não demonstra que, ao longo do ano de 2017, houve déficit financeiro recorrente, em que os pagamentos somente vieram a ser regularizados nos últimos meses do exercício.

Analisando o dispêndio orçamentário do período, observa-se que as despesas que mais evoluíram estão diretamente relacionadas à folha de pagamento dos servidores. Foi onde as despesas empenhadas passaram de R\$ 73,49 milhões para R\$ 229,02 milhões, no período analisado, sofrendo um acréscimo de 112% aproximadamente.

Esse resultado é reflexo da expansão da instituição que, em 2012, contava com 859 servidores e, em 2016, passou a aproximadamente 1476, contabilizando uma ampliação de 72% na força de trabalho. Nesse contexto, apresenta-se também a reformulação das regulamentações de cargos e salários das categorias e reajustes salariais. Destaca-se que 82% do orçamento vinculado à LOA 2017 são destinados ao pagamento de despesas vinculadas à folha de pagamento como salários, contribuições, auxílios entre outros.

Gráfico 2 - Evolução das despesas empenhadas referente orçamento consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha – período 2012-2017, em milhões de reais



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

As despesas correntes, vinculadas ao funcionamento institucional e assistência ao estudante, também tiveram um crescimento positivo entre 2012 e 2017. Neste período, o crescimento foi de aproximadamente 82%. De R\$ 25,03 milhões de reais, em 2012, aumentou para R\$ 45,51 milhões em 2017. Porém, analisando os últimos dois anos, observa-se uma redução de aproximadamente R\$ 430 mil reais, o que equivale a aproximadamente 1%.

Quanto às despesas de capital, houve incremento significativo entre 2012 e 2014, porém, reduziu significativamente para o exercício de 2015, 2016 e 2017, em virtude do contingenciamento federal. Para o ano de 2016, houve mudança na metodologia de distribuição dos valores da 20RG, que passaram a ser distribuídos, em sua maior parte, a partir de TED (Termo de Execução Descentralizada). Assim, os valores empenhados das ações consignados na LOA 2016 foram menores que em 2015, sofrendo uma redução de aproximadamente de R\$ 2 milhões de reais. Cabe destacar que R\$ 4,4 milhões referem-se à emenda parlamentar da bancada gaúcha, destinada a obras no *Campus* Santo Augusto. Para o exercício de 2017, a redução foi ainda maior, pois o valor consignado na LOA foi de R\$ 5,5 milhões. Desses, o valor empenhado chegou a R\$3,65 milhões (75%), em virtude do contingenciamento e, conseqüentemente, da não liberação de limites de empenho.

O contingenciamento trouxe reflexo significativo, principalmente nas ações de investimento em obras e equipamento de material permanente para laboratórios. Para amenizar esses reflexos, a instituição postergou o início de obras institucionais que precisam ser realizadas para atender com qualidade as ações de ensino, pesquisa e extensão.

### **3.3.2 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade**

Nesse subitem, apresentam-se informações acerca das ações relacionadas aos programas e ações que constituem o PPA 2016/2019, executados pelo Instituto Federal Farroupilha.

É importante frisar que o IFFar não é responsável diretamente por nenhum programa ou ação do PPA em questão, mas participou da execução e acompanhamento de diversos programas orçamentários. Dessa forma, a instituição apresenta as informações dos montantes orçamentários executados no período.

Conforme LOA 2017, volume II e V (Consolidação dos programas de governo e detalhamento dos créditos orçamentários do MEC), bem como as informações disponibilizadas pelo Siafi Operacional, Tesouro Gerencial e SIMEC, o IFFar executou 16 (dezesseis) ações, sendo elas distribuídas em:

I) Programas temáticos de governo:

- Educação de Qualidade para Todos (2080)

II) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

- Previdência de Inativos e pensionistas da União (0089)

- Programa de gestão e manutenção do MEC (2109)

II) Programas de operações especiais

- Cumprimento de sentenças judiciais (0901).

- Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (0910).

Das ações executadas ao longo do Exercício orçamentário de 2017, serão abordados aquelas que são de responsabilidade da unidade e que referem-se aos programas temáticos. Entre elas a ação 20RL, 20RG e 2994.

A execução orçamentária e execução de metas da instituição serão apresentadas por ação nos tópicos a seguir:

#### **3.3.2.1 Ações do OFSS**

O quadro, a seguir, dispõe sobre as dimensões física e financeira da execução da ação, considerando, inclusive, os valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício, em razão da significância que tal dado tem atingido para demonstração dos resultados gerados pela gestão.

Os restos a pagar referentes a ações que tenham sofrido alteração em sua identificação, título ou código, não sendo mais previstas no mesmo formato na Lei Orçamentária do exercício do

relatório de gestão foram consignados em quadro específico (referentes às ações não previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS).

Quadro 6 - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral		( X ) Parcial			
Código	2080.20RG.26420.0043		Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2017					
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código:2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras			
Lei orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.926.829,00	3.226.829,00	2.699.971,74	958.913,35	958.913,35	0,00	1.741.058,39
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Viabilizado		Unidade		2	3	3
Restos a pagar não processados - Exercícios anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
7.083.531,02	4.924.147,50	-	Projeto Viabilizado		Unidade	3

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

Quadro 7 - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 20RL

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral		( X ) Parcial			
Código	2080.20RL.26420.0043		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2017					
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código:2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras			
Lei orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.162.686,00	36.162.686,00	34.429.876,27	25.259.356,85	25.098.164,17	161.192,68	9.170.519,42
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Estudante Matriculado	Unidade	12500	12500	13007		
Restos a pagar não processados - Exercícios anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.135.892,97	8.569.885,60	158.084,78	Estudante Matriculado	Unidade	13007	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

Quadro 8 - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 2994

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral		<input checked="" type="checkbox"/> Parcial			
Código	2080.2994.26420.0043		Tipo: Atividade			
Título	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2017					
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código:2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim		<input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras	
Lei orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.622.546,00	11.622.546,00	11.603.885,92	8.936.528,23	8.883.674,47	52.853,76	2.667.357,69
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Benefício Concedido	Unidade	9.000	9.000	21.072		
Restos a pagar não processados - Exercícios anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.601.393,46	1.531.766,79	20.058,83	Benefício Concedido	Unidade	21.072	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

### 3.3.2.2 Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro 9 - Ações não previstas LOA do exercício - Restos a pagar - OFSS - Ação 20RJ

Identificação da ação					
Código	2030.20RJ.26420.0043			Tipo: Atividade	
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica				
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.				
Objetivo	0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				
Programa	Educação Básica	Código: 2030		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a pagar não processados - Exercícios anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
10.736,06	0,00	0,00	Projeto Apoiado	Unidade	1

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

**Quadro 10 - Ações não previstas LOA do exercício - Restos a pagar - OFSS - Ação 20RG**

<b>Identificação da ação</b>					
Código	2031.20RG.26420.0043		Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 2031		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a pagar não processados - Exercícios anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.207.872,03	107.259,88	21.426,75	Projeto Viabilizado	Unidade	1

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

Quadro 11 - Quadro – Ações não previstas LOA do exercício - Restos a pagar - OFSS - Ação 20RL

Identificação da ação					
Código	2031.20RL.26420.0043		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 2031		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a pagar não processados - Exercícios anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
845.241,50	486.706,38	258.248,70	Estudante Matriculado	Unidade	13.007

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

Quadro 12 - Ações não previstas LOA do exercício - Restos a pagar - OFSS - Ação 2994

Identificação da ação					
Código	2031.2994.26420.0043		Tipo: Atividade		
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.				
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a pagar não processados - Exercícios anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
52.978,20	19.668,18	33.310,02	Benefício Concedido	Unidade	21.072

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

### 3.3.2 3 Ações - Orçamento de Investimento – OI

Quadro 13 - Ações do orçamento de investimento - 20RG

Identificação da ação							
Código	2080.20RG.26420.0043			Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2017						
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão						
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código:2080	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução financeira e física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.926.829,00	3.226.829,00	2.699.971,74	Projeto Realizado	Unidade	2	2	2

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

Quadro 14 - Ações do orçamento de investimento - 20RL

Identificação da ação							
Código	2080.20RL.26420.0043			Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2017						
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão						
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código:2080	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução financeira e física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.292.136,00	2.292.136,00	945.769,20	Estudante matriculado	Unidade	12.500	12.500	13.007

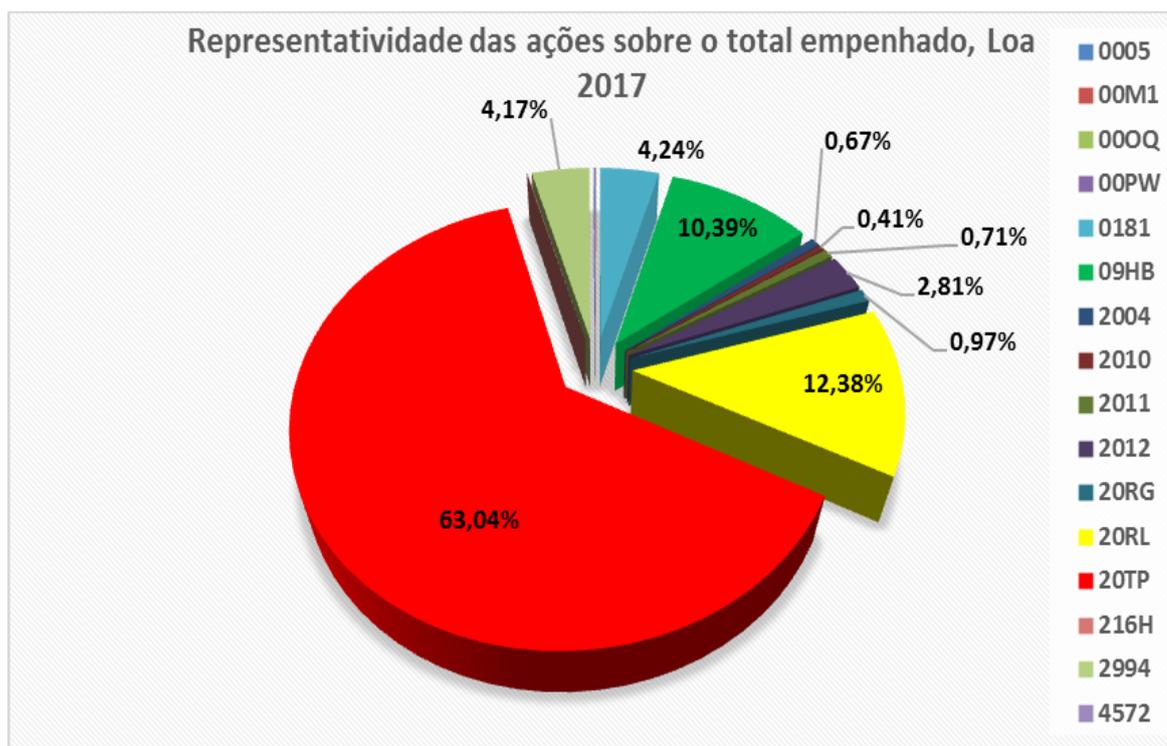
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2017/PPA

### 3.3.2.4 Análise Situacional – Ações

A análise abordará aspectos gerais da execução do Instituto Federal Farroupilha e, posteriormente, as ações e suas respectivas metas previstas no PPA (Plano Plurianual).

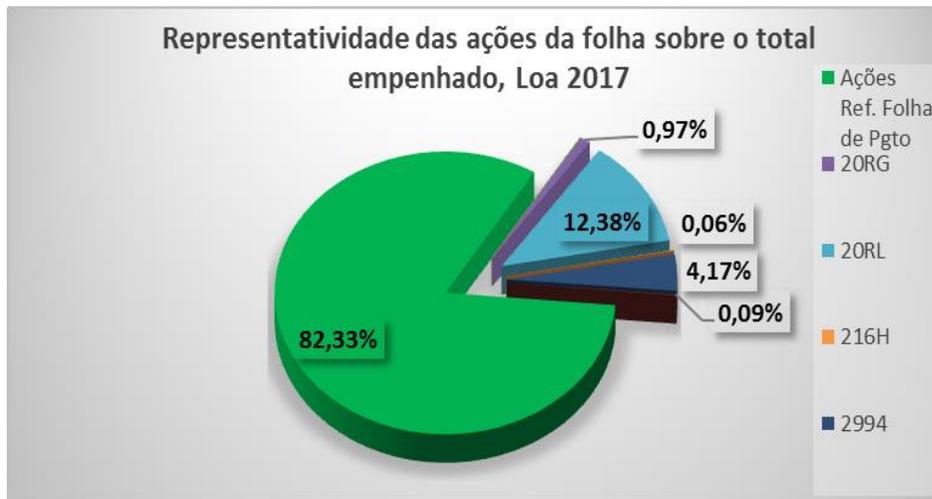
O orçamento previsto na Lei Orçamentária anual previa como dotação inicial R\$ 251,29 milhões. Essa dotação sofreu alteração de aproximadamente 13%, basicamente em virtude do aumento expressivo nos gastos com a folha pagamento. A dotação atualizada para o IFFar foi de R\$ 283,3 milhões, 11,64% superior à dotação atualizada do exercício de 2016. Os empenhos realizados representaram 98% (R\$ 278,18 milhões) da dotação total atualizada. Destes, 95% (R\$ 264,60 milhões) foram liquidados no exercício, restando aproximadamente em restos a pagar, para atender principalmente à demanda de investimento e contratos continuados, 5% do orçamento empenhado. Cabe ressaltar que 16,23% do valor inscrito em restos a pagar refere-se à execução de obras e bens de capital (R\$ 2,20 milhões), distribuídos nas ações 20RG e 20 RL. Em despesas correntes relacionadas a Pessoas Jurídicas, principalmente em contratos continuados foram mantidos em restos a pagar não processados aproximadamente R\$ 9,12 milhões, ou seja, 63% dos estoques de restos a pagar não processados inscritos. Em material de consumo, o montante inscrito em restos a pagar foi de R\$ 1,85 milhões, o que representa 13,63% do total de RP não processados inscritos. Quanto às Ações, os RPNP da 20RL correspondem a 67,5% dos Restos a Pagar Não Processados do IFFar. Os valores empenhados foram distribuídos nas ações conforme gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Representatividade das ações referente ao orçamento total empenhado do IFFar, exercício 2017



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Gráfico 4 - Representatividade das ações referente à folha de pagamento frente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, LOA, exercício 2017



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quanto à representatividade das ações consignadas na LOA 2017 para o Instituto Federal Farroupilha, 82,33% dos empenhos, aproximadamente, estão diretamente relacionados a ações vinculadas à folha de pagamento de servidores. Entre as ações que se destacam, estão: as 20TP, 0181 e a 09HB. 12,38% referem-se a despesas com o funcionamento da instituição (ação 20RL), 1% a ação 20RG, a qual refere-se à Expansão e à Reestruturação da Rede Federal de Educação Tecnológica e 4,17% à ação 2994, que se refere à Assistência ao Educando da Educação Profissional.

No que se refere aos restos a pagar, podemos observar que o montante maior inscrito está relacionado a ação 20RL, (67,53%). Essa constatação está diretamente relacionada principalmente a dois fatores: primeiro, o valor total do orçamento consignado na ação 20RL corresponde a 70,3% do Orçamento total destinados às ações de funcionamento, expansão, reestruturação e assistência ao educando; segundo, parcela significativa das despesas com contratos continuados está vinculada à ação. A inscrição em Restos a Pagar não processados referente à ação 20RG representam 12,82% do total, valores estes que são oriundos de empenhos em obras, mobiliários e equipamentos.

Gráfico 5 - Representatividade das ações referente ao total de restos a pagar não processados inscritos, exercício 2017



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Com relação às ações integrantes dos PPA 2012-2015 e 2016-2019 e Lei orçamentária 2017, apresenta-se, a seguir, a análise das ações que a instituição consegue minimamente administrar alguma variável importante no processo de planejamento e execução, as quais visualiza como necessária a abordagem.

Quadro 15 - Dotação orçamentária por ação, exercício 2017, em reais

Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas inscritas em RP Processados	Despesas Inscritas em RPNP	% sobre empenhos totais	% sobre empenhos por segmento
<b>Gastos com pessoal e demais despesas inerentes a folha de pagamento</b>							
0005	113.472,00	111.538,00	111.537,71	-	-	0,04%	0,05%
00M1	37.008,00	51.724,00	51.330,73	-	-	0,02%	0,02%
0181	9.202.079,00	12.260.897,00	11.798.786,04	-	-	4,24%	5,15%
09HB	26.641.388,00	30.846.652,00	28.897.039,44	-	-	10,39%	12,62%
2004	1.782.516,00	1.862.565,00	1.857.634,57	-	-	0,67%	0,81%
2010	1.144.236,00	1.169.236,00	1.143.840,60	-	-	0,41%	0,50%
2011	2.756.532,00	2.232.198,00	1.970.017,62	-	-	0,71%	0,86%
2012	7.769.904,00	7.811.864,00	7.808.047,34	-	-	2,81%	3,41%
20TP	150.665.250,00	175.471.744,00	175.377.756,37	-	-	63,04%	76,58%
<b>Sub Total</b>	<b>200.112.385,00</b>	<b>231.818.418,00</b>	<b>229.015.990,42</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>82,33%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Despesas com funcionamento ( manutenção e investimento)</b>							
000Q	5.000,00	5.000,00	3.449,00	-	-	0,00%	0,01%
00PW	25.952,00	25.952,00	25.951,00	-	-	0,01%	0,05%
20RG	2.926.829,00	3.226.829,00	2.699.971,74	-	1.741.058,39	0,97%	5,49%
20RL	36.162.686,00	36.162.686,00	34.429.876,27	161.192,68	9.170.519,42	12,38%	70,03%
216H	185.000,00	185.000,00	155.267,21	-	-	0,06%	0,32%
2994	11.622.546,00	11.622.546,00	11.603.885,92	52.853,76	2.667.357,69	4,17%	23,60%
4572	249.000,00	249.000,00	249.000,00	-	-	0,09%	0,51%
<b>Sub Total</b>	<b>51.177.013,00</b>	<b>51.477.013,00</b>	<b>49.167.401,14</b>	<b>214.046,44</b>	<b>13.578.935,50</b>	<b>17,67%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>251.289.398,00</b>	<b>283.295.431,00</b>	<b>278.183.391,56</b>	<b>214.046,44</b>	<b>13.578.935,50</b>	<b>100,00%</b>	
<b>Despesas por grupo de ações orçamentárias</b>							
Custeio	45.958.048,00	45.958.048,00	45.521.660,20	214.192,68	11.374.672,32	16,36%	83,77%
Investimento	5.218.965,00	5.518.965,00	3.645.740,94	-	2.204.263,18	1,31%	16,23%
Folha	200.112.385,00	231.818.418,00	229.015.990,42	-	-	82,33%	100,00%

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Ação 20RG - Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesta ação, está planejada a Expansão Fase III, bem como a reestruturação dos *campi* das demais fases e *campi* antigos. A meta estabelecida para ação é viabilizar e executar 2 projetos referente aos valores consignados na LOA, mais um projeto de reestruturação do *Campus* Alegrete referente à emenda de impositiva. O recurso planejado representava 1,1% da dotação total atualizada, ou seja, 3,23 milhões de reais. Desses, foram liberados limites e foram empenhados aproximadamente 83,67%, ou seja, R\$ 2,70 milhões. Da meta estipulada, foram viabilizados 3 projetos, entre novos e/ ou em execução. Do recurso empenhado, R\$1,74 milhões foram inscritos em restos a pagar não processados, ou seja 64,4% do valor empenhado. O valor é considerado elevado, porém parcela significativa refere-se a obras em andamento, principalmente referente à emenda parlamentar e Termos de execução descentralizada, liberado somente no último bimestre do ano. Observa-se que o contingenciamento e bloqueios realizados e, conseqüentemente, a incerteza quanto às liberações de limites impuseram à instituição restrições ao seu planejamento e, conseqüentemente, revisão das prioridades institucionais. Apesar de a instituição conseguir atingir a meta planejada, não significa que foram atendidas plenamente as necessidades de planejamento. Isso ocorreu basicamente por readequação dos projetos, ou por atendê-los parcialmente, o que reflete na qualidade das atividades desenvolvidas.

Os restos a pagar inscritos referem-se a quatro obras em andamento na instituição, além das ações de aquisições de móveis e equipamentos para as atividades de ensino e extensão dos *Campi*.

As ações de 2017 foram comprometidas pelo contingenciamento de orçamento de capital. Dessa forma, a execução de duas obras previstas com o orçamento institucional ficaram prejudicadas e somente uma obra nova foi iniciada. Devido ao contingenciamento, foi realocado o recurso destinado à execução de obras novas para a complementação orçamentária das obras de Santo Augusto e de Santo Ângelo, ambas em andamento. Como o Investimento da ação 20RL também sofreu contingenciamento, foi direcionada parte do recurso da ação 20RG para aquisições de equipamentos, mobiliários e soluções de segurança em TI para as unidades. Assim, conseguiu-se atender 3 obras e 8 ações de ampliação de infraestrutura para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais irão atender cerca de 13 mil alunos entre os anos de 2017 e 2018.

A emenda parlamentar para o *Campus* Alegre foi liberada já no mês de dezembro. Dessa forma, a execução do projeto e a sua entrega à comunidade irá ocorrer no ano de 2018. Apesar de ter sido realocado orçamento para várias ações institucionais, a instituição entende que projeto efetivamente iniciado com o orçamento foram dois: a obra no *Campus* Avançado de Uruguaiana e as soluções de Segurança de TI para o Instituto Federal Farroupilha. Esta última está beneficiando aproximadamente 13 mil estudantes e aproximadamente 1503 servidores.

Ação 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Essa ação tem por objetivo ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Dessa forma, podemos indicar que sua finalidade é garantir o funcionamento, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade de ensino. Para essa ação, foram planejadas ações para atender a meta de 12500 alunos matriculados para a proposta orçamentária atualizada de R\$36,16 milhões de reais em custeio e capital. A meta física foi atendida satisfatoriamente, ou seja, 13.007 alunos matriculados. Quanto à execução orçamentária e financeira, esta ficou comprometida pelo contingenciamento orçamentário e pela falta de liberação de financeiro para pagamento das despesas liquidadas no decorrer do ano, o que foi estabilizado pelo governo federal somente no final do ano. Do orçamento total consignado, foram empenhados praticamente 95%. Destaca-se, nesta ação, o contingenciamento dos recursos de investimento e a não concretização das receitas próprias. O Planejamento, as atividades e ações dentro dessa ação macro foram discutidos em cada unidade executora para a confecção da matriz a qual foi aprovada pelo CONSUP, conforme informação PPA Simec.

Dos recursos empenhados desta ação, foram inscritos em restos a pagar não processados aproximadamente 26,64%, ou seja, R\$ 9,17 milhões. Isso é atribuído à liberação tardia dos limites para empenho e à insegurança quanto à disponibilidade orçamentária, fatores estes que retardaram a tomada de decisão institucional. Tais recursos basicamente ficaram inscritos em serviços de pessoa jurídica (3.3.90.39) ou em ações de Investimento. Quanto aos restos a pagar executados em 2017 referente a exercícios anteriores, estes foram reescritos aproximadamente R\$ 620 mil reais. Resta observar que aproximadamente 12,38% do orçamento refletem a ação 20RL. Se descontadas as despesas com a folha de pagamento, esse valor representa 70,03% do montante do orçamento disponível para empenho ao Instituto. Quanto aos restos a pagar processados, deve-se destacar que foram inscritos e reinscritos o montante de R\$ 343 mil para o exercício de 2017.

Quanto à ação 2994 - Assistência ao educando da Educação Profissional, a meta estimada foi de 9000 alunos atendidos para o ano de 2017. Devemos destacar nesta ação, quanto à fixação da meta, que o entendimento da instituição deu-se por número de alunos atendidos, porém, a métrica é estabelecida como benefícios concedidos. Assim, temos uma distorção entre a meta fixada pela instituição e aquela medida no PPA. Com orçamento empenhado de R\$ 11.60 milhões, foram concedidos 21.072 benefícios e atendidos 13007 estudantes. Isso representa 100% da meta inicial, já que o objetivo institucional é disponibilizar a todos os alunos do IFFar ao menos uma atividade/ação a cada aluno, as quais se destacam: assistência médica e odontológica, psicossocial, alimentação, auxílios, entre outros. Da dotação inicial, foram empenhados aproximadamente 100%, dos quais foram inscritos em restos a pagar não processado 22,98% do valor empenhado. Observa-

se que foi ampliada a assistência em número de alunos assistidos se comparado com 2016, em função da otimização do recurso efetuado pelos *campi* e também pela utilização de recursos da 20RL para esse fim. O montante não liquidado refere-se às atividades dos meses de dezembro de 2017 e demais ações relacionadas à moradia estudantil que não puderam ser finalizadas no exercício e/ou ações que deixaram de ser feitas ao longo do ano, em virtude da metodologia de liberação de limites realizada pelo governo federal.

A ação 4572, que se refere à Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, não possui objetivo consignado na LOA 2017 e não faz parte dos quadros apresentados, contudo é importante apresentar sua execução. A meta estabelecida pelo Instituto e seus *campi* é de 200 pessoas capacitadas. Estima-se que foram capacitadas 464 pessoas no período. Tal resultado foi motivado pela reorganização das ações e pela definição de utilização do orçamento desta ação para complementar as despesas do mestrado profissionalizante.

Com relação ao orçamento, 100% foi empenhado, liquidado e pago na categoria exercício a pagar não processados. Destaca-se que a meta não foi reprogramada em função da incerteza quanto à liberação dos limites para empenho. Ao mesmo tempo, em virtude da necessidade de priorização das demandas de capacitação, foram direcionados esforços de capacitação para metodologias que capacitassem maior número de pessoas possível. Exemplo disso foi a capacitação para fiscais de contratos, realizadas a baixo custo em três *campi*, com número significativo de capacitados.

Em virtude da demora na liberação de limites orçamentários, bem como devido a ajustes no orçamento realizados pela instituição, conseguiu-se, com recurso escasso, possibilitar espaços internos de capacitação a uma quantidade significativa de servidores. Porém, essas capacitações não necessariamente atendem as demandas específicas na área de licitações, contratos, execução orçamentária e financeira e outras. As capacitações mais aprofundadas e específicas possuem custos maiores, por isso foram postergadas para os exercícios seguintes.

Devemos ressaltar que, apesar de não serem ações vinculadas aos programas temáticos, as ações que são consignadas ao Pagamento de Pessoal Ativo e Inativo da União, bem como as contribuições, auxílios e assistências aos servidores, possuem impacto significativo no orçamento global da instituição. Tais ações correspondem a um dispêndio de aproximadamente 82,33 % de todo o orçamento empenhado da instituição. O montante empenhado nestas ações chegou a R\$ 229,02 milhões, 14,4% superior à dotação inicial consignada na LOA 2017 e 18,8% superior ao total empenhado em 2016. O aumento significativo dessas despesas reflete principalmente a nomeação de novos servidores que ocorreu em 2017, com reposição salarial e incorporação do RSC aos docentes da instituição. Atualmente, a instituição possui 1503 servidores entre técnicos administrativos e docentes.

Além das ações provenientes do PPA e sob responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, foram executadas ações provenientes de descentralização da SETEC, obras e funcionamento nas ações 20RG e 6380; FNDE, para Alimentação escolar, Bolsa Formação e ETEC, através das ações 00PI, 20RW respectivamente. Além de recursos para projeto de pesquisa na ação 20RK e complemento da folha na ação 20TP. Também houve orçamento proveniente do IF Espírito Santo, referente ao mestrado da Rede Federal. O montante executado nestas ações foi de R\$6,98 milhões, dos quais foram liquidados 36% do total empenhado. A inscrição em Restos a Pagar não processados nestas ações deve-se ao atraso na liberação de orçamento, o que impossibilitou a liquidação orçamentária dentro do exercício de 2017.

Cabe destacar que, no exercício, foi enviado através de termo de descentralização, o montante de R\$ 1,00 milhão de reais para a Universidade Federal de Santa Maria, referente às despesas do *Campus* Frederico Westphalen que foi incorporado pelo Instituto Federal Farroupilha. O orçamento destinou-se basicamente a ações de Assistência ao Estudante e a Serviços terceirizados. Neste exercício, também foi descentralizado ao Instituto Federal do Paraná o valor de R\$ 49.081,24, para despesas relacionadas aos jogos estudantis da região Sul.

Além desses valores, foram executados R\$ 3.835,08 referente a pagamentos de curso e concurso a servidores, pela folha de pagamento, para atividades realizadas em outras instituições federais.

Ao longo do exercício de 2017, os fatores intervenientes que influenciaram as ações foram, basicamente, de contexto orçamentário e financeiro. Apesar do alto índice de empenho do exercício, o atraso na definição dos limites e a demora na liberação destes geraram frustração em algumas ações institucionais, sobretudo em relação aos bens de capital e obras. No caso de despesas de custeio, os *campi* ajustaram suas necessidades à nova realidade orçamentária. Isso gerou grande impacto nas atividades fins devido à redução dos postos de trabalho e, conseqüentemente, da precarização dos serviços. No que tange ao financeiro disponível para pagamentos, o prejuízo institucional foi maior, e o impacto foi significativo. Como consequência, evidenciou-se o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralisações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também atraso e paralisação nas obras em andamento na instituição, em virtude do atraso no repasse de financeiro para cobrir as demandas. Apesar da baixa inscrição em restos a pagar processados para 2018, isso não demonstra a realidade vivenciada ao longo do exercício.

Outro fator preponderante é a redução da dotação orçamentária para funcionamento das atividades (Ação 20RL), que imputou sobre a gestão a necessidade de readequação do seu planejamento. Dessa forma, as unidades trabalharam no sentido de ajustar seus gastos de custeio com a projeção orçamentária definida no exercício. Essa estratégia obrigou a redimensionar principalmente a força de trabalho terceirizada, despesas com diárias e passagens e aquisição de material de consumo e bens de capital. Ressalta-se, ainda, o esforço da instituição em buscar alternativas para a redução dos eventuais entraves na execução das atividades previstas no planejamento institucional. Nesse sentido, a instituição vem trabalhando na implantação de sistema integrado de gestão, bem como revisando as normativas internas quanto a licitações, contratos, execução orçamentária entre outros.

### **3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

As questões de execução orçamentária e financeira têm sofrido um acréscimo de instabilidade nos últimos anos. Tal instabilidade foi perceptível no final do exercício de 2013, teve pequeno agravamento em 2014 e um impacto drástico em 2015. Já em 2016 e 2017, foi possível perceber mais claramente o reflexo negativo na gestão orçamentária. Quando ocorre a aprovação do orçamento, as instituições têm que estar preparadas para os contingenciamentos. Contudo, por prudência, anualmente, o IFFar tem se precavido, organizando o planejamento das despesas com margem de 10% de segurança, no intuito de garantir o andamento responsável dos gastos. Dependendo da capacidade de execução ao longo do exercício, fazia-se a articulação com a Setec, na tentativa de liberação dos valores contingenciados, possibilitando, assim, a efetivação do planejamento inicial.

Nos exercícios elencados acima, o cenário econômico e orçamentário do governo começou a sinalizar as dificuldades, para garantir a provisão orçamentária consignada na LOA. No entanto, o arrocho se intensificou e, em meados do mês de junho de 2017, trabalhou-se efetivamente com a possibilidade de cortes gerais no orçamento do IFFar em até 20%. Se tivesse se confirmado esse ajuste drástico, ele traria significativos prejuízos às ações previstas e necessárias ao funcionamento da instituição. Essas possíveis medidas pairaram sobre a comunidade institucional, com a preocupação de honrar até mesmo compromissos fixos que poderiam ficar desatendidos.

Amenizando esse cenário, posteriormente, houve definições mais concretas, revelando um contingenciamento geral de 10%. Porém, ainda se mantinha a preocupação de prejuízo nas atividades institucionais. Com isso, houve ajuste nos cortes, intensificando os recursos de investimentos, que chegaram a 40%. Priorizou-se, portanto, o desenvolvimento das ações de custeio que ficou reduzido em cerca de 10%. Assim, buscou-se um equilíbrio, mas obviamente, não são

ações a se comemorar, uma vez que tamanha retenção em valores de investimentos pode retardar processos de expansão e melhorias de infraestrutura administrativas e pedagógicas.

Com as liberações já no final do exercício, chegou-se a execução de 95% do orçamento de funcionamento, 99,8% do orçamento da assistência e 83,6% do orçamento de investimento consignado na LOA. Com isso, aumentou a inscrição restos a pagar não processados para o exercício seguinte. Essa situação poderia ter sido diferente se as liberações dos limites de empenho ocorressem em um prazo razoável e se a incerteza sobre o orçamento real da instituição fosse reduzida. Nessa ocasião, teríamos ganhos significativos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e, certamente, reduziríamos significativamente o montante de restos a pagar.

A manutenção da maioria dos recursos de custeio deu maior tranquilidade aos gestores e também à comunidade escolar, os quais precisaram readequar seus gastos, porém, sem prejudicar ações fundamentais dentro de cada unidade do IFFar. Mesmo com esse cenário mais favorável no âmbito orçamentário, houve retração ações no decorrer do exercício, seja pelo receio da implementação de novos gastos, ou mesmo pelo retardo de procedimentos licitatórios. Também impactou as algumas ações de longo prazo. Há projeto que ficaram estagnados no anseio de maior segurança dos valores aprovados no legislativo, momento em que se permita a gestão integral dos recursos destinados a cada órgão.

Há que se ressaltar que, apesar do contexto de dificuldades, o Instituto Federal Farroupilha honra mais uma vez o histórico de execução responsável e eficaz de seus recursos, o que pode ser observado nos demonstrativos apresentados neste relatório. Ele registra que houve efetivação das ações de ensino, pesquisa, extensão, inclusão, assistência estudantil e tantas outras que dependem da disponibilidade de recursos para sua continuidade.

Quanto aos assuntos de ordem financeira, cabe registrar os inúmeros infortúnios decorrentes do sistemático e longo período de atrasos para honrar com os compromissos de contas a pagar junto aos fornecedores da instituição.

O cenário financeiro vivenciado nos últimos exercícios, e não foi diferente em 2017, proporcionou muitos dissabores aos servidores diretamente ligados à área de recebimento, ateste e pagamento das obrigações institucionais. Os servidores não tinham mais condições de emitir posicionamento concreto de como se daria o pagamento a empresas dos mais variados portes econômico e financeiro. Pode-se cogitar a hipótese de que empresas podem ter ido à falência ou a um limite muito próximo disso por conta do contexto. Em função disso, a instituição chegou rever posicionamentos quanto aos procedimentos de prazos, flexibilizando e/ou paralisando demandas que estavam em andamento ou novas que deveriam ser executadas para efetuar pagamentos. Tal instabilidade poderá ser observada em licitações que tiveram diversos itens frustrados, seja pela desconfiança das empresas que não receberem pelo material ou serviço prestado, ou ainda pela incompatibilidade de preços apresentados nos termos de referência dos processos licitatórios, em decorrência da desestabilização econômica ocorrida.

A atual organização das áreas de licitações e contratos e de execução orçamentária e financeira pode ter sido o fator que possibilitou ao IFFar vencer os desafios encontrados em 2017. Foi uma vantagem ter a organização descentralizada, em que cada unidade, por ter suas representações nessas áreas, trataram de forma individualizada cada problema que foi surgindo nesse período.

Para complementar, o aprimoramento contínuo do compartilhamento de compras busca desonerar cada unidade em busca de maior confiabilidade nos processos. Isso tende a oportunizar processos cada vez mais rápidos e objetivos, bem como a evitar a ocorrência de erros e problemas na sua operacionalização.

Dessa forma, cabe à instituição acompanhar a movimentação nos cenários econômico e político, a fim de prepara-se para o que está por vir no exercício de 2018. A expectativa é de que se reestabeleça a segurança econômica e financeira do País e isso se reflita diretamente na qualidade do gasto público.

### 3.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Este subitem estabelece a necessidade de apresentação de informações pertinentes a reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Ressalta-se, porém, que não houve passivos por insuficiência de Créditos ou recursos no âmbito do Instituto Federal Farroupilha no exercício de 2017. Dessa forma, este item não se aplica ao Instituto no exercício.

### 3.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Para análise mais qualificada sobre a execução orçamentária de restos a pagar, apresenta-se, no Quadro 16, informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores, vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas no exercício.

Quadro 16 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

<b>Restos a pagar processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante em 1º/01/2017	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2010	41.379,77		41.379,77	-
2011	5.532,00		5.000,00	532,00
2012	11.649,66	2.586,00	417,50	8.646,16
2013	49.932,32	18,12		49.914,20
2014	38.614,38		4.446,35	34.168,03
2015	122.369,20	25.505,09	16.246,85	80.617,26
2016	1.174.047,26	1.046.655,97	73.447,94	53.943,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.443.524,59</b>	<b>1.074.765,18</b>	<b>140.938,41</b>	<b>227.821,00</b>
<b>Restos a pagar não processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante em 1º/01/2017	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2012	55.148,59			55.148,59
2013	392.341,30	30.221,30	329.361,04	32.758,96
2014	309.475,74	7.371,20	76.689,20	225.415,34
2015	2.180.452,44	882.195,98	219.204,37	1.079.052,09
2016	23.933.497,97	19.403.821,33	617.692,33	3.911.984,31
<b>TOTAL</b>	<b>26.870.916,04</b>	<b>20.323.609,81</b>	<b>1.242.946,94</b>	<b>5.304.359,29</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

#### 3.3.5.1 Análise Crítica

A execução dos Restos a Pagar teve a observância do que dispõe legislação vigente. De maneira geral, os Restos a Pagar foram executados com base, além do diploma legal já citado, na Lei nº 4.320/64, no Decreto nº 93.872/86, no Decreto nº 7.654/2011 e no Acórdão TCU nº 3.108/2011.

Da legislação citada, bem como da jurisprudência da Egrégia Corte de Contas, foi tirado o entendimento da conformidade das inscrições dos Restos a Pagar, conforme a seguir:

a) As inscrições em Restos a Pagar não processados e não liquidados terão validade até o dia 30 de junho do segundo ano subsequente de sua inscrição, observando-se o que dispõe o artigo 68 do Decreto nº 93.872/86;

b) Atendem o Artigo 35 do Decreto nº 93.872/86, Incisos I, II e III, considerando a natureza das despesas que são destinadas à continuidade do desenvolvimento da educação profissional, por analogia do que está disposto no parágrafo 3º, I, letra “c” do Artigo 68, do mesmo diploma legal;

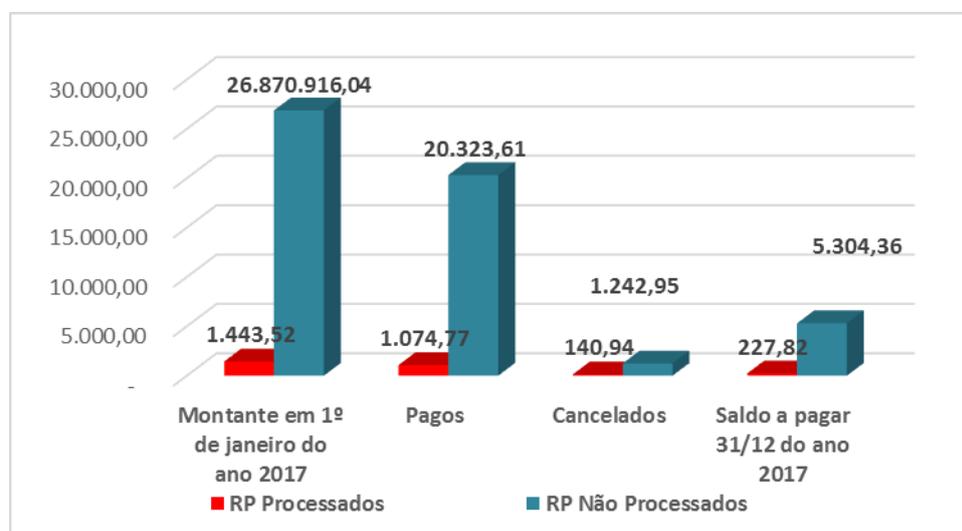
c) Pela garantia do fluxo dos recursos considerando os ajustes firmados com o órgão concedente, nos termos dos recursos definidos nos cronogramas de desembolso dos planos de aplicação;

De maneira geral, nossas unidades executaram os recursos de Restos a Pagar em conformidade com o que dispõe a legislação. Para a inclusão de restos a pagar no ano de 2016, referente exercício de 2015, foram adotados procedimentos de acompanhamento e execução dos restos a pagar no Instituto Federal Farroupilha, os quais foram subsídios para as inclusões posteriores, inclusive do exercício de 2017. Procedimentos estes que melhoraram o acompanhamento dos mesmos.

Deve-se ressaltar que a maioria dos montantes de restos a pagar de anos inscritos até 2015 se refere a contratos de obras ou aquisições que não se finalizaram por problemas técnicos de execução e/ou jurídicos. Os inscritos em 2016 que foram executados em 2017 referem-se basicamente a obras e equipamentos e a despesas correntes com material de consumo e serviços de pessoas jurídicas. Apesar de ser um valor expressivo, comparado com os anos anteriores indica uma redução no saldo reinscrito para 2018 (saldo em 31/12/2017). Porém, analisando os anos de 2016 e 2017, é possível verificar que o saldo, em 31 de dezembro de 2017, aumentou significativamente. Esse aumento deve-se à paralisação de quatro obras. Comparando a inclusão de restos a pagar nos exercícios de referência (2016 e 2017) das prestações de contas, verifica-se uma leve baixa no montante de inscrição para 2017, de aproximadamente 4,89%, ou seja, R\$ 1,45 milhões.

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar de exercícios anteriores no âmbito institucional perfizeram o montante de R\$ 28,31 milhões de reais, dos quais aproximadamente 19,5% foram reinscritos no exercício de 2018.

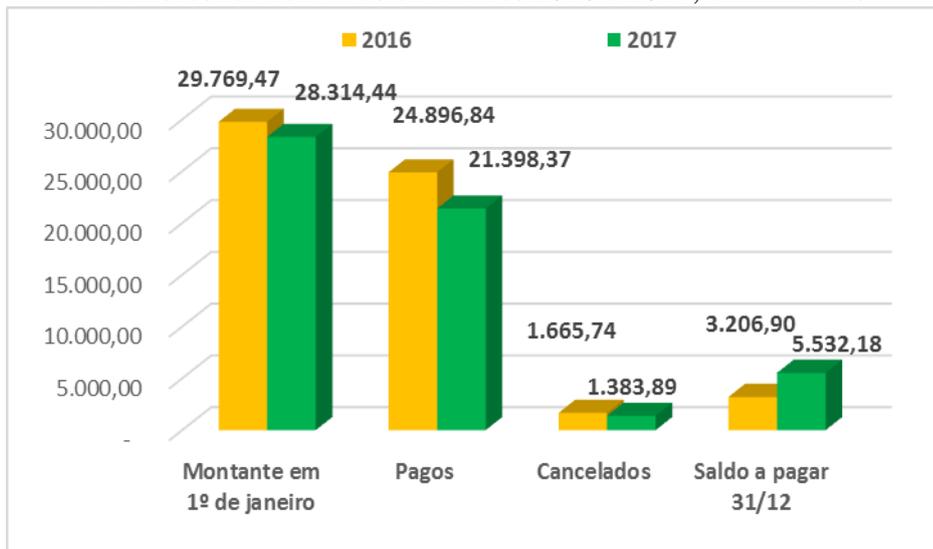
Gráfico 6 - Valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente exercício 2017, em mil reais



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Dos valores em restos a pagar de exercícios anteriores, 5% referem-se a processados, enquanto os não processados representam 95% do total. Observa-se, também, aproximadamente 75,57% dos RP foram pagos no exercício de 2017, enquanto 4,89% desses foram cancelados.

Gráfico 7 - Comparativo entre os valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente aos exercícios 2016 e 2017, em mil reais



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Pode-se observar, ao longo dos quatro últimos exercícios, uma redução significativa nos estoques de restos a pagar de exercícios anteriores. Em 2014, eles somavam em torno de R\$35,8 milhões. Em 2017, os valores se aproximavam de R\$28,31 milhões. É possível registrar uma redução nominal de R\$7,49 milhões, ou seja, 20,92%. Entre os anos de 2016 e 2017, a tendência de redução se manteve, reduzindo aproximadamente 4,89%. Tendência esta que deverá prevalecer no próximo exercício. Também é importante destacar que estoques de restos a pagar de exercícios anteriores são basicamente influenciados pela liberação tardia dos limites de empenho, no final de 2016, e pela não liberação de financeiro para pagamento dos liquidados.

Outro aspecto importante se refere aos cancelamentos de restos a pagar. Em 2017, eles registram uma significativa redução. Pode-se perceber que a melhoria aparente na gestão dos restos a pagar está diretamente ligada a dois fatores: 1) ações institucionais no sentido de atender o que preconiza a legislação sobre manutenção de restos a pagar. Nesse sentido, a instituição normatizou a inscrição e acompanhamento dos restos a pagar não processados. Com a implantação do Sistema Integrado de Gestão, a tendência é a melhoria significativa da gestão da execução orçamentária e, conseqüentemente, destes estoques; 2) Contingenciamento orçamentário destinado a obras. Se isso não tivesse ocorrido, provavelmente parte significativa dos valores seriam inscritos em restos a pagar.

### 3.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

Esse subitem presta informações sobre transferências realizadas pelo IFFar no exercício de 2017 com relação a convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

#### 3.3.6.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Este subitem contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, nos quais os valores se referem à totalidade dos instrumentos celebrados em cada exercício. Nesse contexto, a instituição celebrou apenas um instrumento de transferência, apresentado no quadro a seguir.

Quadro 17 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
UG/GESTÃO:	UG/GESTÃO: 158127/26420					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Termo de Descentralização	3	2	1	1.049.715,40	2.049.855,28	33.750,00
Totais	3	2	1	1.049.715,40	2.049.855,28	33.750,00

Fonte: PROAD/SIAF/TESOURO GERENCIAL

### 3.3.6.2 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Este tópico demonstra a situação gerencial da prestação de contas pelos recebedores dos recursos transferidos pela instituição, situação apresentada em 31 de dezembro de 2017. Assim, o quadro, a seguir, evidencia a quantidade e o montante repassado dos instrumentos até o final do exercício, de acordo com a situação da prestação de contas: prestadas ou não prestadas.

Quadro 18 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
UG/GESTÃO: 158127/26420					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Descentralização
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	3
		Montante Repassado	0,00	0,00	1.049.715,40
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	3
		Montante Repassado	0,00	0,00	2.083.605,28

Fonte: PROAD/SIAF/TESOURO GERENCIAL

### 3.3.6.3 Visão gerencial da análise das contas prestadas

Este subitem refere-se às informações sobre a análise de contas pela unidade concedente ou contratante (UPC ou de subunidade da UPC) que foram apresentadas no exercício de referência do relatório de gestão. Ao mesmo tempo traz informações sobre o perfil dos atrasos na análise das prestações de contas de recursos repassados pela UPC ou por unidades que integram a conta anual.

Neste item, especificamente, a instituição não possui informação para relatar, uma vez que os Termos de Descentralização elaborados nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 estão em vigência, fora do prazo de prestação de contas que ocorrerá no exercício de 2018.

O quadro a seguir contempla informações sobre a análise de contas pela unidade concedente ou contratante que foram apresentadas no exercício de referência do relatório de gestão. Assim,

tomando por base as contas prestadas no exercício, apresenta informações de quantidade e montante, envolvendo contas analisadas e não analisadas pela unidade. Destaca-se que no exercício de 2017 não foram apresentadas contas para análise.

Quadro 19 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente				
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha				
UG/GESTÃO: 158127/26420				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0	0
	Quantidade reprovada	0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	0,00	0,00	0,00
Contas analisadas NÃO	Quantidade	0	0	6
	Montante repassado (R\$)	0,00	0,00	3.133.320,68

Fonte: PROAD/SIAF/TESOURO GERENCIAL

### 3.3.6.4 Análise crítica

Ao longo do exercício de 2017, foram efetivados apenas três Termos de Execução Descentralizada, dos quais, dois foram para a Universidade Federal de Santa Maria, em virtude do convênio firmado, devido à vinculação do *Campus* Frederico Westphalen ao Instituto Federal Farroupilha. O outro para execução de despesas dos jogos estudantis da região sul, realizado pelo Instituto Federal do Paraná. O montante dos destaques realizados neste exercício foi de R\$ 1.049.714,15. Desse valor, apenas R\$ 607.741,68 foi pago. Quanto ao termo realizado com o IFPR, ele está 100% executado, já os termos realizados com a UFSM ainda estão em fase de execução, uma vez que estão em vigência e cessar-se - ão após a transferência completa da unidade para IFFar.

Ao longo do exercício de 2018, serão solicitadas as prestações de contas dos termos que já expiraram a sua vigência, que são dois. Quanto aos demais instrumentos de transferência de recursos, não foram efetuados nenhum.

Dessa forma, as informações referentes à análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão, bem como atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos ficaram sem informações no presente relatório. Observa-se também que a instituição não possui transferências na situação de prestação de contas inadimplente.

### 3.3.6.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Quanto à estrutura para acompanhamento das prestações de conta, a instituição possui setor específico para prover e gerenciar os processos de prestação de contas, tanto para as que o IFFar é concedente, quanto proponente e executor. Observa-se que o setor faz a gestão das prestações de contas e cabe à unidade a efetivação das mesmas. O IFFar conta hoje com duas pessoas fazendo a gestão dos processos e, em cada *campus*, pelo menos uma dessas participa diretamente na prestação de contas.

Quando a instituição é executora orçamentária de algum convênio ou outro instrumento de transferência de recurso, a prestação de contas dá-se de forma concomitante com a execução orçamentária. Há, portanto, processo específico e planilhas de acompanhamento específicas.

Quanto aos sistemas para acompanhamento orçamentário, o IFFar utiliza o Tesouro Gerencial e o Siafi. Em breve, esse acompanhamento será aprimorado, pois a instituição está em fase de implantação do Sistema Integrado de Gestão, o qual possibilitará acompanhamento mais adequado das prestações de conta.

Por fim, quanto à execução do objeto, o acompanhamento fica a cargo dos atores envolvidos diretamente na ação.

### 3.3.7 Informações sobre a realização de receitas

Este tópico tem por objetivo demonstrar uma visão gerencial sobre a composição das receitas da unidade no exercício, bem como sua execução. Ou seja, demonstrar a composição de receitas de fontes próprias da unidade, aquelas cuja arrecadação tem origem no esforço próprio das unidades, seja pelo fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio, etc.

Quadro 20 - Provisão da receita orçamentária do Instituto Federal Farroupilha, exercício de 2017 em mil reais

NATUREZA DA RECEITA		PREVISAO INICIAL DA RECEITA	RECEITA ORCAMENTARIA
13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	168.884,00	164.898,61
13100112	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - MULTAS E JUROS	0,00	53,52
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	189.456,00	502,15
14000011	RECEITA AGROPECUARIA	224.859,00	111.314,12
15000011	RECEITA INDUSTRIAL	38.844,00	120.990,42
16100111	SERV. ADMIN. E COMERCIAIS GERAIS	100.663,00	114.692,26
16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS	410.000,00	16.100,00
19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	54.034,85
19219911	OUTRAS INDENIZACOES		1.920,00
19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES		22.419,43
19229911	OUTRAS RESTITUICOES		34.714,64
19909911	OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS	13.639,00	740,00
76100111	SERV. ADMIN. COMERCIAIS GERAIS-INTRA		1.600,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.146.345,00</b>	<b>643.980,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

A arrecadação da instituição não possui um comportamento uniforme ao longo tempo, pois está basicamente lastrada na sazonalidade da arrecadação. Observa-se que a receita foi significativamente inferior à provisão orçamentária. Os fatores que influenciaram esse comportamento foram: 1) A não efetivação da receita proveniente da agropecuária. Neste ano, foi canalizada a produção agropecuária para alimentação dos alunos, o que levou a redução da comercialização desta demanda; 2) Não realização do concurso público previsto para 2017; 3) Não houve remuneração de depósitos bancários, em função da impossibilidade de aplicação dos recursos oriundos de excesso e superávit de arrecadação.

Neste aspecto, cabe destacar a reestruturação da receita proveniente da produção animal e vegetal e seus derivados, inclusive os industrializados. Isso é reflexo da decisão da redução de gastos com o sistema de produção animal e vegetal, bem como dos entraves ambientais para a liberação de alguns alvarás ligados à área. Importante mencionar também o fato de que parcela

significativa da produção dos *campi* de São Vicente do Sul e Alegrete foi direcionada aos refeitórios.

Quadro 21 - Arrecadação e execução da receita própria por fonte, referente exercício de 2017, em Reais

FONTE	DO TAÇÃO TOTAL	ARREC ADAÇÃO	VALORES EMPENHADOS		DESPESAS PAGAS
			DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTO	
2500026420	956.889,00	592.943,31	0,00	521.764,20	191.760,61
2800026420	189.456,00	502,15	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>593.445,46</b>	<b>0,00</b>	<b>521.764,20</b>	<b>191.760,61</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Observou-se no exercício que a frustração de arrecadação foi significativa, aproximadamente 48,23%. Do total arrecadado, 88% foram executados, os outros 12% não foram liberados limites para empenho, gerando superávit de arrecadação para 2018. Quanto às fontes, a arrecadação dá-se basicamente na fonte 0250, com praticamente 100% da arrecadação.

No que se refere à execução, 100% foi destinado a despesas com investimento para aquisição de equipamentos e material permanente.

### 3.3.8 Informações sobre a execução de despesas

Este item tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, a execução das despesas executadas pela instituição. As informações sobre a realização da despesa são apresentadas nos subitens a seguir:

- a) Despesas totais por modalidade de contratação;
- b) Despesas por grupo e elemento de despesa.

Dessa forma, os quadros a seguir demonstram a execução do orçamento consignado ao IFFar, indiferentemente da unidade executora deste orçamento.

#### 3.3.8.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Este item representado pelo quadro a seguir demonstra as despesas totais por modalidade de contratação, ou seja, quais os montantes despendidos para cada modalidade de licitação efetuada pelo Instituto Federal Farroupilha, referente aos exercícios de 2016 e 2017. A análise de sua composição e evolução está detalhada no item 3.3.8.3.

Quadro 22 - Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2017	%	2016	%	2017	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	51.662.600,44	19,89%	40.706.419,26	14,33%	29.013.021,67	12,36%	24.931.455,28	9,37%
a) Convite	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
b) Tomada de Preços	685.090,21	0,26%	660.600,00	0,23%	680.460,56	0,29%	262.294,32	0,10%
c) Concorrência	11.247.854,34	4,33%	2.762.366,62	0,97%	2.090.899,06	0,89%	937.036,63	0,35%
d) Pregão	39.729.655,89	15,29%	37.283.452,64	13,13%	26.241.662,05	11,18%	23.732.124,33	8,92%
e) Concurso	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
f) Consulta	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%

g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	6.551.861,80	2,52%	4.824.623,95	1,70%	5.174.440,58	2,20%	3.527.957,43	1,33%
h) Dispensa	2.939.476,03	1,13%	1.359.420,22	0,48%	2.455.926,59	1,05%	1.028.598,31	0,39%
i) Inexigibilidade	3.612.385,77	1,39%	3.465.203,73	1,22%	2.718.513,99	1,16%	2.499.359,12	0,94%
3. Regime de Execução Especial	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
j) Suprimento de Fundos	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	179.171.776,63	68,96%	217.100.741,80	76,44%	179.170.329,56	76,34%	217.098.742,72	81,57%
k) Pagamento em Folha	178.417.879,26	68,67%	216.277.809,01	76,15%	178.417.879,26	76,02%	216.277.809,01	
l) Diárias	753.897,37	0,29%	822.932,79	0,29%	752.450,30	0,32%	820.933,71	0,31%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	237.386.238,87	91,37%	262.631.785,01	92,47%	213.357.791,81	90,91%	245.558.155,43	92,26%
6. Total das Despesas da UPC	259.802.047,40	100%	284.013.112,00	100%	234.694.502,17	100%	266.146.675,63	100%
7. Outros	22.415.808,53	8,63%	21.381.326,99	7,53%	21.336.710,36	9,09%	20.588.520,20	7,74%

Fonte: PROAD/SIAF/TESOURO GERENCIAL

### 3.3.8.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro a seguir demonstra a execução da despesa da totalidade dos recursos consignados a UPC, de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa. Ou seja, demonstram quais os elementos de despesas que tiveram maior valor empenhado, liquidado e pago nos exercícios de 2017, bem como sua evolução com base no exercício anterior, nos grupos de despesas 1,2,3,4,5 e 6. A análise de sua evolução está detalhada no item 3.3.8.3

Quadro 23 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>178.417.879,26</b>	<b>216.277.809,01</b>	<b>178.417.879,26</b>	<b>216.277.809,01</b>	-	-	<b>178.417.879,26</b>	<b>216.277.809,01</b>
<i>11- Vencimentos e Vantagens Fixas</i>	136.280.093,67	159.246.809,23	136.280.093,67	159.246.809,23	-	-	136.280.093,67	159.246.809,23
<i>13 - Obrigações Patronais</i>	26.581.983,92	29.936.166,23	26.581.983,92	29.936.166,23	-	-	26.581.983,92	29.936.166,23
<i>01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar</i>	6.926.732,04	9.985.599,97	6.926.732,04	9.985.599,97	-	-	6.926.732,04	9.985.599,97
<i>Demais elementos do grupo</i>	8.629.069,63	17.109.233,58	8.629.069,63	17.109.233,58	-	-	8.629.069,63	17.109.233,58
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<i>Elemento de despesa</i>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>63.208.377,85</b>	<b>60.420.629,96</b>	<b>52.880.571,78</b>	<b>48.027.779,97</b>	<b>10.327.806,07</b>	<b>12.392.849,99</b>	<b>51.733.461,36</b>	<b>47.772.136,43</b>
<i>39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ</i>	32.526.893,74	32.018.151,68	25.434.213,58	22.717.660,36	7.092.680,16	9.300.491,32	24.791.307,84	22.553.269,68
<i>46 - Auxílio Alimentação</i>	7.176.541,98	7.302.031,23	7.176.541,98	7.302.031,23	-	-	7.176.541,98	7.302.031,23

30 - Material de Consumo	6.384.820,31	4.812.557,67	4.129.457,00	3.085.622,77	2.255.363,31	1.726.934,90	4.093.553,29	3.068.976,58
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	5.281.884,33	4.350.148,17	5.236.253,70	4.330.808,17	45.630,63	19.340,00	5.119.531,20	4.291.122,17
Demais elementos do grupo	11.838.237,49	11.937.741,21	10.904.105,52	10.591.657,44	934.131,97	1.346.083,77	10.552.527,05	10.556.736,77
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercício	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
<b>4. Investimentos</b>	<b>18.175.790,29</b>	<b>7.314.673,03</b>	<b>4.570.098,39</b>	<b>2.096.730,19</b>	<b>13.605.691,90</b>	<b>5.217.942,84</b>	<b>4.543.161,55</b>	<b>2.096.730,19</b>
51 - Obras e Instalações	12.432.718,17	3.766.165,12	2.898.115,89	1.242.529,45	9.534.602,28	2.523.635,67	2.893.486,24	1.242.529,45
52 - Equipamentos e Material Permanente	5.511.174,56	3.040.897,03	1.531.935,34	579.305,86	3.979.239,22	2.461.591,17	1.509.628,15	579.305,86
39 - Outros Serviços de Terceiros-PJ	231.897,56	507.610,88	140.047,16	274.894,88	91.850,40	232.716,00	140.047,16	274.894,88
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD/SIAFI/TESOURO GERENCIAL

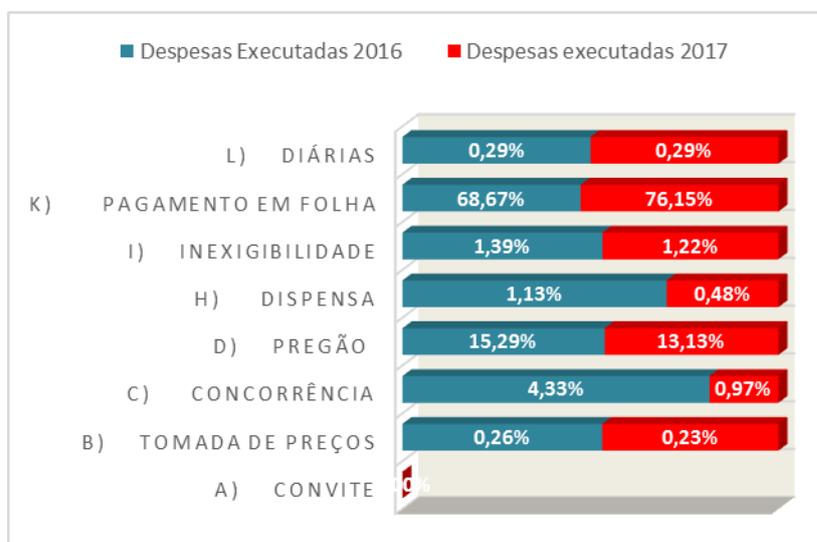
### 3.3.8.3 Análise crítica da realização da despesa

Esta análise tem por objetivo apresentar de forma sucinta, informações referentes à execução das despesas do exercício de 2017.

A demonstração das despesas totais através das modalidades de contratação realizadas pelo órgão consolida a regra e a obediência ao princípio constitucional de licitar suas necessidades, proporcionando a divulgação das informações aos possíveis interessados. Observa-se que a modalidade de contratação Pregão é a mais utilizada, considerando o condicionamento legal, bem como a celeridade operacional do processo. De qualquer forma, a instituição entende que existe espaço para otimização e economia em escala, com licitações compartilhadas para aquisição de bens e produtos, bem como serviços comuns. Esse trabalho está sendo realizado e será aperfeiçoado pela área de licitações, conforme vai tendo recursos humanos e capacitação adequada para atender a demanda. Além disso, a reformulação dos manuais referente a licitações e contratos, bem como a implantação do sistema de gestão possibilitará melhorias significativas no processo de compras e licitações.

Cabe destacar que o Quadro 22 apresenta, de forma clara, algumas informações imprescindíveis para análise do gestor, indicando a modalidade de contratação utilizada para a execução da despesa. Porém, apesar de demonstrar a totalidade das despesas, comparando-a com as modalidades de contratação, o item pagamento em folha detém-se a informar aquelas despesas relacionadas ao grupo de natureza de despesas 1(um). Dessa forma, algumas despesas que são pagas via folha de pagamento como os auxílios transporte, alimentação, saúde, creche, funeral e outros, ficam informados no quadro como outros. Nesse sentido, o valor real realizado via folha de pagamento no exercício de 2017 foi de R\$ 229,35 milhões, e a soma das demais despesas executadas via folha de pagamento chegam ao montante de R\$13,09 milhões de reais.

Gráfico 8 - Percentual liquidado por modalidade de contratação, período 2016 e 2017, Instituto Federal Farroupilha



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quanto à representatividade por modalidade de licitação, observa-se que 76,15% das liquidações referem-se a pagamento em folha, e 13% a pagamento em pregão. Porém, se fosse separado o orçamento de pagamento em folha, grupo de natureza 1, dos demais, a representatividade do pregão aumentaria para 55% do total das contratações.

As despesas com diárias mantiveram-se em termos percentuais (0,29% do orçamento total) nos mesmos patamares de 2016. Todavia, ocorreu um pequeno aumento nos gastos, passando de R\$ 753 mil em 2016, para R\$ 823 mil em 2017. Registrou-se, portanto, um aumento de 9,16% em relação ao ano anterior. Isso deve-se à reorganização das atividades administrativas, tais como: reuniões e eventos internos, participação de servidores em eventos nacionais e internacionais e em capacitações. Nesse mesmo contexto, houve redução de aproximadamente 27,59% nas despesas com locomoção.

O valor elevado da modalidade “outros” no quadro de 7.2.10.1 refere-se, principalmente, aos valores de auxílios e assistência aos servidores, que somam R\$13,09 milhões de reais, ou seja, 60% do total. Além desta despesa, é possível citar os auxílios financeiros a estudantes e o auxílio pesquisador que, juntos, somam R\$ 4,69 milhões, ou seja, 22% do total. Destacam-se também as despesas com pessoa física e despesas com bolsas para os estudantes, referente ao Programa Bolsa Formação, que representam aproximadamente 9,5% desta modalidade.

Os montantes contratados através de compras diretas somam aproximadamente R\$4,82 milhões, (1,70% do total empenhado e 7,2% descontado as despesas com pagamento de pessoal), basicamente resultado de contratos de energia elétrica, água e esgoto, publicidade legal e outros insumos básicos passíveis de contratação por essas modalidades. Quanto à inexigibilidade, esta representa aproximadamente 72% do total das compras diretas, e 1,22% da despesa total. Comparando os últimos dois exercícios, percebe-se que houve redução de 23,6% nas aquisições e contratações diretas. Esse movimento está diretamente relacionado às ações institucionais que visam a melhorar as contratações.

A demonstração da execução da despesa evidencia que aproximadamente 76,1% do orçamento executado refere-se a pagamento de pessoal e encargos, 21,3% a despesas correntes, custeio, e aproximadamente 2,6% a investimento.

Comparando com o exercício de 2016, o montante empenhado teve uma evolução de 9,32%. A diferença se dá basicamente pelo aumento das despesas com pessoal em aproximadamente R\$37,86 milhões de reais.

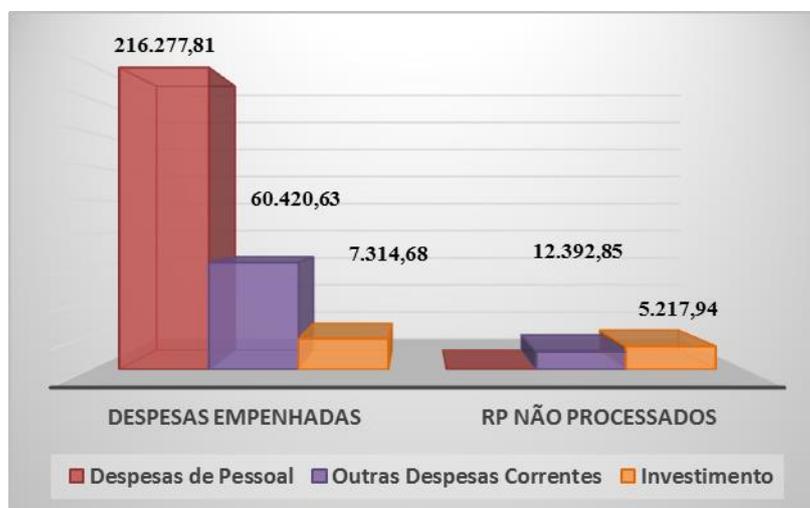
No grupo de despesas correntes, a variação negativa foi de 4,41%, ocorrida em virtude da redução do recurso do Programa Bolsa Formação e do Programa E-Tec, ambos financiados pelo FNDE. Já as despesas de investimento tiveram redução drástica neste exercício, passando de R\$18,18 milhões para R\$ 7,31 milhões, sinalizando uma redução de 60% se comparado com o exercício de 2016.

As reduções nas despesas correntes trouxeram impacto significativo nas atividades institucionais. Porém, a redução do investimento tende a gerar situações difíceis de resolver a curto prazo, tais como: falta de espaços para alimentação dos estudantes, falta de espaço adequado para práticas de educação física, falta de salas de aulas e de laboratórios.

Da análise dos elementos de despesa de cada grupo, destaca-se, no grupo despesas de pessoal, que 73,63% do valor empenhado refere-se a vencimentos e vantagens fixas, e 13,84% corresponde a obrigações patronais. Além disso, no grupo outras despesas correntes, aproximadamente 53% do valor foi empenhado em Serviços de Pessoas Jurídicas, visando a atender às despesas fixas com contratos continuados para a manutenção das atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência aos estudantes. Quanto aos investimentos, 51,57% do valor foi empenhado em obras.

Analisando a evolução do orçamento empenhado entre 2016 e 2017, percebe-se que este cresceu 9,32%, impulsionado pelas despesas de pessoal. Porém, as despesas correntes e investimento tiveram redução significativa de 4,41% e 59,76%, respectivamente.

Gráfico 9 - Despesa empenhada e RP não processados por grupo de despesa, exercício 2017 em mil Reais



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quanto aos restos a pagar, evidencia-se uma redução significativa nas inscrições de restos a pagar não processados. Uma redução de 26,42%, passando de aproximadamente R\$ 23,93 milhões de reais em 2016 para R\$17,61 milhões em 2017. Entre 2016 e 2017, os percentuais inscritos em restos a pagar não processados também sofreram redução, passando de 9,21% do total empenhado em 2016 para 6,20% em 2017. Observa-se que a redução na inscrição em RP não processados deu-se principalmente na conta investimento. Tal redução é fruto da não liberação de investimento para obras. No que diz respeito às despesas com Capital, a maior representatividade foi para obras (449051), com 52% das despesas empenhadas, dos quais, 67% foram inscritos em restos a pagar. Destaca-se, ainda, a redução das inscrições em RP não processados em investimento, que foi de

61,65%. Tal fato é perfeitamente compreensível, considerando que as obras geralmente são executadas em mais de um exercício.

Cabe destacar, ainda, no Grupo de despesa Outras Despesas Correntes, que os valores inscritos em restos a pagar do exercício 2017 foram superiores ao ano de 2016 em 20%, resultando na inscrição em RP não processados de R\$ 12,39 milhões de reais. Observa-se que 29% dos empenhos em outros serviços de terceiros – PJ foram inscritos em restos a pagar não processados, perfazendo um montante de R\$ 9,30 milhões de reais. Neste grupo, os valores principais inscritos referem-se às despesas de implantação do sistema de gestão da instituição, (1/12) um doze avos das despesas referentes à execução dos contratos continuados do mês de dezembro de 2017 e despesas com manutenção e conservação de imóveis. Se comparado com o ano de 2016, houve aumento de aproximadamente 31% nas inscrições no elemento de despesa em análise.

Ao longo do exercício de 2017, os fatores intervenientes que influenciaram as ações foram basicamente de contexto orçamentário e financeiro. O contingenciamento imposto pelo decreto de execução orçamentária, bem como as restrições impostas pelas Portarias nº 28 e nº 234 do Ministério do Planejamento geraram frustração em algumas ações institucionais, principalmente no que se refere à aquisição de bens de capital e obras e nas atividades de ensino. No caso de despesas de custeio, os *campi* ajustaram suas necessidades à nova realidade orçamentária, o que não gerou grande impacto nas atividades em sala de aula, porém, teve reflexo significativo nas atividades de práticas pedagógicas e profissionais. No que tange ao financeiro disponível para pagamentos, o prejuízo institucional foi maior, e o impacto foi significativo. A consequência disso foi o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralisações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também atraso e paralisação nas obras em andamento na instituição, em virtude do atraso no repasse de financeiro para cobrir as demandas.

O contingenciamento imputou sobre a gestão a necessidade de readequação do seu planejamento. Dessa forma, as unidades trabalharam no sentido de ajustar seus gastos de custeio com a projeção orçamentária definida no exercício. Essa estratégia obrigou a redimensionar principalmente a força de trabalho terceirizada, despesas com diárias e passagens e aquisição de material de consumo e bens de capital. Deve ser realçado também o esforço da instituição em buscar alternativas para redução dos eventuais entraves na execução das atividades previstas no planejamento institucional. Nesse sentido, a instituição vem trabalhando na implantação de sistema integrado de gestão, bem como revisando as normativas internas quanto a licitações, contratos, execução orçamentária entre outros. Outra ação relevante da instituição é o permanente processo de capacitação dos servidores envolvidos em atividades meio, como execução orçamentária, licitações e contratos.

#### **a) Gestão de compras e licitações**

Em função das especificidades relacionadas às licitações, optou-se por demonstrar neste subitem um detalhamento das licitações realizadas no âmbito institucional. Destaca-se que as licitações são realizadas de forma compartilhada com as diversas unidades gestoras. Como o Instituto optou por uma estrutura organizacional descentralizada de execução, os *campi* participam diretamente na elaboração e execução de processos licitatórios, sob a gestão e acompanhamento da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

No intuito de redimir possíveis riscos, a instituição vem trabalhando não só no acompanhamento das ações, mas também na capacitação de servidores e no monitoramento do mapa de risco. A seguir, apresenta-se algumas informações pertinentes referentes à área de licitações e compras.

## b) Quantitativo de licitações tramitadas em 2017

Na tabela a seguir, encontra-se o total de licitações por modalidade no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, levando em consideração seu início, andamento e término.

	Iniciadas em 2015 e finalizadas em 2016	Iniciadas e finalizadas em 2016	Iniciadas em 2016 e não finalizadas	Total de licitações
Concorrência	0	3	0	3
Tomada de Preços	2	3	0	5
Convite	0	1	0	1
Pregão	5	53	19	77
Inexigibilidade	1	51	2	54
Dispensa	0	43	3	46
Chamada Pública	0	0	1	1
RDC	0	0	1	1
Leilão	0	3	1	4
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>157</b>	<b>27</b>	<b>192</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

No que tange à quantidade de licitações realizadas em 2017, percebe-se que o maior quantitativo está disposto na modalidade Pregão Eletrônico, seguido das inexigibilidades e das dispensas de Licitações. Com menor quantidade, destaca-se a Chamada Pública, uma espécie de Dispensa de Licitação recente, que foi implementada no ano de 2015. Evidenciou-se que 8 Licitações do exercício de 2016 foram finalizadas apenas em 2017, ao passo que das 157 Licitações planejadas para 2017, apenas 27 não foram finalizadas. No total, 192 Licitações tiveram algum tipo de tramitação em 2017.

## c) Capacitação dos envolvidos em compras e licitações em 2017

No ano de 2017, a média de capacitação por servidor na área de Compras e Licitações foi de 1,04 capacitações. Essa análise não significa que todos os servidores foram capacitados, tendo em vista que alguns servidores realizaram mais de uma capacitação, ao passo que outros não participaram de nenhuma.

## d) Mapa de risco no âmbito das compras e licitações

No quadro a seguir, estão expressos os riscos gerais que envolvem Compras e Licitações, sendo que para cada objeto licitado são expressos riscos específicos, conforme determina a IN SEGES/MPOG nº 05/2017.

Quadro 24 - Mapa de risco no âmbito das compras e licitações

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medidas a Tomar
Adjudicação com valores superiores ao estimado	Baixo	Alto	Não atendimento ao princípio da economicidade. Não atendimento art. 24, § 8º e art. 25 do Decreto 5.450/2005 e art. 4º, inc XVII da Lei 10.520/2002. Ainda de acordo com clausula do edital que prevê: “deverá ser examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e ainda e a negociação para que seja obtido um preço melhor”	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização e <i>checklist</i> , por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Falta de autorização abertura de licitação	Baixo	Alto	Não atendimento ao Art 9º do Decreto 5.450/2005	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de <i>checklist</i> , por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Sobrepresos nos orçamentos estimativos	Médio	Alto	Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado. Não atendimento ao princípio da economicidade.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de <i>checklist</i> , por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Quantidades superestimadas nos pedidos de compra	Médio	Alto	Se não for por SRP, comprometimento orçamentário; problemas na execução contratual.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de <i>checklist</i> , por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Falta de publicação de aviso de SRP em jornal de grande circulação	Baixo	Médio	Não atendimento ao §6º art.17 Decreto 5.450/2005.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de <i>checklist</i> , por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.

Divergências textuais no edital, TR, minuta de Ata e minuta de contrato.	Alto	Médio	Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital, problemas na execução contratual, atraso no atendimento das necessidades da Instituição.	Seguir orientações do Manual de Compras e Licitações utilizando o Modelo de editais da AGU na modalidade a ser licitada. Seguir orientações sugeridas pelos pareceres da PROAD E PROJUR,
Edital não revisado na totalidade (copy-paste de outro edital)	Alto	Médio	Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital, problemas na execução contratual, atraso no atendimento das necessidades da Instituição.	Seguir orientações do Manual de Compras e Licitações utilizando o Modelo de editais da AGU na modalidade a ser licitada. Seguir orientações sugeridas pelos pareceres da PROAD E PROJUR
Falta de entendimento diferença entre serviço contínuo x serviço comum	Alto	Alto	Prejuízos à racionalização de custos, uma vez que, quando o serviço é continuado, o contrato poder ter a duração de cinco anos, sendo maior o desconto. Ainda há a economia de não realizar uma licitação por ano. Por outro lado, se o serviço não é contínuo, corre-se o risco de prorrogar um contrato não vantajoso para a Administração.	Consultar da portaria 1701 de 31/12/2015 onde estão definidos todos os serviços considerados de natureza contínua que cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, no âmbito deste Instituto.
Tratamento Diferenciado ME / EPP por item e não pelo valor global da licitação	Baixo	Alto	Não atendimento ao Art 48 inc I da Lei Compl 123/2006.	Seguir orientações do Manual de Compras e Licitações utilizando o Modelo de editais da AGU na modalidade a ser licitada. Seguir orientações sugeridas pelos pareceres da PROAD E PROJUR
Não atendimento do parecer jurídico sem justificativa	Baixo	Alto	Apontamentos dos órgão de controle, responsabilização dos agentes públicos.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de <i>checklist</i> , por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Falta de lançamento do valor negociado no sistema	Baixo	Alto	Não atendimento ao princípio da economicidade.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de <i>checklist</i> , por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Não cobrar o envio de documentos da habilitação da licitação.	Baixo	Alto	Não atendimento ao art. 11 do Decreto 5.450/2005.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de <i>checklist</i> , por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação

				à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Descontrole e falta de padronização.	Alto	Alto	Pouca flexibilidade tramite complexos, burocrático trabalha mal distribuído e repetido, desperdício de recursos em geral (pessoas, materiais e financeiros), processo decisório lento, complicado, desarticulado e ineficiente, necessidade de constante ampliação de controles, Insegurança administrativa, elevado risco nas diversas ações da administração, como contratações, orçamento, infraestrutura, entre outros.	Melhorias do sistema informatizado. A partir de julho foi implantada a fase I de alterações previstas, com vinculação da solicitação de compras ao catálogo de matérias e serviços padronizados. Está prevista a implantação da fase II, que incluirá: informação orçamentária; controle de registros de preços; aprovação do TR e autorização eletrônica da despesa.
Contratos de limpeza: áreas superestimadas; planilhas de custos com problemas ou em desacordo com a legislação / orientações do TCU; cálculo de produtividade inadequado.	Médio	Alto	Não atendimento ao princípio da economicidade.	Revisão – medição das áreas; b. Revisão de Planilhas de custos; c. Início de estudo para estipular padrões de produtividades alternativos, mas adequados às necessidades da Instituição.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

### e) Procedimentos na área de compras e licitações

As compras são realizadas de forma compartilhada ou conjunta, em que todos licitam bens e serviços comuns a todos de forma conjunta e dividida. São identificados inicialmente quais objetos são comuns a todos e ocorre a divisão. Nos objetos comuns, dividem-se as tarefas entre todos os *campi* e se decide quem vai licitar o quê. Trata-se de uma ferramenta utilizada para reunir todos ou pelo menos, boa parte das requisições que contemplem o mesmo objeto, com vistas a não incorremos em repetições constantes de licitações ou até mesmo fracionamento de despesa. Ressalta-se que esse procedimento guarda plena conformidade como a legislação e orientações disponíveis para os Gestores Públicos, tendo por objetivo precípuo resguardar a Administração e atender ao interesse público.

O instituto Federal Farroupilha atua de maneira descentralizada, ou seja, cada unidade é responsável por firmar seus contratos. Os processos dos *Campi* que visam a alterações contratuais (renovação de vigência, acréscimo de valor, repactuações de preços, etc.) são instruídos de maneira completa pelas unidades descentralizadas, ficando a cargo da Reitoria a análise Administrativa de todo o pleito, através da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

Após essa análise, o processo é encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica vinculada ao IFFar, para, em seguida, ser novamente encaminhado para o *Campus* de origem. As competências de cada agente envolvido estão contidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e no Manual de Compras e Licitações. Nestes mesmos manuais, estão contidos todos os procedimentos necessários para instrução dos processos de: elaboração contratual; termos aditivos; repactuação de preços; rescisão contratual; sanções administrativas; e inscrição em dívida ativa e elaboração de editais.

## f) Ações desenvolvidas na área de compras e licitações

Ao iniciar o exercício de 2016 e durante o exercício de 2017, percebeu-se algumas fragilidades no que diz respeito à normatização interna e aos procedimentos internos da Instituição. Além disso, ainda não era possível comprovar de maneira real a vantagem econômica de manter as compras compartilhadas no âmbito do Instituto Federal Farroupilha.

Desse modo, foram implementadas as seguintes ações visando a suprir essas lacunas:

- i. Realizada capacitação com a Direção Administrativa das unidades (Reitoria e *campi*), e Coordenações de Licitação e Contratos para aperfeiçoar e atualizar os métodos e procedimentos específicos para a execução dos trâmites internos na área administrativa. Atualizar conceitos e entendimentos, esclarecer dúvidas pertinentes à área e atender solicitações dos colegas.
- ii. Convocada reunião com Comitê Assessor de Administração – CAAD para discussão e elaboração de proposta de Política de Governança de Aquisição Institucional.
- iii. Realizada a atualização e disponibilização dos documentos no site institucional.
- iv. Continuidade dos processos de licitações de forma compartilhada, visando à economia processual de forma geral. Além disso, a estratégia de licitar de forma compartilhada trouxe ganhos institucionais, uma vez que dispomos de praticamente os mesmos bens e serviços, retratando a identidade institucional, na realização das seguintes ações:
  - No 1º Semestre/janeiro - Produção de planilha para acompanhamento das etapas de realização da licitação;
  - Semestralmente - análise dos relatórios das Coordenações da Reitoria para monitoramento das ações executadas pelas unidades;
  - Análise prévia da minuta do termo de referência das licitações conjuntas;
  - Mensalmente - comunicação do andamento da execução do cronograma de licitações para os participantes;
  - Sempre que necessário, foi solicitado atualização das planilhas de execução em tempo real;
  - No 2º semestre/novembro - convocada reunião com DAD's e CLC's dos *campi* e Reitoria para apresentação das demandas dos *campi* e definição dos objetos em comum para elaboração da minuta do cronograma de licitações compartilhadas;
  - No 2º semestre/dezembro - encaminhamento do cronograma de Licitações ao gabinete para emissão de Ordem de Serviço;
  - Semestralmente - reunir CAAD e Ordenadores de Despesas das unidades para relato e encaminhamentos quanto ao cronograma de licitações compartilhadas;
  - Realização de capacitação interna aos servidores de toda a Instituição de como promover aquisições e contratações no âmbito do IFFar.

Visando a comprovar a economia processual, no quadro a seguir, encontram-se os quantitativos de processos licitatórios desde 2013 (antes da implementação das compras compartilhadas) até 2017.

Quadro 25 - Quantitativo de licitações de 2013 a 2017

Modalidade de Licitação	Total 2013	Total 2014	Total 2015	Total 2016	Total 2017
Pregão Eletrônico	112	62	72	83	77
Inexigibilidade	13	12	28	34	54
Dispensa	19	25	54	32	46
Concorrência	9	5	4	4	3
Tomada De Preço	3	4	5	1	5
Leilão	0	0	0	0	4

<b>Chamada Pública</b>	0	0	4	3	1
<b>Convite</b>	4	0	1	0	1
<b>RDC</b>	0	0	0	0	1

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Analisando o Quadro 25 , percebe-se uma considerável redução no número de licitações do IFFar no período de 2013 para 2017. Isso se deve à implementação das licitações compartilhadas, a qual desonerou muitas unidades de inúmeros processos licitatórios

### **3.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal**

O objetivo desta abordagem é apresentar informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de suprimento de fundos utilizados pela instituição. No ano de 2017, não houve despesa autorizada através da concessão e utilização de suprimento de fundos de nenhum dos tipos. Dessa forma, não há informação quantitativa e qualitativa para ser apresentada.

### **3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho**

A seguir são apresentados e analisados os indicadores institucionais obtidos a partir da Plataforma Nilo Peçanha.

#### **3.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU**

Os indicadores de desempenho estabelecidos pelo Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 26 - Indicadores Acadêmicos do Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário para o IFFar em 2017

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2017	2016	2015	2014	2013
Acadêmicos	Relação de Candidatos por Vaga (RCV)	Inscritos / Vagas para ingresso	3,86	4,27	4,26	3,82	3,19
	Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)	Ingressantes / Matrículas atendidas	39,60%	35,96%	34,50%	35,12%	31,71%
	Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)	Concluintes / Matrículas atendidas	19,62%	14,05%	12,31%	15,75%	15,02%
	Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)	Concluintes / Finalizados	57,87%	39,99%	33,33%	61,45%	47,35%
	Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	Retidos / Matrículas atendidas	17,44%	24,99%	32,74%	29,25%	28,81%
	Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)	Matrículas atendidas / Docentes	19,64	18,99	19,95	16,2	29,8
Administrativos	Gasto Corrente por Aluno (GCA)	Gastos Correntes / Matrículas atendidas	R\$ 19.783,35	R\$ 19.595,42	R\$ 16.175,40	R\$ 17.443,63	R\$ 10.096,81
	Gastos com Pessoal (GCP)	Gastos com Pessoal / Gastos Totais	77,08%	70,15%	68,58%	59,38%	56,77%
	Gastos com Outros Custeios (GOC)	Gastos com outros custeios / Gastos Totais	15%	23,23%	19,71%	22,77%	21,26%
	Gastos com Investimentos (CGI)	Gastos com Investimentos / Gastos Totais	3,56%	4,62%	7,50%	13,70%	17,51%
Socioeconômico	Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)	$0 < RFP \leq 0,5 \text{ SM}$	2.613	210	273	1.390	1.323
		$0,5 < RFP \leq 1 \text{ SM}$	3.300	463	708	2.194	2.283
		$1 < RFP \leq 1,5 \text{ SM}$	2.396	805	1575	1.682	1.481
		$1,5 < RFP \leq 2,5 \text{ SM}$	1.636	427	985	878	763
		$2,5 < RFP \leq 3 \text{ SM}$	398	200	437	585	457
		$RFP > 3 \text{ SM}$	162	181	460	585	368
		Amostra Total	10.505	2.286	4.438	7.314	6.675
Gestão de Pessoas	Titulação do Corpo Docente (TCD)	$G*1+A*2+E*3+M*4+D*5 / G+A+E+M+D$	4,20	4,17	4,05	3,9	4,02

Fonte: PROAD, PROEN e PNP.

Nota: G = Graduação; A = Aperfeiçoados; E = Especialistas; M = Mestres e D = Doutores.

Com o lançamento da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), os indicadores do Quadro 26 foram substituídos por indicadores sugeridos pela Rede Federal /SETEC, utilizando uma nova metodologia de cálculo.

Os indicadores propostos pela PNP são calculados desconsiderando períodos de análise, mas levam em consideração somente ciclos com data de encerramento em um mesmo período. No caso deste primeiro ano foi selecionado como ano base o ano 2016. Esta seleção se deve aos ciclos do ano de 2017 não terem sido encerrados em dezembro de 2017, data marcada para ocorrer a extração, validação e cálculos de indicadores da Plataforma Nilo Peçanha (15/12/2017), explicando assim essa defasagem temporal de um ano.

Assim os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha - PNP seguem uma nova metodologia proposta que segue em anexo. Por fim, os novos indicadores calculados pela PNP podem ser vistos no site [www.plataformanilopecanha.org](http://www.plataformanilopecanha.org), pois são de domínio público.

Quadro 27 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha para o IFFar em 2017

Indicadores		Ano 2017 (Plataforma Nilo Peçanha)
Acadêmico	Taxa de Evasão	19,1%
	Eficiência Acadêmica	44,1%
	Conclusão Ciclo	42,1%
	Evasão Ciclo	53,3%
	Retenção Ciclo	4,6%
	Relação Inscritos/Vagas	4,0
	Relação Matrícula por Professor (RAP)	19,44
Administrativos	Gasto Total	R\$ 280.455.814,00
	Gasto Pessoal	R\$ 216.185.120,00
	Investimentos	R\$ 9.975.010,00
	Outros Custeios	R\$ 41.458.729,00
	Inativos e Pensionistas	R\$ 11.798.786,00
	Gasto Corrente por Matrícula	R\$ 19.783,35
Socioeconômico	$0 < RFP \leq 0,5$	2.613 alunos
	$0,5 < RFP \leq 1$	3.300 alunos
	$1,0 < RFP \leq 1,5$	2.396 alunos
	$1,5 < RFP \leq 2,5$	1.636 alunos
	$2,5 < RFP \leq 3,5$	398 alunos
	$RFP > 3,5$	162 alunos
	Não Declarado	2.773 alunos
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD)	4,20

Fonte: Pesquisa Institucional e PNP.

### 3.4.1.1 Análise crítica

#### a) Acadêmico

##### Relação Candidato/Vaga

A relação entre o número de vagas ofertadas e o número de candidatos de 3,86 e 4,0 (PNP) indica que, de um modo geral, os cursos ofertados pela instituição têm tido uma boa procura. No entanto, considerando que o dado é uma média de todos os cursos e que alguns tem alta procura, preocupa o fato de que alguns cursos ofertados não têm conseguido formar turma com o número mínimo de vagas preenchidas.

A discussão do novo PDI Institucional deverá focar esta questão e propor alternativas para as situações de baixa procura. A análise, no entanto, tem que considerar as peculiaridades das ofertas que são obrigações legais como o PROEJA e as Licenciaturas.

### **Relação de Concluintes/Matrícula**

A Relação de Concluintes por Matrícula indicador do acórdão do TCU que tem como base o SISTEC é calculado considerando o número de concluintes pelo total de matrículas atendidas. De acordo com a metodologia o índice é de 19,62%. Dentro de uma média de quatro anos de permanência de estudantes o índice pode ser considerando muito bom, pois significa que do total de matriculados no período analisado, dois em cada dez concluíram os estudos. O dado em si, no entanto, carece de referência para uma análise mais aprofundada, pois faltam elementos para uma análise comparativa.

### **Índice de Retenção**

O Índice de Retenção do Fluxo Escolar de acordo com o indicador do acórdão do TCU é medido considerando o total de matrículas no curso após o período previstos para conclusão. O índice foi medido como 17,44. É significativamente discrepante do indicado da PNP, onde a Retenção é definida no Ciclo e foi medida como sendo 4,6%. A discrepância dos índices é explicada pelas fórmulas de cálculo, que são diferentes.

Considerando o índice de retenção da PNP, que é o total de retidos ao final do ciclo, o indicador do IFFar é aparentemente razoável, estando abaixo de 5% e abaixo da média nacional que é de 6,6%.

### **Eficiência acadêmica**

O Índice de Eficiência Acadêmica de acordo com o indicador do Acórdão do TCU, que é de 57,87 %, é medido considerando o total de concluintes no período pelos finalizados. Também neste índice há uma discrepância muito grande.

A PNP mede a eficiência considerando o total de concluintes do Ciclo mais uma expectativa estatística de prováveis concluintes, considerando uma média de conclusão dos estudantes que se encontram na situação de retidos. A PNP apresenta o índice de 44,1%. A média da Rede EBTT é de 46,9%, ou seja, considerando esse indicador da PNP o IFFar ainda apresenta um índice abaixo da média nacional de eficiência. O trabalho deverá focar de maneira mais acentuada essa situação, principalmente porque alguns campi (e conseqüentemente cursos) apresentam índices abaixo de 35%.

A melhoria da eficiência institucional passa pela reorganização do Programa Permanência e Êxito. Os gestores do ensino do IFFar definiram no planejamento para o ano de 2018 que o PPE deverá ser reestruturado, definindo ações e metas quantitativas específicas, de acordo com cada curso ou modalidade.

### **Relação de Ingressantes/Matrícula Atendida**

A RIM é definida pelo número de ingressantes considerando o total de matrículas atendidas no período. O percentual de 39,60% pode ser explicado a partir do processo de expansão da oferta de cursos do IFFar que justificam um número grande de ingressantes, sobre o total de matrícula atendidas na instituição.

### **Taxa de Evasão**

A PNP trabalho com dois índices para tratar da Evasão: A Evasão que é o total de estudantes matriculados no ano pelo número de evadidos no ano, que neste caso é 19,1% e a Evasão no Ciclo que é o total de estudantes que perderam o vínculo com o curso, no ciclo, neste caso 53,3%. Os dois índices são preocupantes e merecem atenção institucional. Se por um lado tem havido uma preocupação para garantir o acesso, a mesma atenção deverá ser destinada para a garantia da permanência.

A Taxa de Evasão ajuda a empurrar para baixo o índice de eficiência acadêmica. Como se mencionou acima a gestão do ensino do IFFar, preocupada com os índices institucionais propôs um redirecionamento do Programa Permanência e Êxito. A primeira fase do redirecionamento já foi concluída com a revisão de estratégias e ações e a definição de um Plano Plurianual 2018-2020 e

até o final de maio deverá ser concluída a parte de alinhamento do plano, pelos coordenadores de curso, para o foco específico de acordo com o nível, forma de organização e modalidade do curso.

### **Relação Matrícula/Professor (RAP)**

Conforme a Plataforma Nilo Peçanha, o indicador RAP de 19,44, já ponderada de acordo com o nível ou organização do curso, indica que o IFFar está bastante próximo do índice ideal de 20/1. Cabe ressaltar que como há muitos cursos ainda em implantação e conseqüentemente docentes ainda com baixa carga horária. Assim, na medida em que os cursos comecem a integralizar as primeiras turmas, a tendência é que este índice melhore ainda mais. O Indicador RAD estabelecido Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário apresenta valor 19,64, conforme o Quadro 26.

### **b) Administrativos**

Observa-se que os gastos correntes por alunos aumentaram significativamente desde 2012. Este aumento reflete a expansão da instituição, bem como a expansão da rede federal de educação e tecnológica, como pode ser observada na Lei Orçamentária Anual desses últimos anos. Destaca-se também que a evolução dos gastos se deu principalmente nas despesas relacionadas a pessoal, onde em 2017 atingiram o patamar de R\$ 219 milhões de reais, as quais correspondem aproximadamente 77,08% dos gastos totais. Se analisarmos a série histórica desde 2012, a representatividade dos gastos com pessoal aumentou em aproximadamente 25% passando de 51,91% para 77,08% em 2017.

Os gastos com outras despesas de custeio, que se referem à manutenção das atividades bem como ações de assistência e capacitação, corresponde a aproximadamente 15% dos gastos totais.

Quanto aos gastos com investimento, os mesmos mostram uma trajetória decrescente desde 2012, tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Em 2017 os valores despendidos em investimento correspondem a aproximadamente 3,56%, enquanto em 2012 representavam 21,58% dos mesmos. Os gastos com investimento em 2017 chegaram a aproximadamente R\$ 9,97 milhões de reais, enquanto 2016 somaram R\$ 13 milhões de reais, e em 2015 perfaziam R\$ 16,4 milhões. Se compararmos o exercício de 2017 com o exercício de 2015, a redução é mais de R\$ 6.6 milhões de reais em investimento. Essa trajetória é reflexo do aumento nominal dos gastos de custeio da rede federal, como também a redução do orçamento público destinado ao investimento da rede, e o contingenciamento orçamento no exercício. Destaca-se neste grupo, que a redução é ainda maior quando incluirmos na análise, o valor empenhado no exercício, onde esse valor chega a casa dos dois milhões. Que é insuficiente para as ações estruturantes do órgão.

No que se refere aos gastos correntes relacionadas as matrículas, percebemos uma elevação significativa. Passamos de R\$ 8.154,60, em 2012 para R\$ 19.783,35 em 2017. Os principais fatores que influenciaram o aumento nos gastos por matrícula equivalente, estão diretamente relacionadas com despesas com pessoal, ocasionados pelo aumento no número servidores e salários. Quando analisamos o valor despendido, em “outros custeios”, o valor por aluno equivalente é R\$ 3.169,87, valor insuficiente para todas as demandas institucionais, uma vez que nesta categoria agregam as despesas com Assistência ao Estudante, e o funcionamento institucional.

### **c) Socioeconômico**

A análise dos dados dos alunos apresentadas no relatório de gestão, este ano com a validação da PNP e do SIG, Sistema de Integrado Gestão, sistema informatizado em implantação no IFFar indica que 79% dos estudantes da instituição são de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salários mínimos. Acrescente-se ainda que 25% ou ¼ dos estudantes estão em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar per capita igual ou inferior à 0,5 salários.

O dado é extremamente relevante, considerando um dos objetivos que os IFs foram criados, que é o da inclusão de pessoas no processo de formação e, conseqüentemente, no mundo produtivo, através da elevação da escolaridade, com uma organização institucional de cursos em eixos que possibilitem a verticalização.

Se por um lado esse atendimento prioritário do público a que a instituição se destina indica que o IFFar está cumprindo com a missão definida na lei de sua criação, por outro, os dados também explicam alguns dos índices altos de insucesso institucional apontados nos indicadores acima, como alta evasão e baixa eficiência acadêmica.

A literatura educacional tem demonstrado que há uma relação direta entre o insucesso educacional e a realidade de jovens em situação de vulnerabilidade.

Essa relação é explicada por vários fatores decorrentes da vulnerabilidade como baixa escolaridade dos pais e conseqüente não valorização familiar da educação formal; baixa estima do jovem; imágético que entende que a formação e o sucesso é somente para pessoas das classes superiores; falta de condições familiares para se dedicar aos estudos, como local adequado para estudo, materiais escolares e até mesmo alimentação adequada etc.

Neste sentido, os dados tornam evidente a necessidade e a importância da Assistência Estudantil para o processo de inclusão e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Do mesmo modo, a realidade social dos estudantes exige que a instituição continue aperfeiçoando o processo interno de formação continuada dos servidores de forma a melhor atender suas necessidades e possibilitar a formação e o sucesso que almejam.

#### **d) Gestão de Pessoas**

Este indicador apresenta a titulação do quadro docente do Instituto Federal Farroupilha – quantitativos de graduados, especialistas, mestres e doutores. Em relação aos professores de EBTT constatou-se que 240 (35,5%) possuem Doutorado, 368 (54,5%) Mestrado e 48 (7,1%) Especialização, 1 (0,1%) com curso de Aperfeiçoamento e 19 (2,8%) com Graduação; isso totaliza 676 professores. Em relação aos servidores Técnico-Administrativos em Educação, são 10 (1,5%) servidores com Doutorado, 109 (16,0%) com Mestrado, 213 (31,4%) com Especialização, 2 (0,3%) com Aperfeiçoamento, 255 (37,7%) com Graduação, 88 (13,0%) com Ensino Médio completo e 1 (0,1%) com Ensino Fundamental; o que totaliza 678 servidores Técnico-Administrativos em Educação. No exercício de 2017, o quadro efetivo de docentes e técnico-administrativos teve aumento em quantitativos, tendo em vista a atualização do Banco de Professor-Equivalência do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos Institutos Federais, através da Portaria nº 113, de 27 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2017. No que diz respeito à qualificação do quadro efetivo de docentes, o indicador de Gestão de Pessoas teve um aumento de 4,17 para 4,20. Isso se deu em função das conclusões das concessões provido pelos programas implementados dentro da Política de Qualificação Profissional, por meio de incentivos e afastamentos integrais para qualificação, tendo um total de 331 servidores beneficiados, num investimento total de R\$ 579.379,71, bem como em função do ingresso de novos servidores com titulação em nível acima daquela solicitada. Destaca-se, ainda, que o indicador de qualificação dos docentes repercute diretamente nas avaliações dos Cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha, pelo Ministério da Educação, nas quais os cursos avaliados no ano de 2017 obtiveram notas 4 e 5, numa escala de 0 a 5, contribuindo para a permanência do Índice Geral de Cursos, que atualmente é de 4, colocando a instituição como classificada entre as dez melhores do Estado do Rio Grande do Sul.

### **3.5 Informações sobre programas e projetos financiados com recursos externos**

Este item tem por objetivo oferecer informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências

governamentais estrangeiras. No exercício de 2017, não foram desenvolvidas nenhuma ação, projeto ou programa com financiamento externo no âmbito do IFFar.

## **4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

### **4.1 Descrição das estruturas de governança**

Implementada, em 2016, a Secretária de Governança do IFFar, através do novo Regimento do IFFar aprovado pela Resolução CONSUP nº 022/2016, atua nos processos internos e externos, nas questões éticas, legais e regulamentares, comunicação, correccionais e principalmente na gestão de riscos inerente à instituição.

Na Subseção III – Art. 25 e 26, o novo Regimento do IFFar estabelece a vinculação da Secretaria de Governança diretamente ao Gabinete da Reitora, com a finalidade de acompanhar as ações institucionais e deliberações da Administração do Instituto Farroupilha, mapeando riscos e oportunidades, com vistas a subsidiar o (a) Reitor(a) na condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Competências da Secretaria de Governança:

I - Dialogar com e prestar contas à sociedade;

II - Promover ações destinadas a garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos;

III - Propor e institucionalizar estruturas adequadas de governança;

IV - Garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos;

V - Assegurar a prevalência do bem comum sobre interesses particulares e estabelecer elo entre os anseios da sociedade e as práticas institucionais;

VI - Resguardar o comportamento ético, íntegro, responsável, comprometido e transparente da administração;

VII - Garantir a observância da instituição a regulamentações, códigos, normas e padrões e a transparência e a efetividade das comunicações, alertando e orientando a administração quando necessário;

VIII - Supervisionar as atividades de sindicância e inquéritos administrativos no âmbito do Instituto Federal Farroupilha;

IX - Acompanhar as atividades do SIC, da Ouvidoria, da COPSIA, da Comissão de Ética e da Auditoria do Instituto Federal Farroupilha, identificando riscos e necessidades desses órgãos e prestando-lhes apoio operacional quando necessário;

X - Em articulação com SIC, Ouvidoria, COPSIA, Comissão de Ética e Auditoria, mapear riscos relacionados a questões éticas e disciplinares dos servidores e promover ações de conscientização.

A estrutura de governança do IFFar compreende a Secretaria de Governança, o Grupo de Trabalho – GT Política de Gestão de Riscos e o Comitê de Gestão de Governança, Riscos e Controles Internos.

### **4.2 Atuação da unidade de auditoria interna**

A Auditoria Interna do IFFar, subordinada ao Conselho Superior, de acordo com o que rege o Decreto 3591/2000, e vinculada administrativamente ao dirigente máximo, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como por racionalizar as ações do Instituto Federal Farroupilha e por prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. É sujeita à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e é composta por 10 (dez) auditores, sendo que 2 (dois) encontram-se em afastamento para qualificação, 1 (uma) em licença maternidade, 1 (um) exercendo função de coordenação e um (um) em cedência para outro órgão. A equipe possui um Auditor Chefe, um Auditor Chefe Substituto e auditores internos lotados nos *campi* da instituição.

A Unidade possui um Regimento Interno, o qual se encontra no link: [http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2014812162952290resolucao\\_n%C2%BA\\_027\\_2014\\_aprovacao\\_regimento\\_interno\\_audin.pdf](http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2014812162952290resolucao_n%C2%BA_027_2014_aprovacao_regimento_interno_audin.pdf)

A Unidade também possui um Manual (em anexo), porém o mesmo encontra-se em fase de atualização, sendo esta uma das ações previstas no PAINT 2018. Tanto o Regimento quanto o Manual estão em fase de atualização para adequação aos novos normativos publicados.

O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento, contribuindo: para o cumprimento das metas, para a execução dos programas de governo e orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, para a comprovação da legalidade e para a avaliação dos resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão. A racionalização das ações de controles internos tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis. O apoio ao Sistema de Controle Interno consiste no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento de solicitações específicas.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio ao gestor através de informações contidas nos seus relatórios, para que possam orientar e apoiar o mesmo na tomada das decisões. Dessa maneira, o assessoramento à alta administração realizado no exercício dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas da gestão que possam surgir no decorrer de seu processo.

A designação do chefe da equipe é feita conforme o art. 7º do Regimento Interno, sendo que sua atuação é limitada ao prazo de dois anos, prorrogável por mais dois. O(a) Dirigente Máximo(a) da Instituição submete o nome do(a) candidato(a) à chefia junto ao Conselho Superior, para aprovação e posterior envio da documentação para apreciação e aceitação da CGU, em conformidade com a Portaria nº 2737/2017. A equipe pode, em até 60 dias antes do término do mandato do chefe em exercício, sugerir nomes para ocuparem a função, que deve ser suprida por servidor concursado para o cargo de Auditor.

A atuação da equipe possui enfoque técnico, disciplinado, objetivo e sistemático, sendo pautada pela exigência de comportamento ético e zelo profissional, sigilo, independência, imparcialidade, de acordo com os artigos 12 a 15 do Regimento Interno. As atividades guardam semelhança com a atuação dos órgãos pertencentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em relação às técnicas e enfoques utilizados.

Apesar da lotação dos auditores internos nos *campi* da Instituição, a atuação acontece em conjunto. Para cada ação, é montada uma equipe com dois a três auditores, os quais vão ao respectivo *campus* onde a ação será realizada, no momento dos trabalhos de campo. O planejamento e desenvolvimento dos papéis de trabalho são feitos em conjunto, porém à distância, via e-mail ou chat. Quando necessário, a equipe retorna ao *campus* para reunião com a gestão sobre os resultados encontrados.

Os relatórios com o resultado final dos trabalhos, constatações e recomendações são entregues, quando possível, pessoalmente aos gestores, com comprovante de recebimento para que possamos certificar que o mesmo tomou conhecimento dos resultados dos trabalhos. Quando não é possível a entrega em mãos, o relatório é enviado via e-mail, com solicitação de confirmação de recebimento. Através desses relatórios, a equipe de auditoria comunica ao gestor sobre os riscos decorrentes da não implementação das recomendações, salientando a importância e o foco da atuação da AUDIN, que é agregar valor à gestão e contribuir para a melhoria dos processos. As recomendações formuladas, após a entrega ao gestor, passam a fazer parte do Plano de Providências Permanente da Instituição, de forma a possibilitar o acompanhamento da implementação das mesmas por parte dos auditores. A verificação do atendimento das recomendações também é feita a cada início de ano, por ocasião da elaboração do RAIN. Está em fase de implantação um sistema de auditoria que visa a facilitar este acompanhamento e a comunicação com os gestores.

#### 4.2.1 Sobreposição de carga horária – PRONATEC

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal Farroupilha executou ação no programa PRONATEC – ação prevista no PAINT 2017 sob nº 10. De acordo com o planejamento elaborado pela equipe, foram abordados os seguintes aspectos:

“O objetivo desta Auditoria Interna dar-se-á na verificação e controle da prestação de contas, nos centros de referência, dos recursos destinados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), visando a analisar se foram alcançados os objetivos, e a conformidade da prestação de contas com a legislação pertinente, analisando o cumprimento de diretrizes aplicáveis a implementação do PRONATEC e adequação dos procedimentos para implementação de cursos vinculados ao Programa. Também verificar quanto aos critérios em relação a recrutamento, seleção, remuneração e atuação de colaboradores para implementação de Cursos vinculados ao PRONATEC ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha nos respectivos Centros de Referência, remuneração dos bolsistas, **bem como carga horária e a frequência dos envolvidos com atividades deste programa.**” (Fonte: item 1.a do Planejamento de Auditoria em PRONATEC do Instituto Federal Farroupilha, 2017)

O escopo desta ação foi uma amostra do Curso Técnico em Nutrição e Dietética – Concomitante Ofertado no *Campus* Panambi.

Com relação à questão da carga horária, foram constatadas algumas questões. Uma delas é a ausência de controle específico concernente ao registro de carga horária dos servidores/professores bolsistas, constata-se esta que recebeu concordância do gestor, de modo que a equipe recomendou que se efetivasse um instrumento de controle específico que viabilizasse a identificação das atividades desenvolvidas.

A equipe constatou um conflito de carga horária relativo às atividades da coordenadora adjunta do curso. Verificou-se que alguns horários de início das atividades relativas ao PRONATEC eram anteriores aos horários de término de expediente normal da servidora. A gestão concordou com a constatação, porém justificou explicando que o sistema de registro de ponto estava em implantação e apresentava algumas falhas. A equipe recomendou o que segue:

**RECOMENDAÇÃO 1:** Atender o que consta na Resolução nº 04 FNDE em seu artigo 14, V, § 4º, *in verbis*: “4º As atribuições e a carga horária dos bolsistas que são servidores não poderão conflitar com suas atividades e sua carga horária regular, nem comprometer a qualidade, o bom andamento e o atendimento do plano de metas da instituição, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 12.513/2011”.

**RECOMENDAÇÃO 2:** Que a Coordenação-Adjunta do PRONATEC crie mecanismos ou ferramenta que possibilite a distinção entre o registro de Ponto como função administrativa e funções relativas ao PRONATEC. (FONTE: Relatório de Auditoria em PRONATEC Instituto Federal Farroupilha, 2017)

Foi constatado também que a carga horária de duas servidoras foi superior ao que rege a regulamentação interna do IFFar relativa ao PRONATEC (Resolução do Conselho Superior 097/2015). A gestão do *campus* manifestou-se, explicando que nos dias de inconsistência encontrados pela equipe de auditoria, as servidoras encontravam-se também executando atividades de outros cursos PRONATEC, uma na função de coordenadora adjunta, outra na função de apoio acadêmico. O total de alunos, nestes casos, ultrapassou 101 (cento e um alunos), o que implica o

recebimento de 7 horas semanais de acordo com a Resolução CONSUP 97/2015. A recomendação da equipe foi a que segue:

**RECOMENDAÇÃO:** Acompanhar periodicamente o registro de frequência em acordo a carga horária de bolsista do Pronatec, de forma a melhorar os controles internos conforme prevê a legislação vigente, de maneira que tal fragilidade não pode ser afastada. (FONTE: Relatório de Auditoria em PRONATEC Instituto Federal Farroupilha, 2017)

Ao final da ação de auditoria realizada na área, conclui-se que o Programa PRONATEC no IFFar necessita aprimorar os controles relativos ao registro de carga horária dos bolsistas, de forma a impedir e/ou mitigar o risco de sobreposição de carga horária e inconsistências nos registros.

#### 4.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

O Quadro 28, a seguir, apresenta o quantitativo de atividades de correção ocorridas no ano de 2017, no âmbito da unidade.

Quadro 28 - Demonstrativo dos procedimentos administrativos realizados na COPSIA

Tipo de Procedimento	Recebidas	Em fase de Instrução ou Concluídos	Aguardando Instauração
I - Investigação Preliminar	16	08	08
II - Sindicâncias Investigativas	16	09	07
III - Sindicâncias acusatórias	00	00	00
IV - PAD – Processo Administrativo Disciplinar	07	04	03
<b>Total Geral</b>	<b>39</b>	<b>21</b>	<b>18</b>

Fonte: COPSIA

Detalhamento:

##### **I - Investigação Preliminar:**

As investigações apuradas dizem respeito a situações envolvendo servidores, discentes e supostos fatos que sugerem irregularidades funcionais leves. As investigações buscaram a confirmação da autoria e da suposta irregularidade. Adotou-se tais procedimentos para agilizar as apurações das denúncias e garantir economicidade no uso dos recursos públicos.

##### **II – Sindicâncias Investigativas:**

A maior parte das denúncias recebidas e enquadradas como situações de supostas irregularidades funcionais médias foram apuradas através de sindicância investigativa. Tais sindicâncias investigativas buscaram confirmar a suposta irregularidade e buscar a autoria para os supostos fatos denunciados. Os procedimentos de apurar através de sindicâncias investigativas se referiram: à frequência de servidor, a uso de e-mail institucional, à conduta de servidor e a não cumprimento de normas legais e regulamentares.

##### **III – Sindicâncias Acusatórias:**

Até o presente momento, nenhum procedimento anterior resultou em sindicância acusatória.

##### **IV – Processo Administrativo Disciplinar(PAD):**

A instituição apurou situações com materialidade e suposta autoria através de processos administrativos disciplinares. Os P.A.D.s apurados correspondem a conduta de servidores, a não conformidade na execução orçamentária e a utilização indevida de auxílio transporte. Em todos os P.A.D.s, foram oportunizados de forma concreta a ampla defesa e o contraditório.

#### **4.4 Gestão de riscos e controles internos**

A estrutura de Governança do Instituto Federal Farroupilha está realizando um mapeamento e identificando os riscos internos e externos.

Em 2017, aconteceu a aprovação pelo CONSUP da Política de Gestão de Riscos no IFFar. A partir disso, foram escolhidas duas áreas de implementação inicial da referida Política de Gestão de Riscos: uma área fim e uma área meio. Como área fim escolheu-se o processo de permanência e êxito discente e na área meio a gestão de pessoas.

Através da sensibilização inicial, os servidores das duas áreas participaram de reuniões para abordarem a gestão de riscos. Além das atividades propostas, o processo de implementação encontra-se em andamento nas duas áreas escolhidas.

A política de Gestão de Riscos está disponível no site da Instituição no link:

[http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/itemlist/tag/1296-gestao-de-riscos.](http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/itemlist/tag/1296-gestao-de-riscos)

## 5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 5.1 Gestão de pessoas

#### 5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O Instituto Federal Farroupilha possui atualmente 12 unidades, sendo elas: dois *Campi* da fase pré-expansão, sete *Campi* das fases I, II e III da expansão da Rede Federal, um *Campus* Avançado, um *Campus* que migrou da UFSM para o IF Farroupilha, a partir da Portaria MEC nº 1075, de 30 de dezembro de 2014, e a unidade administrativa, Reitoria.

A Força de Trabalho da Instituição está distribuída em todas essas unidades, sendo onze delas unidades de ensino e uma unidade administrativa. A Reitoria, unidade administrativa, possui um quadro de servidores composto por 85 Técnico-Administrativos em Educação, que estão lotados na unidade, e por, aproximadamente, 30 Professores de EBTT, com designação de chefias, em exercício na unidade administrativa. Essa unidade tem como planejamento atingir 100 servidores TAEs, conforme modelo MEC/SETEC.

Os *campi* São Vicente do Sul e Alegrete (fase pré-expansão) estão com seu quadro de servidores conforme orientação do planejamento para a expansão. Os *campi* Santo Augusto, Júlio de Castilhos, São Borja, Santa Rosa e Panambi praticamente alcançaram os quantitativos previstos para atingir sua força de trabalho, em atenção aos limites estabelecidos pelo MEC/SETEC/fase expansão.

Em relação aos *campi* Jaguari e Santo Ângelo, ambos estão em fase de implantação, sendo que o primeiro praticamente atingiu o contingente planejado para as atividades previstas na unidade, enquanto que o segundo está com aproximadamente 50% da força de trabalho prevista para a fase da expansão, considerando 2017 o quinto ano de atividades.

No ano de 2016, o *campus* Frederico Westphalen, advindo do processo de Migração da Universidade Federal de Santa Maria para o IF Farroupilha, teve nomeações para composição do quadro e contou também com atuação dos servidores vinculados à UFSM. O modelo previsto para a migração é de 90 docentes e 70 TAEs. Importa destacar que ainda em 2017 tivemos servidores de ambas as instituições atuando na unidade, em conformidade com o Termo de Migração específico para a fase de transição.

No exercício de 2017, conforme o Quadro 29, o número total de servidores em cargos efetivos no IF Farroupilha chegou a 1.376. Destes, 1.353 são servidores da carreira EBTT vinculados ao IF Farroupilha; 1 servidor em exercício descentralizado vinculado à Procuradoria Federal; 22 servidores em exercício provisório, como por exemplo, em situação de colaboração técnica; 122 servidores com contratos temporários, que são os professores substitutos; e 5 servidores sem vínculo com a Administração Pública, que são servidores anistiados.

No Quadro 29, em especial o item Servidores com Contratos Temporários, verifica-se uma relação entre servidores efetivos e temporários na Instituição de cerca de 9% do quadro efetivo, estando abaixo da lotação autorizada para o órgão. Não houve uma redução percentual significativa, comparado com o ano de 2016, permanecendo a demanda dos servidores em afastamento para licença qualificação – importante política de qualificação da força de trabalho dos servidores da Instituição.

Quadro 29 - Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1447	1376	96	55
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)			96	55
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1447	1353	96	55
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		

1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		22		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	131	122	89	86
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		5		
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		1503	185	141

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do IFFar

Com relação ao quadro a seguir, a “área meio” é caracterizada pelo número de servidores Técnico-Administrativos vinculados ao IF Farroupilha. Registramos o quantitativo de 301 servidores de carreira, sendo 295 lotados na Instituição, 1 servidor em exercício descentralizado e 05 em exercício provisório. Além disso, 1 servidor contratado temporariamente e 2 servidores sem vínculo com o IF Farroupilha. Logo, são 304 servidores.

Ainda no mesmo quadro, a “área fim” é caracterizada pelo número de servidores Docentes – Professor EBTT e Técnicos-Administrativos, vinculados ao IF Farroupilha. Observamos o quantitativo 1075 servidores de carreira, o qual é o resultado da soma dos servidores de carreira vinculados ao IF Farroupilha e os que estão em situação de exercício provisório. Também, registramos o quantitativo total de 1200 servidores, representados pelos Professores do EBTT e Técnicos-Administrativos do quadro efetivo, em exercício provisório e professores substitutos, em atuação direta nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição.

Em relação aos servidores de carreira vinculados ao IF Farroupilha, especificamente sobre os professores da carreira do EBTT, constata-se que: 240 possuem Doutorado, 368 Mestrado e 48 Especialização e 19 com Graduação, totalizando 675 professores.

Em relação aos servidores de carreira Técnico-Administrativos em Educação vinculados ao IF Farroupilha, são 10 servidores com Doutorado, 109 com Mestrado, 213 com Especialização, 2 com Aperfeiçoamento, 255 com Graduação, 88 com Ensino Médio completo e 01 com Ensino Fundamental; o que totaliza 678 servidores Técnico-Administrativos em Educação.

A distribuição do pessoal no âmbito das unidades, em especial na execução da atividade-fim, tem se mantido adequada para o desenvolvimento das atividades e considerando sempre as premissas legais.

Quadro 30 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>301</b>	<b>1075</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	295	1058
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	5	17
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>1</b>	<b>122</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>304</b>	<b>1200</b>

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do IFFar

O quadro a seguir apresenta alguns dados da distribuição das funções. Ao final do exercício de 2017, a Instituição teve à disposição 472 funções, distribuídas em CDs, FGs e FCCs, em todas as unidades.

Quadro 31 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	79	79	13	16
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	79	79		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		78		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	393	292	94	108
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	393	292		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	472	371	107	124

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do IFFar

Para consolidar a política de qualificação, capacitação e treinamento de pessoal o IFFar disponibiliza aos servidores, Professores de EBTT e Técnico-Administrativos em Educação, o Programa Institucional de Incentivo a Qualificação Profissional dos Servidores/PIIQP (Resolução CONSUP N° 007/2016). No ano de 2017 foi destinado, a partir do que prevê o Programa – 1% do valor do orçamento anual, o valor de R\$ 285.379,71. No total, foram atendidos 216 servidores com auxílios, sendo 115 servidores no primeiro semestre e 101 no segundo.

Além disso, no ano de 2017, por meio do convênio firmado com o Instituto Politécnico do Porto, foram beneficiados 49 servidores no Programa Institucional de Incentivo a Qualificação Profissional em Programas Especiais dos Servidores/PIIQPPE (Resolução CONSUP N° 007/2016), o qual viabilizou a continuidade, iniciado em 2016, da participação desses servidores em dois Cursos de Mestrado em Estudos profissionais Especializados em Educação, especializações em: Administração de Organizações Educativas e em Educação e Formação de Adultos, tendo como investimento total R\$ 294.000,00.

Os afastamentos de capacitação e qualificação, previstos na Lei n° 8.112/1990, no IF Far foram regulamentados pela Resolução do Conselho Superior – CONSUP N° 019/2011 e disponibilizados por meio de edital. Em 2017, no total foram 63 vagas para os servidores Técnico-Administrativos em Educação e 33 vagas para os servidores Docentes – EBTT.

Considerando o total de vagas para o ano de 2017, foram realizadas 6 concessões para servidores Técnico-Administrativos em Educação e 14 concessões para servidores Docentes. E, somando esse quantitativo com as concessões em andamento, o IFFar contabilizou, até 31/12/2017, 66 servidores afastados integralmente para qualificação, sendo 25 servidores Técnico-Administrativos em Educação e 41 Docentes.

Em 2017 a Instituição deu continuidade ao Programa de Desenvolvimento Institucional/PID, regulamentado pela Resolução do Conselho Superior – CONSUP N° 046/2016, o qual proporciona a todos os servidores a possibilidade de desenvolver projetos a partir de edital de fluxo contínuo, conforme a seguinte classificação:

I – Ações PID

II – Projetos de Capacitação e Formação Continuada (20h a 180h)

III – Projetos de Intervenção Continuada, com período de execução de quatro a dez meses.

Os projetos são orientados para o desenvolvimento das seguintes áreas:

a) Capacitação e Formação Continuada: Iniciação ao serviço público; Formação geral; Educação formal; Gestão; Inter-relação entre ambientes; Específica (ambiente organizacional); Formação Continuada de Professores;

- b) Projetos de Práticas e Aperfeiçoamento à Gestão: Gestão Ambiental; Comunicação Estratégica; Gestão Pública e Institucional;
- c) Projetos de Promoção da Saúde/Segurança e Qualidade de Vida: Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer; Preparação para Aposentadoria; Segurança Alimentar e Nutricional; Saúde Humana, Dependência Química, da Família e Proteção no Trabalho;
- d) Projetos Culturais: Produção e Difusão das Artes e Linguagens.

Os projetos submetidos concorrem através de edital específico, ao processo de classificação e formalização para fomento, conforme regulamenta a Resolução do Conselho Superior – CONSUP Nº 047/2016. O orçamento destinado ao PID é de 1% do orçamento de custeio da Instituição, correspondente ao valor de R\$ 344.090,91.

Ademais, durante o ano de 2017, 464 servidores realizaram cursos de capacitação e treinamento em atendimento à Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme disposto no Decreto nº 5.707/2006, que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990. Sobre os valores investidos e informações inerentes estão descritos pela Pró-Reitoria de Administração.

Considerando o ingresso de novos servidores durante o ano de 2017 foi realizada ação de recepção, denominada Seminário de Acolhida de Novos Servidores, com temáticas relacionadas ao Plano de Carreira - de que tratam as Leis nº 11.091/2005 e nº 12.772/2012 e legislação complementar, Lei nº. 8.112/90 - e no Código de Ética do Servidor Público, Decreto nº. 1.171/94. Houve a participação de 77 novos servidores.

Observando a composição do quadro de servidores, pode-se inferir que os servidores com previsão de aposentadoria ainda é relativamente baixo, No entanto, é necessário planejamento institucional para reposição da força de trabalho, em especial nas unidades com mais de 50 anos de atuação.

Por fim, observamos que, com relação à distribuição dos servidores do IFFar por gênero, 53,2% são mulheres e 46,8% são homens e em relação à distribuição por faixa etária, aproximadamente, 70% estão entre 26 a 40 anos de idade.

### **5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal**

A seguir, foram adicionados os valores relativos ao exercício 2017, referente aos servidores cedidos com ônus. O incremento nas despesas de pessoal é proporcional ao aumento dos ingressos de novos servidores, mantendo-se no esperado.

Quadro 32 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2017	R\$ 75.550.747,65	R\$ 0,00	R\$ 32.752.475,45	R\$ 6.360.219,09	R\$ 9.958.393,05	R\$ 11.634.117,51	R\$ 534.904,39	R\$ 124.729,47	R\$ 119.251,05	<b>R\$ 137.034.837,66</b>
	2016	R\$ 65.203.435,08	R\$ 0,00	R\$ 27.582.594,68	R\$ 5.650.626,77	R\$ 9.751.403,63	R\$ 8.972.088,77	R\$ 386.330,84	R\$ 1.064.446,01	R\$ 130.086,78	<b>R\$ 118.741.012,56</b>
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017										
	2016										
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017										
	2016										
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2017										
	2016										
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2017	R\$ 179.571,17	R\$ 0,00	R\$ 19.071,18	R\$ 7.306,17	R\$ 9.160,00	R\$ 11.123,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 226.232,36</b>
	2016	R\$ 190.151,33	R\$ 0,00	R\$ 62.446,26	R\$ 11.556,19	R\$ 18.213,20	R\$ 15.614,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 297.981,87</b>
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2017	R\$ 4.430.864,40	R\$ 0,00	R\$ 510.159,25	R\$ 60.352,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 5.001.375,93</b>
	2016	R\$ 4.291.311,50	R\$ 0,00	R\$ 508.285,39	R\$ 63.011,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 4.862.608,12</b>

Fonte: SIG – Administração de Pessoal

### **5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

Durante o exercício de 2017, não foram identificados riscos relativos à gestão de pessoas das unidades do IFFar. Em relação às ações adotadas na identificação de irregularidades relacionadas ao pessoal, foram aperfeiçoadas durante o exercício de 2017, muito em função das melhorias proporcionadas pelos sistemas de auditoria do SIAPE e também pelo Sistema de Trilhas de Auditoria da CGU, que tem facilitado o trabalho da Gestão de Pessoas e possibilitado um acompanhamento adequado das irregularidades eventualmente identificadas.

A Gestão de Pessoas do IF Farroupilha, no exercício de 2017, teve continuidade em sua implementação e está sendo constantemente aperfeiçoado o Sistema Integrado de Gestão - Gestão de Pessoas, pois vários módulos de gerenciamento de recursos humanos permitem um avanço no acompanhamento dos dados de cadastro, ações de desenvolvimento, financeiro, entre outras dos servidores da Instituição.

Observamos que alguns indicadores e relatórios estatísticos estão disponíveis no Portal Público do Sistema ([sig.iffarroupilha.edu.br](http://sig.iffarroupilha.edu.br)), de fácil e simples acesso à sociedade. Dentre os indicadores é possível acompanhar: os quantitativos de servidores por categorias e classes, unidade de lotação e sua evolução mensal; faixa etária, sexo, qualificação, entre outros.

Esses indicadores já estão sendo utilizados pela gestão, principalmente no que diz respeito à distribuição de códigos de vagas para as unidades da Instituição.

### **5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**

Este item tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo da unidade e de estagiários, informamos que o IFFar no exercício 2017, tendo como base o mês de dezembro, contou com um total de 65 estagiários, sendo 15 de nível médio e 50 de nível superior, que atuaram no atendimento de demandas administrativas, em diversas áreas da instituição.

Nesse sentido, o IFFar proporcionou aos estagiários a oportunidade de aprimorar os conhecimentos teóricos obtidos nos cursos em que estão matriculados e assim, contribuindo para o desenvolvimento institucional.

#### **5.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos**

Este item tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo da unidade. Pretende-se demonstrar neste item a proporção da terceirização de mão de obra no que diz respeito principalmente às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim da unidade, tais como: contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.

##### **a) Contratos de prestação de serviços**

O quadro a seguir compreende os contratos de prestação de serviços no exercício de 2017, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2016, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro 33 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância

Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva														
Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha														
Informações sobre os Contratos														
Unidade/ Gestão/ UG/ CNPJ	Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						Início	Fim	F		M		S		
								P	C	P	C	P	C	
<b>Campus Alegrete</b> (Gestão 26420; UASG:158267; CNPJ: 10.662.072/0004-09)	2012	L	O	09/2012	Marinônio Service Ltda (06.339.572/0001-86)	12/4/2012	12/04/2016	7	7	0	0	0	0	E
	2015	L	O	10/2015	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	13/07/2015	12/04/2016	6	6	0	0	0	0	E
	2016	L	O	05/2016	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	13/04/2016	13/04/2017	13	13	0	0	0	0	A
	2015	V	E	16/2015	Dionéia Acorsi Minuzzi (00.699.158/0001-00)	11/10/2015	05/10/2016	0	0	27	27	0	0	E
	2016	V	E	08/2016	Guardiã Administração e Serviços Ltda (97.458.533/0001-53)	13/05/2016	13/11/2016	0	0	13	13	0	0	E
	2016	V	O	17/2016	Guardiã Administração e Serviços Ltda (97.458.533/0001-53)	14/11/2016	14/11/2017	0	0	10	10	0	0	A
	2017	L	O	04/2017	Mercoservice Prestação De Serviços Ltda - Epp (902.453.554/0001-70)	17/04/2017	17/12/2018	11	11	0	0	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Jaguarí</b> (Gestão 26420; UASG: 154628; CNPJ: 10.662.072/0009-05)	2016	L	O	09/2016	Mercoservice Prestação de Serviços Ltda (02.453.554/0001-70)	09/11/2016	09/07/2018	4	4	0	0	0	0	A
	2014	V	O	15/2014	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP (03.994.920/0001-60)	16/06/2014	16/06/2019	0	0	2	2	0	0	A
	2016	V	O	03/2016	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP (03.994.920/0001-60)	01/06/2016	01/06/2018	0	0	2	2	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Júlio de Castilhos</b> (Gestão: 26420; UASG 158269; CNPJ: 10.662.072/0002-39)	2014	V	O	05/2014	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda. (03.994.920/0001-60)	09/02/2014	09/06/2017	0	0	6	6	0	0	E
	2017	V	O	15/2017	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda. (03.994.920/0001-60)	10/06/2017	10/02/2019	0	0	6	6	0	0	A
	2016	L	O	22/2016	Sétima Serviços de Limpeza Ltda. - ME	21/09/2016	21/05/2018	13	13	0	0	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Panambi</b> (Gestão 26420; UASG: 158505 CNPJ: 10.662.072/0007-43)	2013	L	O	05/2013	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	26/02/2013	17/01/2017	2,5	2,5	0	0	0	0	E
	2012	L	O	23/2012	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	17/09/2012	17/01/2017	7	7	0	0	0	0	E
	2016	L	O	22/2016	MERCOSERVICE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA EPP	16/11/2016	16/07/2018	11,5	11,5	0	0	0	0	A
	2012	V	O	38/2012	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA (39.94.920/0001-60)	21/12/2012	21/04/2016	8	8	0	0	0	0	E
	2016	V	O	11/2016	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA (39.94.920/0001-60)	22/04/2016	22/04/2018	1	1	5	5	0	0	A

	Observações: o CONTRATO 23/2012 refere-se a limpeza dos prédios A, B, edificações e quadra poliesportiva, o contrato 05/2013 refere-se a limpeza do prédio C. O contrato 22/2016 tem vigência a partir de 16/11/2016, porém sua execução iniciou em 18/01/2017														
<b>Reitoria</b> (Gestão 26420; UASG: 158127; CNPJ: 10.662.072/0001-58)	2013	V	O	26/2013	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	10/02/2013	02/10/2018	4	4	0	0	0	0	0	P
	2013	V	O	27/2013	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	10/02/2013	02/10/2018	2	2	0	0	0	0	P	
	2016	L	O	24/2016	Mercoservice Prestação De Serviços Ltda - Epp (902.453.554/0001-70)	10/10/2016	06/10/2018	3	3	0	0	0	0	A	
	Observações: Não há.														
<b>Campus Santa Rosa</b> (Gestão: 26420; UASG:158504; CNPJ: 10.662.072/0008-24)	2015	L	O	02/2015	VIP SUL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	23/06/2015	23/06/2017	16	12	0	0	0	0	E	
	2017	L	O	02/2017	SÉTIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA (07.618.334/0001-72)	26/06/2017	26/02/2019	12	12	0	0	0	0	A	
	2016	V	O	02/2016	MATRIX SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA (09.316.305/0001-81)	01/02/2016	01/02/2019	0	0	4	4	0	0	A	
	Observações: Não há.														
<b>Campus Santo</b> <b>Ângelo</b> (Gestão: 26420; UASG: 155081; CNPJ: 10.662.072/0010-49)	2013	V	O	28/2013	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP	02/10/2013	02/02/2017	4	4	0	0	0	0	P	
	2015	V	O	16/2015	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP	01/12/2015	01/12/2017	2	2	0	0	0	0	P	
	2016	V	O	06/2016	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP	27/10/2016	27/10/2017	4	4	0	0	0	0	A	
	2017	V	O	08/2017	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP	28/10/2017	28/06/2019	4	4	0	0	0	0	A	
	2014	L	O	37/2014	ROTA DO SOL CONSULTORIA E GESTÃO LTDA - EPP	30/03/2014	14/12/2016	8	7	0	0	0	0	E	
	2016	L	O	07/2016	MERCOSERVICE Prestação de Serviço Ltda - EPP	15/12/2016	15/08/2018	7	7	0	0	0	0	A	
	2017	L	O	07/2016	MERCOSERVICE Prestação de Serviço Ltda - EPP	15/12/2016	15/08/2018	7	7	0	0	0	0	A	
	Observações: Não há.														
<b>Campus Santo</b> <b>Augusto</b> (Gestão 26420; UASG 158266; CNPJ: 10.662.072/0005-81)	2013	L	O	12/2013	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	16/05/2013	15/05/2016	15	11	0	0	0	0	E	
	2014	V	O	02/2014	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA ( 03.994.920/0001-60)	03/09/2014	11/08/2015	6	6	0	0	0	0	E	
	2015	V	O	18/2015	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA ( 03.994.920/0001-60)	11/09/2015	11/08/2018	6	6	0	0	0	0	P	
	2016	L	O	23/2016	LIMPADORA SANTO AUGUSTO LTDA (00.976.595/0001-15)	16/11/2016	15/07/2018	13	13	0	0	0	0	A	
	Observações: Não há.														
<b>Campus São Borja</b> (Gestão: 26420; UASG 158503; CNPJ 10.662.072/0006-62)	2014	L	O	02/2014	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	02/03/2016	02/03/2017	0	0	10	0	0	0	E	
	2014	V	O	19/2014	M.S.V. SIST. DE SEGURANÇA Ltda 06.352.011/0001-17	02/06/2017	02/06/2018	0	0	4	4	0	0	P	
	2017	L	O	01/2017	MERCOSERVICE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA EPP	04/02/2017	04/10/2018	0	0	10	10	0	0	A	
	2016	V	O	31/2016	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA (00.482.840/0001-38)	08/12/2016	08/12/2018	0	0	4	4	0	0	P	
	2017	L	O	03/2017	SÉTIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA	08/12/2017	08/10/2018	2	2	0	0	0	0	A	
	Observações: Não há.														

<b>Campus São Vicente do Sul (Gestão: 26420; UASG: 158268; CNPJ: 10.662.072/0003-10)</b>	2013	V	O	42/2013	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA (03.994.920/0001-60)	24/12/2013	24/12/2018	9	9	0	0	0	0	P
	2013	L	O	43/2013	SULCLEAN SERVIÇOS LTDA (06.205.427/0001-02)	01/01/2014	01/01/2019	26	15	0	0	0	0	P
	Observações: Não há.													
<b>Campus Frederico Westphalen (Gestão 26420; UASG: 155570; CNPJ: 10.662.072/0011-20)</b>	2016	V	O	03/2016	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA (03.994.920/0001-60)	01/04/2017	01/04/2018	4	4	0	0	0	0	C
	2016	L	O	02/2016	MERCOSERVICE Prestação de Serviço Ltda - EPP	16/11/2016	16/07/2018	1	1	0	0	0	0	C
	2017	L	O	34/2016	SULCLEAN SERVIÇOS	01/02/2017	01/10/2018	13	10	0	0	0	0	C
Observações: Não há.														
<b>Observações:</b>														
LEGENDA														
Área:(L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza:(O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade:(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato:(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores:(P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância)

Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância)														
Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha														
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						Início	Fim	F		M		S		
								P	C	P	C	P	C	
<b>Campus Alegrete (Gestão 26420; UASG:158267; CNPJ: 10.662.072/0004-09)</b>	2011	4	O	02/2011	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	20/03/2011	05/04/2016	4	4	0	0	0	0	E
	2012	4	O	14/2012	Marinônio Service Ltda (06.339.572/0001-86)	07/11/2012	11/07/2016	8	8	0	0	0	0	E
	2013	8	O	04/2013	Uniserv - União de Serviços Ltda (02.294.475/0001-63)	30/03/2013	31/03/2018	1	1	0	0	0	0	A
	2013	12	O	10/2013	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	08/01/2013	24/09/2016	0	0	1	1	0	0	E
	2013	15	O	20/2013	Dionéia Acorci Minuzzi ME ( 00.699.158/0001-00)	12/03/2013	03/12/2018	0	0	15	13	0	0	A
	2014	15	O	15/2014	Dionéia Acorci Minuzzi ME ( 00.699.158/0001-00)	07/04/2014	04/07/2018	0	0	7	4	0	0	A
	2014	5	O	29/2014	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	11/04/2014	24/09/2016	0	0	8	8	0	0	E
	2015	5	O	09/2015	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	20/07/2015	20/07/2016	0	0	1	1	0	0	E
	2015	5	E	16/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME ( 00.699.158/0001-00)	11/10/2015	05/10/2016	0	0	17	17	0	0	E
	2016	4	O	07/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	05/05/2016	01/01/2018	15	12	0	0	0	0	E
	2016	5	O	11/2016	PH Recursos Humanos Ltda (05.443.410/0001-20)	24/05/2016	24/05/2018	0	0	17	11	0	0	A
	2016	12	O	13/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	28/09/2016	28/09/2018	0	0	2	1	0	0	A
	2016	16	O	14/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME ( 00.699.158/0001-00)	12/09/2016	12/09/2018	0	0	4	4	0	0	A
	2016	14	O	15/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	28/09/2016	28/09/2018	1	1	0	0	0	0	A
	2017	19	O	01/2017	Congonhas Air Smile Odontologia Ltda (07.742.333/0001-35)	02/03/2017	02/03/2018	0	0	1	1	0	0	A
2017	18	O	02/2017	Forte Sul Serviços Terceirizados Ltda (07.454.361/0001-57)	20/03/2017	20/03/2018	0	0	1	1	0	0	A	
Observações: O contrato nº 04/2013 é referente à prestação de serviço de auxiliar de lavanderia - Incluído conforme orientação.														
<b>Campus Jaguari (Gestão 26420; UASG: 154628; CNPJ: 10.662.072/0009-05)</b>	2015	15	O	10/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME ( 00.699.158/0001-00)	07/12/2015	12/06/2018	4	4	0	0	0	0	A
	2017	4	O	05/2017	SulClean Serviços LTDA (06.205.427/0001-02)	24/07/2017	24/03/2019	6	6	0	0	0	0	A
	2016	5	O	02/2016	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	18/02/2016	18/10/2017	0	0	2	2	0	0	E
	2016	5	O	08/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda. (00.482.840/0001-38)	24/10/2016	24/10/2018	0	0	2	2	0	0	A
	2016	16	O	05/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME ( 00.699.158/0001-00)	17/08/2016	17/08/2018	2	2	0	0	0	0	A
	2016	12	O	10/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda. (00.482.840/0001-38)	10/01/2017	09/01/2019	0	0	1	1	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Júlio de Castilhos (Gestão: 26420; UASG 158269; CNPJ: 10.662.072/0002-39)</b>	2014	7	O	06/2014	Sulclean Serviços Ltda. (06.205.427/0001-02)	17/02/2014	17/02/2017	3	2	0	0	0	0	E
	2014	15	O	23/2014	Carapé Serviços de Design Ltda.(03.362.450/0001-12)	08/06/2014	07/10/2018	0	0	7	6	0	0	P
	2016	16	O	19/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME ( 00.699.158/0001-00)	02/09/2016	02/09/2018	3	3	0	0	0	0	P
	2016	4	O	14/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda. (00.482.840/0001-38)	02/05/2016	02/05/2018	10	10	0	0	0	0	P
	2017	17	O	10/2017	Liderança Limpeza e Conservação Ltda. (00.482.840/0001-38)	29/05/2017	29/05/2018	4	4	0	0	0	0	A
Observações: O Contrato nº1 4/2016, refere-se a contratação de serviços de cozinheiro e auxiliar de cozinha, por não ter uma área específica foi nomeado como serviços de copeiragem (4).														

<b>Campus Panambi</b> (Gestão 26420; UASG: 158505 CNPJ: 10.662.072/0007- 43)	2012	15	O	36/2012	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	12/04/2012	04/12/2017	0	0	2	2	0	0	E
	2015	13	O	10/2015	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	05/07/2015	05/07/2016	0	0	1	1	0	0	E
	2013	7	O	18/2013	M S V SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA (06.352.011/0001-17)	21/05/2013	21/05/2016	2	2	0	0	0	0	E
	2016	16	O	18/2016	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	08/11/2016	08/11/2017	0	0	1	1	0	0	E
	2017	13	O	01/2017	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	02/01/2017	02/01/2018	0	0	1	1	0	0	A
	2017	14	O	27/2017	CRV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.	05/12/2017	05/12/2018	0	0	1	1	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Reitoria</b> (Gestão 26420; UASG: 158127; CNPJ: 10.662.072/0001-58)	2016	12	O	17/2016	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/0001-38)	14/06/2016	14/06/2018	2	2	0	0	0	0	P
	2016	4	O	31/2016	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/0001-38)	22/11/2016	22/11/2018	1	1	0	0	0	0	P
	2017	17	O	01/2017	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/0001-38)	03/02/2017	03/02/2019	0	0	2	2	0	0	P
	2017	20	O	11/2017	Soberana Terceirização De Serviços Eireli – ME (02.891.176/0001-06)	02/01/2018	02/01/2019	0	0	1	1	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Santa Rosa</b> (Gestão: 26420; UASG:158504; CNPJ: 10.662.072/0008- 24)	2012	5	O	17/2012	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA (00.482.840/0001-38)	02/07/2012	02/07/2017	0	0	2	1	0	0	E
	2012	7	O	17/2012	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA (00.482.840/0001-38)	02/07/2012	02/07/2017	0	0	3	2	0	0	E
	2012	13	O	17/2012	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA (00.482.840/0001-38)	02/07/2012	02/07/2017	2	2	0	0	0	0	E
	2012	14	O	17/2012	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA (00.482.840/0001-38)	02/07/2012	02/07/2017	1	1	0	0	0	0	E
	2017	5	O	03/2017	ORBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0001-01)	24/07/2017	24/07/2018	0	0	2	1	0	0	A
	2017	7	O	03/2017	ORBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0001-01)	24/07/2017	24/07/2018	0	0	3	2	0	0	A
	2017	13	O	03/2017	ORBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0001-01)	24/07/2017	24/07/2018	2	2	0	0	0	0	A
	2017	14	O	03/2017	ORBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0001-01)	24/07/2017	24/07/2018	1	1	0	0	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Santo Ângelo</b> (Gestão: 26420; UASG: 155081; CNPJ: 10.662.072/0010-49)	2015	16	O	10/2015	DIONÉIA ACORCI MINUZZI - ME	17/08/2015	17/08/2016	1	1	0	0	0	0	E
	2014	16	O	37/2014	ROTA DO SOL CONSULTORIA E GESTÃO LTDA - EPP	15/12/2014	14/12/2016	2	2	0	0	0	0	E
	2016	1	O	06/2016	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP	27/10/2016	27/10/2017	4	4	0	0	0	0	E
	2015	1	O	16/2015	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP	01/12/2015	01/12/2017	2	2	0	0	0	0	E
	2016	13	O	10/2016	ISOLU SERVICE LTDA – ME	04/01/2017	04/01/2018	1	1	0	0	0	0	E
	2016	15	O	08/2016	DIONÉIA ACORCI MINUZZI - ME	22/11/2016	22/11/2018	2	2	0	0	0	0	A
	2016	16	O	07/2016	MERCOSERVICE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA - EPP	15/12/2016	15/08/2018	7	7	0	0	0	0	A
	2017	1	O	08/2017	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA - EPP	28/10/2017	28/06/2019	6	6	0	0	0	0	A
	2017	13	O	15/2017	PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA - ME	05/01/2018	05/09/2019	1	1	0	0	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Santo Augusto</b> (Gestão 26420; UASG 158266; CNPJ: 10.662.072/0005- 81)	2013	12	O	29/2013	NILSON THOMAZ SILVA SANCHOTENE JUNIOR (08.202.514/0001-31)	10/01/2013	02/01/2017	1	1	0	0	0	0	P
	2015	15	O	21/2015	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA (03.362.450/0001-12)	14/12/2015	13/12/2017	1	1	0	0	0	0	P
	2016	5	O	15/2016	COMTEC SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (13.185.303/0001-78)	08/01/2016	31/07/2017	1	1	0	0	0	0	E
	2016	7	O	16/2016	COMTEC SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (13.185.303/0001-78)	08/01/2016	31/07/2017	2	2	0	0	0	0	E
	2016	14	O	17/2016	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA (00.482.840/0001-38)	08/04/2016	02/03/2018	1	1	0	0	0	0	P
	2016	16	O	19/2016	DIONEIA ACORCI MINUZZI ME (00.699.158/0001-00)	22/08/2016	21/08/2017	1	1	0	0	0	0	P
	2017	18	O	01/2017	FORTE SUL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. (07.454.631/00001-57)	14/02/2017	13/02/2018	0	0	1	1	0	0	A
Observações: Não há.														

<b>Campus São Borja</b> (Gestão: 26420; UASG: 158503; CNPJ: 10.662.072/0006-62)	2014	14	O	17/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	19/05/2016	19/05/2017	0	2	2	0	0	0	0	E
	2014	9	O	31/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	09/08/2016	09/08/2017	0	0	2	2	0	0	0	E
	2014	7	O	36/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	28/10/2016	28/10/2017	0	0	1	1	0	0	0	E
	2016	7	O	17/2016	Contec (13.185.303/0001-78)	29/07/2016	29/07/2017	0	2	0	0	0	0	0	E
	2016	9	O	22/2016	Perspectiva (01.681.443/0001-58)	01/08/2016	01/08/2017	0	1	0	0	0	0	0	E
	2016	16	O	25/2016	Isolu (12.720.960/0001-05)	28/10/2016	28/10/2017	0	1	0	0	0	0	0	E
	2017	17	O	14/2017	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	01/08/2017	01/08/2018	0	0	2	2	0	0	0	A
	2017	17	O	15/2017	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	04/09/2017	04/09/2018	0	0	2	0	0	0	0	A
	2017	14	O	16/2017	Soberana Terceirização de Serviços Eireli - ME (02.891.176/0001-06)	03/08/2017	03/08/2018	1	1	0	0	0	0	0	A
	2017	7	O	17/2017	Soberana Terceirização de Serviços Eireli - ME (02.891.176/0001-06)	31/12/2017	31/12/2018	1	1	1	1	0	0	0	A
	2017	13	O	29/2017	Pedro Regionaldo de Albernaz Faria e Fagundes LTDA ME (10.439.655/0001-14)	20/11/2017	20/05/2018	0	0	1	1	0	0	0	A
2017	14	O	09/2017	Grijo Serviços Administrativos Ltda - EPP (14.801.463/0001-67)	03/04/2017	03/12/2018	1	1	0	0	0	0	0	A	
Observações: Não há.															
<b>Campus São Vicente do Sul</b> (Gestão: 26420; UASG 158268; CNPJ: 10.662.072/0003-10)	2012	11	O	06/2012	SULCLEAN SERVIÇOS LTDA (06.205.427/0001-02)	29/02/2012	28/02/2016	18	18	0	0	0	0	0	E
	2013	11	O	10/2013	NILSON THOMAZ SILVA SANCHOTENE JUNIOR ( 08.202.514/0001-31)	04/01/2013	04/01/2016	3	3	0	0	0	0	0	P
	2012	13	O	21/2012	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	08/10/2012	08/10/2016	12	12	0	0	0	0	0	P
	2013	7	O	35/2013	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME (03.362.450/0001-12)	25/10/2013	25/10/2016	3	3	0	0	0	0	0	P
	2015	15	O	02/2015	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	03/07/2015	11/07/2016	20	16	0	0	0	0	0	P
	2016	11	O	26/2016	FORTELE SUL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	11/01/2016	11/01/2017	1	1	0	0	0	0	0	P
	2016	11	O	14/2016	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	14/03/2016	14/11/2017	1	1	0	0	0	0	0	P
	2017	11	O	11/2017	SULCLEAN SERVIÇOS LTDA (06.205.427/0001-02)	29/04/2017	29/12/2018	16	16	0	0	0	0	0	A
	2017	16	O	30/2017	PEDRO ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	11/10/2017	11/06/2019	8	8	0	0	0	0	0	A
Observações: Não há.															
<b>Campus Frederico Westphalen</b> (Gestão 26420; UASG: 155570; CNPJ: 10.662.072/0011-20)	2016	12	O	23/2016	LIDERANÇA LIMPESA E CONSERVAÇÃO LTDA	22/08/2016	22/08/2017	1	1	0	0	0	0	0	P
	2016	18	O	32/2016	LIDERANÇA LIMPESA E CONSERVAÇÃO LTDA	01/02/2017	01/02/2018	6	6	0	0	0	0	0	P
	2017	11	O	09/2017	SOBERANA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELLI-ME	01/10/2017	01/10/2018	16	13	0	0	0	0	0	p
Observações: Não há.															
<b>Observações</b>															
LEGENDA															
<b>Área:</b>															
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Motorista; 13. Auxiliar em manutenção Predial; 14. Jardineiro; 15. Trabalhador Agropecuário; 16. Manutenção predial; 17. Portaria; 18. Cuidador de alunos; 19. Auxiliar de saúde bucal; 20. Almojarife															
Nível de Escolaridade:(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior															
Situação do Contrato:(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Quantidade de trabalhadores:(P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.															

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

#### 5.1.4.2 Análise crítica

A análise crítica aqui consignada refere-se a informações sobre o andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene, bem como dificuldades encontradas pela administração na condução dos contratos de prestação de serviços, tais como: interrupções na prestação de serviços e não pagamento de verbas trabalhistas por empresas contratadas e as providências adotadas.

Primeiramente, a maior dificuldade encontrada na gestão dos contratos da Instituição está na fiscalização eficiente dos contratos. São diversos detalhes que precisam ser analisados e acompanhados no cotidiano contratual, que por falta de capacitação dos servidores envolvidos acabam sem formalização e dificultando as ações de sanção às empresas contratadas. O Instituto vem trabalhando na formação dos profissionais envolvidos na Gestão e fiscalização de contratos, ao mesmo tempo busca a constituição de procedimentos adequados de fiscalização e gestão dos mesmos. Outro aspecto importante que o Instituto vem trabalhando refere-se à adequação de procedimentos para aplicação de sanções as empresas que não prestam de forma adequada os serviços contratados.

Os problemas que mais são evidenciados são os atrasos nos pagamentos dos salários dos trabalhadores que prestam aos serviços e pagamentos de direitos trabalhistas das férias e rescisões contratuais. Apesar dos diversos problemas, a maioria deles são solucionados pela gestão de contratos, e uma parcela pequena dos contratos acabam sendo extintos e/ou com aplicação de penalidades.

Atualmente, o Instituto conta com manual de Contratos, que serve como base para a gestão e fiscalização destes e está sendo aplicado em todos os *campi*.

No intuito de redimir possíveis riscos, a instituição vem trabalhando no acompanhamento das ações, bem como na capacitação de servidores e no monitoramento do mapa de risco.

A seguir, apresentamos algumas informações pertinentes no que diz respeito aos contratos.

#### a) Quantitativo de contratos vigentes em 2016

Os dados sobre o total de contratos vigentes no exercício de 2017 no Instituto Federal Farroupilha se encontram na tabela a seguir, bem como a comparação com o exercício anterior.

Tabela 1 - Quantidade de Contratos do IFFar em 2017

Unidade	2015	2016	2017
<i>Campus Alegrete</i>	50	55	43
<i>Campus Jaguari</i>	31	26	25
<i>Campus Júlio de Castilhos</i>	46	61	42
<i>Campus Panambi</i>	49	55	54
Reitoria	33	68	60
<i>Campus Santa Rosa</i>	38	36	32
<i>Campus Santo Ângelo</i>	21	25	34
<i>Campus Santo Augusto</i>	42	43	38
<i>Campus São Borja</i>	45	51	67
<i>Campus São Vicente do Sul</i>	55	52	50
<i>Campus Frederico Westphalen</i>	-	-	30
<b>Total</b>	410	472	445

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

De acordo com a Tabela 1, percebe-se que a Unidade com maior número de contratos em 2017 foi o *Campus* São Borja. Isso ocorreu, provavelmente, porque esta unidade engloba também os contratos do *Campus* Avançado de Uruguaiana. Em segundo lugar, em número de contratos está a Reitoria, também em decorrência de abarcar alguns contratos referentes ao *Campus* Frederico Westphalen, que esteve em implantação no exercício de 2016. Outro motivo que induz ao elevado número de contratos da Reitoria é a guarda de alguns contratos que contemplam todas as unidades, como seguro de alunos e gerenciamento de abastecimento e manutenção de veículos. Em contrapartida, os *Campi* com menores quantitativos de contratos são Jaguari e Frederico Westphalen. Ao final do exercício de 2017, o órgão contava com 445 contratos. Assim, no contexto global verifica-se uma diminuição no número de contratos de 2016 para 2017.

A Tabela 2 demonstra a média de contratos por fiscal em cada unidade do órgão, assim como o total geral.

Tabela 2 - Média de contratos por fiscal por *Campus*

Unidade	Contratos	Fiscais	Média 2015	Média 2016	Média 2017
<i>Campus</i> Alegrete	43	34	1,8	2,2	1,3
<i>Campus</i> Jaguari	25	17	2,6	13,0	1,5
<i>Campus</i> Júlio de Castilhos	42	28	2,7	1,9	1,5
<i>Campus</i> Panambi	54	29	3,1	3,1	1,9
Reitoria	60	46	1,2	1,6	1,3
<i>Campus</i> Santa Rosa	32	16	1,7	1,3	2,0
<i>Campus</i> Santo Ângelo	34	19	1,3	1,8	1,8
<i>Campus</i> Santo Augusto	38	31	2,2	1,9	1,2
<i>Campus</i> São Borja	67	30	2,8	2,7	2,2
<i>Campus</i> São Vicente do Sul	50	38	1,8	1,7	1,3
<i>Campus</i> Frederico Westphalen	30	24	-	-	1,3
<b>Total</b>	445	310	2,0	2,0	1,44

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Analisando a Tabela 2, percebe-se que em todas as unidades do Instituto Federal Farroupilha há mais contratos do que fiscais para acompanhá-los. Isto indica que alguns servidores estão desempenhando a função de fiscal em mais de um contrato. Tal prática pode ocasionar ineficiência no acompanhamento contratual, haja vista a incapacidade humana de absorver demandas em excesso. Foi possível verificar também que, no geral, o IFFar dispõe de 445 contratos e 310 fiscais. Ou seja, menos de dois contratos por servidor designado. Depreende-se também que alguns *campi* apresentam média superior a dois contratos por fiscal, demonstrando que foram implementadas ações para que esta média de fiscais caísse de 2016 (média 2,0) para 2017 (média 1,4). O ideal é que se busque que esta média permaneça o mais perto de 1 (um) possível. A média geral do IFFar em 2017 (1,4) pode ser estabelecida como meta para aqueles *campi* que ficaram acima deste valor. Para os que já estão abaixo devem continuar trabalhando no intuito de baixar ainda mais esse numerário.

#### **b) Capacitação dos envolvidos na gestão e fiscalização de contratos**

A Tabela 3 apresenta os dados obtidos sobre os envolvidos na Gestão de Contratos, englobando um comparativo desde 2015.

Tabela 3 - Capacitação dos envolvidos na Gestão e Fiscalização de Contratos

	Servidores	Capacitações	Capacitação por servidor 2015	Capacitação por servidor 2016	Capacitação por servidor 2017
<b>Gestão de Contratos</b>	21	25	1,20	1,10	1,19

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Ao analisar os dados da Tabela 3, percebe-se que no ano de 2017 a média de capacitação por servidor foi de 1,19. Ou seja, teoricamente a quantidade de capacitação seria suficiente para qualificar todos os servidores. Essa análise não significa que todos os servidores foram capacitados, uma vez que alguns servidores podem ter realizado mais de uma capacitação, ao passo que outros não participaram de nenhuma. Assim, percebe-se que a quantidade de capacitação nas áreas demonstradas na tabela acima aparenta estar adequada, bastando apenas atentar para uma correta distribuição destas. Em comparação com o ano de 2016, a média de capacitação na área de Gestão de Contratos subiu de maneira tímida, pois neste exercício a média evidenciada foi de 1,1 capacitações para cada um servidor.

A Tabela 4 apresenta a média de capacitações realizadas no exercício de 2017 comparada com o número de fiscais que atuaram neste período.

Tabela 4 - Média de capacitação por fiscal por *Campus*

Unidade	Fiscais	Capacitações	Capacitação por fiscal 2015	Capacitação por fiscal 2016	Capacitação por fiscal 2017
<i>Campus Alegrete</i>	33	8	0,07	0,36	0,24
<i>Campus Jaguari</i>	17	4	0,33	1,00	0,24
<i>Campus Júlio de Castilhos</i>	28	43	0,35	0,88	1,54
<i>Campus Panambi</i>	28	17	0,31	0,50	0,61
<b>Reitoria</b>	46	12	0,43	0,12	0,26
<i>Campus Santa Rosa</i>	16	0	0,09	0,00	0,00
<i>Campus Santo Ângelo</i>	19	19	0,06	0,00	1,00
<i>Campus Santo Augusto</i>	31	31	0,11	0,00	1,00
<i>Campus São Borja</i>	30	20	0,19	0,32	0,67
<i>Campus São Vicente do Sul</i>	38	2	0,32	0,00	0,05
<i>Campus Frederico Westphalen</i>	24	24	0,23	0,24	1,00
<b>Total</b>	310	180	0,23	0,24	0,58

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

A Tabela 4 especifica que, de modo geral, foi oferecido um quantitativo de capacitações capaz de qualificar 58% dos servidores envolvidos na Fiscalização de Contratos do órgão. Essa média geral é elevada pelas ações de alguns *campi* com médias elevadas, haja vista que outras unidades demonstram médias 0,00. Em comparação com o ano de 2016, percebe-se que o percentual de capacitação aumentou significativamente, passando de 24% para 58%. Tal contexto foi alavancado por cursos realizados com o auxílio da Reitoria em seis *Campi*: Santo Ângelo; Alegrete; Reitoria; Frederico Westphalen; Panambi; e Santo Augusto. Essa ação possibilitou capacitar, em alguns casos, todos os fiscais administrativos das unidades que receberam os cursos. O resultado desta estratégia se sobressai ao verificar que os *campi* que receberam cursos também foram os que apresentaram maiores médias de capacitação por fiscal no geral em 2017.

### c) Mapa de riscos no âmbito da Gestão de Contratos

Nas Tabelas a seguir, estão expressos os riscos gerais que envolvem Compras e Licitações, sendo que para cada objeto licitado são expressos riscos específicos, conforme determina a IN SEGES/MPOG nº 05/2017.

Tabela 5 - Mapa de risco abrangente referente à gestão de todos os contratos

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Imperícia qualitativa	Alto	Médio	Dificuldade na fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Nomear fiscais de contratos com experiência na área do objeto;</li> <li>• (P) Padronizar descrições que atendam às necessidades da Instituição;</li> <li>• (C) Registrar possíveis desvios qualitativos ocorridos na contratação, visando corrigir em contratos futuros.</li> </ul>
Imperícia quantitativa	Médio	Alto	Contratos fora da realidade institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Criar controle anual de itens adquiridos em cada contrato;</li> <li>• (P) Determinar quantidade com base na aquisição do material nos últimos três anos;</li> <li>• (C) Promover supressões unilaterais e amigáveis para adequação do contrato.</li> </ul>
Descontinuidade	Baixa	Alto	Inviabilidade de contratação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar licitações anuais de cada objeto;</li> <li>• (P) Indagar interesse da contratada em prorrogar o contrato com no mínimo 90 dias de antecedência;</li> <li>• (C) Elaborar licitação em virtude de desinteresse da contratada na renovação do prazo;</li> <li>• (C) Elaborar um processo de adesão tardia.</li> </ul>
(Des)uniformização	Médio	Médio	Dificuldade na compreensão dos processos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Elaborar manuais e normativos;</li> <li>• (P) Padronizar minutas de editais conforme modelos da AGU;</li> <li>• (P) Padronizar formulários referentes a gestão e fiscalização de contratos;</li> <li>• (C) Solicitar correções em análises administrativas e jurídicas;</li> <li>• (C) Refutar processos em desacordo com as normas institucionais.</li> </ul>
Prorrogações vedadas	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Manter controle de vigência atualizados dos contratos;</li> <li>• (P) Verificar previsão contratual para a prorrogação;</li> <li>• (P) Começar processo renovatório com antecedência mínima de 90 dias;</li> <li>• (C) Realizar análise de conformidade administrativa posterior à prorrogação intempestiva.</li> </ul>
Repactuações vedadas	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Verificar a compatibilização da CCT apresentada pela contratada;</li> <li>• (P) Verificar a ocorrência da preclusão lógica do direito à repactuação;</li> <li>• (P) Atentar para o prazo legal para concessão da repactuação (60 dias);</li> <li>• (C) Realizar auditorias internas buscando irregularidades.</li> </ul>
Informalidade	Alto	Alto	Insegurança processual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Nomear fiscal da Administração e solicitar preposto da empresa;</li> <li>• (P) Realização comunicação sempre formal e escrita entre Contratante e Contratado;</li> <li>• (P) Realizar palestras aos envolvidos na gestão e fiscalização sobre a necessidade de formalização nos processos contratuais.</li> </ul>
Intempestividade	Alto	Alto	Possível extinção do contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Começar processo renovatório com antecedência mínima de 90 dias;</li> <li>• (P) Conceder repactuações de preços no prazo legal de 60 dias;</li> <li>• (P) Encaminhar processos para análise administrativa e jurídica com no mínimo 30 dias de antecedência;</li> <li>• (C) Realizar análise de conformidade administrativa posterior em processos.</li> </ul>

Incapacidade	Alto	Alto	Dificuldade e erros na gestão e fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Proporcionar participação de servidores em cursos na área em instituições de ensino;</li> <li>• (P) Implementar cursos ministrados por servidores da própria Instituição;</li> <li>• (P) Realizar Workshops com servidores responsáveis pela fiscalização de mesmos objetos;</li> <li>• (P) Socializar as normas institucionais em palestras;</li> <li>• (C) Substituir gestores de contratos considerados inaptos para a atividade.</li> </ul>
Publicação	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Manter arquivo atualizado de contratos;</li> <li>• (P) Firmar contrato sempre antes do dia 20 de cada mês;</li> <li>• (C) Publicar contrato com atraso e justificativa.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Tabela 6 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de todos os contratos

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Faltas e afastamento	Alto	Médio	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Registrar no relatório mensal de acompanhamento do fiscal do contrato;</li> <li>• (P) Comunicar a empresa contratada para efetuar a substituição no dia;</li> <li>• (C) Glosar nota fiscal da contratada em virtude da falta;</li> <li>• (C) Pedir a substituição definitiva do terceirizado nos casos reincidentes.</li> </ul>
Vale transporte	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar diligências junto aos terceirizados verificando a ocorrência do pagamento;</li> <li>• (P) Conferir os documentos anexos da nota fiscal analisando os pagamentos;</li> <li>• (C) Notificar a empresa em caso de irregularidade;</li> <li>• (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual;</li> <li>• (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.</li> </ul>
Substituição	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Comunicar a empresa contratada para efetuar a substituição no dia;</li> <li>• (C) Notificar a contratada em virtude da não substituição de terceirizado;</li> <li>• (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual;</li> <li>• (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.</li> </ul>
Férias	Baixo	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Verificar o limite do prazo para que cada terceirizado goze férias;</li> <li>• (P) Verificar o pagamento dos valores relativos ao gozo das férias;</li> <li>• (C) Notificar a contratada em decorrência da não concessão ou pagamento das férias;</li> <li>• (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual;</li> <li>• (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.</li> </ul>
Obrigações trabalhistas da contratada	Médio	Alto	Inexecução parcial ou total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Analisar mensalmente as documentações relativas aos direitos trabalhistas;</li> <li>• (P) (C) Notificar a contratada em decorrência do descumprimento dos direitos trabalhistas;</li> <li>• (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual;</li> <li>• (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.</li> </ul>

Uniformes EPI	Baixa	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Registrar o recebimento dos uniformes EPIs pelos terceirizados formalmente;</li> <li>• (P) Verificar a substituição dos uniformes e EPIs conforme prazo estabelecido na licitação;</li> <li>• (C) Anotar em relatório de acompanhamento mensal do contrato a eventual não utilização dos uniformes e EPIs;</li> <li>• (C) Comunicar a contratada sobre a não utilização de uniformes e EPIs pelos terceirizados.</li> </ul>
Jornada de trabalho	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar reunião registrando em ata a ciência dos terceirizados sobre o horário de trabalho, de intervalo e demais informações correlatas;</li> <li>• (P) Verificar se a carga horária mensal está sendo respeitada através da conferência do ponto dos terceirizados;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa contratada sobre eventual irregularidade na jornada de trabalho;</li> </ul>
Incomunicabilidade	Baixo	Médio	Inércia na execução contratual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Encaminhar comunicação/notificação via e-mail para as empresas contratadas;</li> <li>• (P) Encaminhar comunicação/notificação via correio no endereço da empresa contratada mediante três tentativas;</li> <li>• (C) Publicar em jornal de grande circulação da cidade da empresa a citação e seguir com o processo.</li> </ul>
Desvio de função	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar palestra para todos os servidores do órgão sobre desvio de função em contratos de terceirização;</li> <li>• (P) Realizar reunião com os terceirizados sobre a proibição de desvio de função;</li> <li>• (C) Advertir servidor ou terceirizado responsável por situação de desvio de função;</li> <li>• (C) Solicitar substituição do terceirizado que comprovadamente desvia suas funções.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Tabela 7 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de contratos de motorista

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Acidentes	Baixo	Alto	Danos materiais e humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Solicitar histórico anual do motorista;</li> <li>• (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva;</li> <li>• (C) Solicitar averiguação do estado psicológico do terceirizado;</li> <li>• (C) Comunicar para a empresa solicitando substituição definitiva.</li> </ul>
Danos a veículos	Baixo	Médio	Danos materiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva;</li> <li>• (C) Registrar Boletim de Ocorrência;</li> <li>• (C) Solicitar ressarcimento para empresa por eventuais danos culposos.</li> </ul>
Multas	Alto	Médio	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva;</li> <li>• (P) Manter registro de utilização dos veículos oficiais;</li> <li>• (C) Encaminhar notificação de multa para o motorista responsável pela condução.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Tabela 8 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de vigilância

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Reduzida amplitude de controle	Alto	Alto	Lacunhas na vigilância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar rondas nas dependências do prédio objeto do serviço de vigilância;</li> <li>• (C) Instalar sistema de monitoramento por imagens;</li> <li>• (C) Instalar sistema de monitoramento por alarmes.</li> </ul>
Abandono de posto	Baixo	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar reunião informando o local em que deverá permanecer o vigilante;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa sobre eventuais abandonos de posto;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa da necessidade de substituição do terceirizado.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Tabela 9 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Des (profissionalização)	Alto	Alto	Dificuldades e erros na execução contratual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Solicitar certificado de curso que comprove a capacitação do terceirizado;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa contratada sobre eventual inabilidade com o serviço;</li> <li>• (C) Solicitar substituição do terceirizado se julgado incapaz para a função.</li> </ul>
Danos a bens	Baixo	Médio	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Verificar a conduta do terceirizado no dano causado;</li> <li>• (C) Solicitar ressarcimento para empresa quando o dano tiver conduta culposa;</li> <li>• (C) Solicitar substituição do terceirizado quando danos forem reiterados.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Tabela 10 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de limpeza e conservação

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Estoques	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Manter estoque de materiais de limpeza para atender a determinado imprevisto;</li> <li>• (P) Encaminhar lista de materiais sempre com antecedência indicada pela contratada;</li> <li>• (C) Comunicar empresa sobre possíveis prejuízos causados pela falta destes materiais.</li> </ul>
Limpeza instalações sanitárias de grande circulação	Baixo	Alto	Desvio de função	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar reunião informando quais terceirizados limparão as instalações sanitárias de grande circulação (Insalubridade de grau máximo);</li> <li>• (C) Comunicar a empresa sobre eventuais abandonos de posto;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa da necessidade de substituição do terceirizado.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

#### d) Procedimentos na área de contratos

O Instituto Federal Farroupilha atua de maneira descentralizada, ou seja, cada unidade é responsável por firmar seus contratos. Os processos dos *campi* que visam a alterações contratuais (renovação de vigência, acréscimo de valor, repactuações de preços, etc.) são instruídos de maneira completa pelas unidades descentralizadas, ficando a cargo da Reitoria a análise Administrativa de todo o pleito, através da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

Depois dessa análise, o processo é encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica vinculada ao IFFar, para em seguida ser novamente encaminhado para o *campus* de origem. As

competências de cada agente envolvido estão contidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Neste mesmo manual, estão contidos todos os procedimentos necessários para instrução dos processos de: elaboração contratual; termos aditivos; repactuação de preços; rescisão contratual; sanções administrativas; e inscrição em dívida ativa.

#### e) Ações desenvolvidas na área de contratos em 2017

No início do exercício de 2017, constatou-se alguns pontos críticos no que tange à gestão e à fiscalização de contratos administrativos no Instituto Federal Farroupilha. Entre os quais, destacava-se o baixo número de servidores capacitados na área de fiscalização de contratos e limitação de conhecimento sobre a gestão e a fiscalização de contratos. Desse modo, foram implementadas algumas ações direcionadas à capacitação dos envolvidos em Compras, Licitações e Contratos, entre as quais se destacam:

- Curso de Como fiscalizar contratos no IFFar, realizado no *Campus* Santo Ângelo;
- Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, realizado no *Campus* Alegrete;
- Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos, realizado na Reitoria;
- Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos, realizado no *Campus* Frederico Westphalen;
- Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos, realizado no *Campus* Panambi;
- Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos, realizado no *Campus* Santo Augusto.

Essa estratégia demonstrou sua efetividade em aproximar a Reitoria e os *campi*. Até o final de 2017, mais de 200 servidores já haviam sido capacitados em cursos promovidos pela Direção de Compras, Licitações e Contratos. Isso gerou uma economia de mais de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em fornecimento de cursos para a Instituição. Assim, o investimento em capacitações ministradas por servidores do próprio IFFar se mostra vantajoso e eficiente. Outra ação foi desenvolvida em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (ENAP em Rede), mas não teve continuidade em 2016 e 2017, pois foi prejudicada pelo corte de recursos do governo, o que levou a ENAP a cancelar a oferta de cursos do Programa ENAP em Rede e a possibilidade de oferecer capacitações para servidores Federais, Estaduais e Municipais.

#### f) Quantidade de terceirizados do Instituto Federal Farroupilha

Outra característica importante que permeia a gestão de contratos é a quantidade de terceirizados contratados no âmbito de cada unidade Administrativa. A tabela, a seguir, demonstra o quantitativo de cada unidade no período de 2013 a 2018.

Tabela 11 - Quantitativo de terceirados por *campus*

Unidade	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<i>Campus</i> Alegrete	93	99	101	86	75	74
<i>Campus</i> Jaguari	18	24	19	19	19	25
<i>Campus</i> Júlio de Castilhos	41	36	47	40	40	42
<i>Campus</i> Panambi	30	28	25	21	21*	20
Reitoria	12	15	22	21	14	16
<i>Campus</i> Santa Rosa	21	22	22	26	22	22
<i>Campus</i> Santo Ângelo	4	5	16	17	16	16
<i>Campus</i> Santo Augusto	27	26	24	24	27	24

<i>Campus</i> São Borja	5	17	17	17	20	18
<i>Campus</i> Frederico Westphalen	-	-	-	54	43	36
<i>Campus</i> São Vicente do Sul	83	90	87	90	83	83
<i>Campus</i> Avançado Uruguaiana	-	-	-	4	6	7
<b>Total</b>	334	362	380	419	365	383

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Primeiramente, convém salientar que o *Campus* Avançado de Uruguaiana possui autonomia para gerenciamento de contratos, sendo que a sua gestão é realizada pelo *Campus* São Borja. Todavia, no que tange à análise de gastos com terceirizados, é interessante demonstrar sua representatividade. Analisando os dados da Tabela 11, percebe-se um crescente aumento do número de terceirizados desde 2013 até o ano de 2016. Contudo, o ano de 2017 apresenta uma representativa diminuição neste cenário. Para o ano de 2018, houve um aumento no número de terceirizados, embora ainda esteja longe dos números de 2016. O aumento no número de terceirizados foi alavancado pelas seguintes unidades: *Campus* Jaguari; *Campus* Júlio de Castilhos; Reitoria.

### g) Metas para 2017 na área de Contratos

Sobre as metas estabelecidas para o exercício de 2017, cabe salientar que elas foram atendidas em algumas unidades, conforme quadro a seguir.

Quadro 35 - Atendimento das metas de 2017

Meta	Situação
Capacitar no mínimo 50% dos fiscais de contratos de cada unidade da Instituição até o final do exercício de 2017.	Por meio da oferta de cursos pelo Programa Institucional de Desenvolvimento, foi possível atender esta meta no Geral do IFFar, com 58% dos fiscais Capacitados. De modo descentralizado, esta meta foi atendida nos seguintes <i>Campi</i> : <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Campus</i> Júlio de Castilhos;</li> <li>• <i>Campus</i> Panambi;</li> <li>• <i>Campus</i> Santo Ângelo;</li> <li>• <i>Campus</i> Santo Augusto;</li> <li>• <i>Campus</i> São Borja;</li> <li>• <i>Campus</i> Frederico Westphalen.</li> </ul>
Reduzir para o número de contratos por fiscal para 1 (um) até o final do exercício de 2017.	Mediante o ajuste nas nomeações dos fiscais de contratos, reduziu-se para menos que 2 contratos por fiscal nos seguintes <i>Campi</i> : <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Campus</i> Alegrete;</li> <li>• <i>Campus</i> Jaguari;</li> <li>• <i>Campus</i> Júlio de Castilhos;</li> <li>• <i>Campus</i> Panambi;</li> <li>• Reitoria;</li> <li>• <i>Campus</i> Santo Ângelo;</li> <li>• <i>Campus</i> Santo Augusto;</li> <li>• <i>Campus</i> São Vicente do Sul;</li> <li>• <i>Campus</i> Frederico Westphalen.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Ao analisar os dados deste início de 2017, percebe-se que a capacitação dos indivíduos envolvidos na Fiscalização de Contratos continua demandando bastante atenção da Gestão. Do mesmo modo, o elevado número de contratos em detrimento do baixo número de fiscal também favorece a ocorrência de ineficiência na fiscalização. Assim, tendo em vista que as metas estabelecidas em 2017 foram atingidas na íntegra, estas serão mantidas em 2018 com as adequações relatadas no quadro a seguir.

Quadro 36 - Adequação das metas de 2017

Meta	Método
Capacitar no mínimo 50% dos fiscais de contratos de cada unidade da Instituição até o final do exercício de 2018.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento do Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos em todos os <i>campi</i> da Instituição, ministrado por servidores da própria unidade ou da Reitoria, através do Programa Institucional de Desenvolvimento até o final de 2016;</li> <li>Possibilitar a participação de servidores do IFFar em curso realizados em outras Instituições de Ensino.</li> </ul>
Reduzir para o número de contratos por fiscal para 2 (dois) até o final do exercício de 2018.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ajustar as nomeações de fiscais de contrato de maneira mais isonômica.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

## 5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Neste item, apresenta-se informações sobre a gestão do patrimônio e da infraestrutura. Será abordada uma visão gerencial da infraestrutura patrimonial e sua suficiência, especialmente para responder às necessidades da missão institucional.

A Gestão Patrimonial no IFFar teve uma significativa mudança em 2017, no que se refere ao Sistema de Gestão do Patrimônio paralelo ao SIAFI, pois deixou de ser o SIGA e passou a ser o SIG, sendo que seu criador é a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A migração foi efetuada por meio de carga gerada através do sistema antigo e inserida no banco de dados do novo sistema. Com isso, a instituição visa a aprimorar os controles e a melhorar as informações gerenciais em termos de Patrimônio móvel, imóvel e de estoques.

Cada Unidade Gestora do IFFar possui seu Setor de Controle Patrimonial e Setor de Almoxarifado que controla os bens móveis, imóveis e estoques em seu âmbito. Esses setores têm acesso à sua Unidade no SIG e lançam as aquisições através das Notas Fiscais, para que, em seguida, seja gerado um número de tombamento através deste sistema. Gerado este número, o Setor competente fixa uma etiqueta no bem tombado para sua identificação e controle e o destina ao setor requerente da aquisição incluindo-o naqueles materiais sob responsabilidade da sala ou do setor.

Anualmente, é realizado inventário físico dos bens móveis e dos estoques nas Unidades do órgão. Caso seja constatada alguma divergência com os registros no Sistema de Gestão, ela é relatada em documento próprio para que sejam tomadas as medidas cabíveis. Inventários a qualquer tempo também são realizados conforme necessidades.

A maioria das movimentações de bens da Unidade matriz (Reitoria) para as subordinadas corresponde a materiais bibliográficos. Porém, também foram movimentados mobiliários em geral, equipamentos de TI, eletrônicos, de áudio, vídeo e foto, etc... para melhor estruturar nossas unidades, a fim de atingir com maior agilidade seus fins institucionais.

Cabe salientar que a instituição está se organizando para que, em breve, possa realizar um grande processo de reavaliação de todos os bens móveis e de estoques em todas as unidades do IFFar, no intuito de cumprir com a NBC T 19.6 – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS. Porém, não há como estimar com precisão o tempo que vai levar para efetivar essa ação.

### 5.2.1 Gestão da frota de veículos

O Instituto Federal Farroupilha é uma instituição multicampi. Possui, em 2017, o total de 11 unidades de ensino (10 *campi* e 1 *campus* Avançado) e uma estrutura central de administração (Reitoria). Por apresentar essa formatação, a utilização de frota é constante, pois o deslocamento entre servidores pela Instituição dá-se quase que diariamente. Nesse sentido, é importante a

instituição possuir frota condizente com as demandas institucionais, e uma frota em plenas condições de uso.

A utilização dos veículos oficiais do Instituto Federal Farroupilha até o exercício de 2017 está baseada no manual de instruções de utilização de veículos oficiais, elaborado pela comissão de padronização dos manuais deste Instituto, baseados no decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008, na INSTRUÇÃO DE SERVIÇOS DNIT nº 7 de 26 de maio de 2009, no código brasileiro de trânsito e na lei 7.474 de 08 de maio de 1986.

O Instituto Federal Farroupilha, por decisão administrativa, tem como fundamento a aquisição dos veículos em detrimento da locação de serviços terceirizados. Não há ainda levantamento comparativo levando em conta a relação custo-benefício e a viabilidade de manutenção da política de manutenção de frota própria ou contratação dos serviços terceirizados com locação de veículos. Esse ponto é bastante controverso institucionalmente, porém existe necessidade de definição de política de gestão de frota.

Com a alteração da legislação sobre uso de viaturas oficiais, trazidas pelo Decreto nº 9287, de 15 de fevereiro de 2018, a instituição deverá rediscutir e implementar ações para uso e gestão eficiente da frota, bem como das despesas relacionadas.

Para assegurar a prestação eficiente e econômica do transporte com os veículos oficiais, algumas regras foram elencadas no manual, destacamos algumas a abaixo.

#### Da Utilização/uso dos veículos:

- I. O uso dos veículos da frota oficial do IFFar será destinado as seguintes atividades:
- II. Atividades administrativas;
- III. Atividades curriculares;
- IV. Atividade de ensino, de pesquisa e de extensão;
- V. Atividades científicas, esportivas, culturais e de política estudantil;
- VI. Outras.

#### Instruções de uso:

- I. O uso dos veículos é exclusivo dos servidores do próprio instituto;
- II. Só poderão dirigir os veículos oficiais servidores que possuem portaria onde o Diretor Geral ou o Reitor autoriza o servidor a dirigir os veículos da Instituição;
- III. É vetado o uso de veículos da frota oficial do IFFar por entidades e pessoas não pertencentes ao quadro funcional da Instituição;
- IV. Em caso de colaboradores eventuais, será permitido o transporte desde que haja pertinência temática às atividades do Instituto Federal Farroupilha;
- V. Os veículos da frota oficial estarão disponíveis para deslocamento de segunda a sexta-feira, obedecendo ao horário de funcionamento do setor responsável pela frota oficial;
- VI. O uso dos veículos oficiais da frota oficial aos finais de semana e feriados ou fora de horário de funcionamento ficará condicionado à autorização do Gestor mediante justificativa;
- VII. O uso de veículo em situações emergenciais deverá ser solicitado ao setor responsável pela frota oficial e será atendido conforme a disponibilidade de veículos e motorista;
- VIII. Os veículos da frota oficial do IFFar deverão ter como local de saída e de chegada os locais previamente definidos pelo setor responsável, observando os propostos na solicitação;
- IX. O servidor que deverá, em caso de pernoite, estacionar o Veículo oficial na garagem do hotel ou em garagem devidamente regularizada, para fins de segurança;
- X. Qualquer mudança no itinerário deverá ser justificada com antecedência e por escrito;
- XI. Modificação no itinerário após iniciada a viagem só poderão ocorrer em virtude de emergência de tráfego.

Ao gestor de frota compete:

- I. Manter a documentação dos veículos da frota oficial Instituto Federal Farroupilha em regularidade;
- II. Providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos do Instituto em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo Conselho Nacional Trânsito ou pelo Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos pessoais Causados por Veículo Automotores de Vias Terrestres;
- III. Estabelecer as rotinas de acompanhamento e desembaraço, junto aos órgãos de trânsito, de todas as ocorrências envolvendo veículos oficiais do IFFar;
- IV. Efetuar as rotinas de manutenção, reparo, troca de pneus, abastecimento, lavagem, e lubrificação dos veículos de propriedade do IFFar e entregar ao Gestor, a cada 06 (seis) meses o Acompanhamento Físico Financeiro (manutenção, combustível, pneus e lubrificantes);
- V. Assegurar a presença dos equipamentos de segurança obrigatórios, sempre antes da realização de qualquer atividade visando à segurança aos usuários;
- VI. Estabelecer a programação de utilização da frota oficial do IFFar devendo observar criteriosamente as características técnicas e boas condições mecânicas e de conservação dos veículos;
- VII. Designar o motorista habilitado para atuar como condutor autorizado.
- VIII. Tomar providências imediatas sempre que apontada alguma irregularidade pelo condutor e/ou responsável;
- IX. Promover os procedimentos mandatórios à apuração de responsabilidade, se necessário por meio de sindicância, tão logo receber uma notificação de infração de trânsito ou informação sobre danos a veículos da frota oficial do Instituto Federal Farroupilha;
- X. Encaminhar as identificações de infratores aos órgãos de trânsito competente;
- XI. Manter em arquivos próprios, os formulários utilizados nesta Instrução para atender a auditoria interna e externa, realizada anualmente na Instituição;
- XII. Comunicar ao Gestor toda e qualquer irregularidade decorrente da utilização de veículo da frota oficial do IFFar, inclusive a devida apuração de responsabilidades.

O Instituto Federal Farroupilha conta hoje com uma frota de 103 veículos de serviços comuns, incluindo automóveis, vans, ônibus, caminhões e camionetes. Para acompanhamento, dividiu-se as despesas entre veículos a Diesel e veículos a Gasolina/ Álcool, em função das suas características de consumo e manutenção. Basicamente, os veículos a diesel são caminhões, micro-ônibus e ônibus, camionetes e Vans.

Quadro 37 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos Automotores Próprios do IFFar em de 2017

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>Gasto Total com Combustível</b>	<b>R\$ 490.060,08</b>
<b>Gasto Total com Manutenção</b>	<b>R\$ 355.613,97</b>
<b>Gasto Total com Seguros e Licenciamentos obrigatórios</b>	<b>R\$ 8.137,52</b>
<b>Gasto Total com Seguro veicular</b>	<b>R\$ 58.249,52</b>
<b>Total Gastos Diretos</b>	<b>R\$ 912.061,09</b>
<b>Total KM Rodados</b>	<b>1.081.537</b>
<i>Gasolina / Álcool</i>	<i>1.005.849</i>
<i>Diesel</i>	<i>75.688</i>
<b>Total de Veículos</b>	<b>103</b>
<i>Gasolina / Álcool</i>	<i>89</i>
<i>Diesel</i>	<i>14</i>
<b>Idade média da Frota</b>	<b>10,13 anos</b>
<i>Gasolina / Álcool</i>	<i>8,9 anos</i>
<i>Diesel</i>	<i>17,9 anos</i>
<b>Média de Km Rodados Total</b>	<b>10.500,36</b>
<i>Gasolina / Álcool</i>	<i>11.301,67</i>
<i>Diesel</i>	<i>5.406,29</i>
<b>Custo médio por veículo em Reais</b>	<b>8.854,96</b>
<i>Custo médio com Manutenção</i>	<i>3.452,56</i>
<i>Custo médio com Combustíveis e Lubrificantes</i>	<i>4.757,86</i>
<b>Custo médio por Km Rodado R\$</b>	<b>0,84</b>

Fonte: Setor de Gestão de Frotas

Observa-se que o Instituto possui frota bastante antiga e vários carros já estão com vários anos de uso, que resulta um alto valor despendido em manutenção. A média de gasto com manutenção por viatura é de R\$ 3.451,56. Porém, cabe ressaltar que a média anual que as viaturas rodam também é alto, chegando a aproximadamente 11.30 mil km rodados pelas viaturas que servem para deslocamento em serviço dos servidores. E uma média geral de 10.5 mil km rodados por veículo. Isso indica um gasto com manutenção de R\$ 0,33centavos por km rodado médio, que não é considerado elevado pela gestão. A alta quilometragem rodada pelas viaturas está relacionada a distância que as unidades estão entre si e também pelo número reduzido de viaturas por *campus*, para atender toda a demanda apresentada, média de 7,4 veículos categoria Gasolina/Álcool por unidade representativa.

Quanto às despesas com combustíveis, cada carro consome aproximadamente em média R\$ 4.757,86, gerando um gasto por km rodado viatura de R\$ 0,45 centavos por km rodado médio. Dessa forma, o custo por km rodado, contando apenas manutenção e combustível é aproximadamente de R\$ 0,84 centavos o Km rodado médio. Detalhando mais a despesa, quando se analisa especificamente os veículos mais utilizados (Gasolina/Álcool), os custos médios por km rodado diminuem a R\$ 0,72 centavos o km rodado, enquanto os de categoria Diesel gastam R\$1,63. A diferença é em virtude de que o consumo de combustível é maior, bem como são maiores os gastos com a manutenção desses veículos.

Cabe ressaltar que não estão computados nesse valor os cálculos relativos à depreciação e a investimento com a aquisição dos veículos, tampouco as despesas com motoristas contratados, que , em geral, há um motorista contratado por *campus*. Não estão inclusas também as despesas

relacionadas com a gestão da frota. Cabe destacar que o IFFar está em processo de desenvolvimento de metodologia para apuração dos custos relacionados.

Destaca-se, ainda, que não há no Instituto plano formal aprovado de substituição de frotas. A aquisição de novas viaturas depende de análise interna de cada *campus*, em virtude do planejamento das ações e do orçamento anual.

Reitera-se que o Instituto está em fase de implantação de um sistema de gestão de frotas, e a estimativa é de em junho de 2018 possa estar operando plenamente.

### **5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

Este item tem por finalidade informar sobre a política instituída para tratamento dos veículos não mais servíveis para uso nas suas atividades.

A instituição possui regulamento que estipula as formas e procedimentos padrões para a destinação dos bens permanentes da instituição. As informações quanto às formas de baixa e desfazimentos dos bens públicos, inclusive de veículos, podem ser verificadas pelo link:

[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2012513163817187manual\\_de\\_controle\\_patrimonial\\_resolucao\\_ad\\_referendum\\_n%C2%B0\\_25.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2012513163817187manual_de_controle_patrimonial_resolucao_ad_referendum_n%C2%B0_25.pdf).

Quanto aos procedimentos adotados ao longo do exercício de 2016, foi iniciado um processo de baixa de bem inservível em virtude de perda total em acidente de trânsito. Em 31 de Dezembro de 2016, o processo administrativo ainda estava em andamento em virtude da liberação por porte da seguradora.

Destaca-se que o processo de análise do patrimônio, bem como sua destinação, ocorre dentro do que a regulamentação interna indica, como também a legislação vigente.

### **5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União**

O objetivo principal é apresentar e analisar a gestão de bens imóveis sob a responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, classificados como Bens de Uso Especial de propriedade da União ou Locados de Terceiros. Para isso serão apresentados quadros para demonstrar tanto a distribuição espacial dos bens imóveis da União, quanto a discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob a responsabilidade do Instituto.

No âmbito do IFFar, cada Unidade Gestora tem seu Setor Responsável pela Gestão e Controle do Patrimônio tanto imobiliário quanto móvel, os quais são subordinados à Coordenação de Infraestrutura da Reitoria do Órgão.

Os imóveis do Instituto estão distribuídos em 11 municípios, onde estão os *campi*, nas regiões Centro, Oeste, Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul. Na cidade de Santa Maria, está situada a Reitoria, que funciona em dois prédios que são alugados.

Quanto ao registro dos imóveis no SPIUNET, o mesmo passa por uma reorganização de informações e lançamento dos RIPS de utilização. As atividades estão sendo realizadas conjuntamente com o lançamento da reavaliação dos imóveis que fora realizada no último quadrimestre de 2016. Na definição das ações para regularização da situação no SPIU, a instituição deparou-se com uma divergência de orientação entre a Setorial Contábil do MEC e SPIU. A Setorial Contábil indica a obrigatoriedade da regularidade dos imóveis nos cadastros de prefeituras e cartórios para que os mesmos sejam lançados no sistema, enquanto o segundo órgão entende que não é obrigatório.

Definiu-se a utilização das orientações da SPIU, dessa forma, os registros e a readequação dos RIPS Utilização e finalização dos lançamentos da reavaliação dos bens foram realizados no

decorrer dos anos de 2016 e 2017. Salienta-se que os processos de regularização das obras junto às prefeituras são encaminhadas na sua finalização. Porém, cada município possui regras diferentes, por conta disso, muitos processos encontram-se parados devido à burocracia e às dificuldades impostas pelas prefeituras. O registro em cartório fica prejudicado devido aos problemas citados acima.

É mister indicar que os lançamentos contábeis estão de acordo com o que preconiza as regras da contabilidade pública, bem como os registros no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União -SPIU.

Destaca-se que os imóveis estão avaliados, e durante o exercício de 2018 haverá processo de reavaliação dos imóveis sob a responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha. Em 2017, iniciou-se a implantação de módulo do sistema de gestão para acompanhamento dos imóveis institucionais, que permitirá um acompanhamento mais adequado da situação dos mesmos e colaborará nos registros e acompanhamentos feito através do SPIU.

Outro aspecto relevante refere-se à gestão do uso dos imóveis. Quanto a isso, a deterioração das instalações é algo que preocupa a gestão, visto que os prédios são acessados por milhares de alunos todos os anos, e esse uso gera despesas com manutenção. Além disso, existe a ocorrência da própria degradação causada pelo tempo transcorrido, que deve ser minimizada com ações preventivas de conservação. Para resolver ou diminuir esses problemas, todas as unidades do IFFar contam com Contratos de Manutenção Predial.

No exercício de 2017, a instituição realizou despesas liquidadas para a manutenção e conservação dos seus imóveis em R\$ 2.500.034,93. Isso equivale a uma média de aproximadamente R\$ 227.275,90 por *campus*. Considerando o tamanho das unidades do instituto, as manutenções corretivas nos prédios mais antigos e danos causados por intempéries, os valores estão dentro de um parâmetro aceitável. Destaca-se que as principais despesas em manutenção de bens imóveis concentram-se nos quatro *campi* com estruturas mais antigas: São Vicente do Sul, Alegrete, Júlio de Castilhos e Frederico Westphalen. As suas despesas juntas chegam a 69,89% do total, ou seja, R\$ 1.74 milhões de reais. A tendência, em função de constantes temporais no Rio Grande do Sul, é de que as despesas possam se elevar. No exercício de 2017, os *campi* São Borja, Jaguarí, São Vicente do Sul, Júlio de Castilhos, Santo Ângelo e Frederico Westphalen tiveram despesas significativas para ações corretivas devido às intempéries.

### 5.2.3.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

O quadro a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da Instituição no final dos exercícios 2016 e 2017, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 38 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
BRASIL	Rio Grande do Sul	18	18
	Santa Maria	1	1
	Santo Augusto	3	3
	Alegrete	2	2
	São Vicente do Sul	2	2
	Júlio de Castilhos	2	2

	São Borja	2	2
	Santa Rosa	1	1
	Panambi	1	1
	Jaguari	2	2
	Uruguaiana	1	1
	Santo Ângelo	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>18</b>	<b>18</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Cidade	0	0
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>18</b>	<b>18</b>

Fonte: Setor de Patrimônio

### 5.2.3.2 Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional

O quadro a seguir está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão.

Atualmente, o Instituto Federal Farroupilha conta com 19 imóveis da União sob sua responsabilidade, entre eles os imóveis do *Campus* Avançado de Uruguaiana e Frederico Westphalen que estão em fase de transferência e lançamentos contábeis pertinentes. Além dos imóveis que estão em fase de constituição dos alvarás para os devidos cadastramentos no sistema de gestão de imóveis federais.

Quadro 39 - Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do imóvel		Despesas com manutenção preventiva e corretiva de imóveis
				Data da Avaliação	Valor Reavaliado	
158127	8841 00374.500-9	23- Vago para Uso	Bom	05/12/2016	2.200.000,00	-
155081	8853 00061.500-0	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	10.196.915,27	50.086,41
158266	8859 00004.500-9	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	18.948.432,65	28.715,25
158266	8859 00009.500-6	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	45.375,00	-
158266	8859 00011.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	558.366,67	-
158267	8507 00037.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Regular	28/09/2016	30.392.994,04	261.158,19
158267	8507 00059.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	931.731,86	-
158268	8675.00005.500-3	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	28.188.434,72	547.381,90
158268	8675.00006.500-9	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	4.770.631,07	-
158269	8725 00003.500-2	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	560.349,64	-
158269	8725 00020.500-5	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	20.815.780,10	439.958,43
158503	8863 00055.500-5	21 - Uso em Serviço Público	Regular	28/09/2016	780.977,00	-
158503	8863.00059.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Muito Bom	28/09/2016	9.710.213,22	153.787,69
158503	8951 00142.500-0	21 - Uso em Serviço Público	Regular	28/09/2016	100.100,00	-
158504	8847.00087.500-8	21 -Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	17.318.693,12	245.917,61
158505	8781.00001.500-2	21 - Uso em Serviço Público	Muito Bom	28/09/2016	17.384.822,39	113.660,64
154628	8723 00003.500-6	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	694.495,64	-
154628	8723.00005.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Bom	28/09/2016	7.472.412,32	151.457,92
<b>Total</b>						<b>1.992.124,04</b>

Fonte: Siafi/Spiunet/Coordenação de Infra-Estrutura/Setor de Patrimônio

Com relação especificamente ao Quadro 39, mais precisamente sobre os imóveis sob a responsabilidade da UG 158267, 158268 e 158269, salienta-se que o montante de R\$1.248.498,52, informado com “despesas do exercício”, refere-se a contrato de manutenção predial, de redes de vapor, equipamentos de refrigeração (instalações), silos, esquadrias entre outros, manutenção de alojamento de estudantes e manutenção de calçamentos e outras necessidades do *campus*. As despesas atendem a todas as demais RIP de responsabilidade dos *Campi* de São Vicente do Sul, de Júlio de Castilhos e de Alegrete, porém, não há condições de um rateio que dimensione a fração de cada imóvel. Destaca-se que ambos os *campi* Alegrete, São Vicente do Sul e Júlio de Castilhos possuem parcela significativa de infraestrutura antiga, os quais estão passando por manutenção significativa, de troca de aberturas, adequação de rede elétrica e hidráulica e pintura.

Pelo lado do dispêndio, no ano de 2016 e 2017 alguns *campi* do Instituto sofreram com fortes temporais, por conta disso, foi exigido um desembolso significativo para a manutenção das instalações avariadas pelas intempéries. Os *Campi* de São Vicente do Sul, Jaguari, Alegrete, Júlio de Castilhos e Panambi tiveram gastos significativos nos últimos dois exercícios, e parte destas despesas ocorrerão em 2018, em virtude de que os reparos mais volumosos ocorrem no período de recesso escolar.

Quanto aos imóveis sob responsabilidade do *Campus* Júlio de Castilhos, em função de recebimento de imóvel antigo, está sendo realizada a manutenção desses imóveis por meio de um contrato de prestação de serviços de manutenção predial vigente atualmente. Porém, este prevê pequenas manutenções e melhorias destinadas à manutenção e conservação dos imóveis. Não foram realizados nestes períodos reformas e melhorias significativas das instalações, tendo em vista o número deficitário de servidores encarregados pela manutenção predial e o impacto destes custos no orçamento do *campus*.

No *campus* Panambi atualmente existem 4 prédios/obras que estão em fase regularização/averbação junto aos órgãos competentes, encontra-se cadastrado no SPIUnet o terreno pertencente ao *Campus* Panambi e parte das obras acabadas.

No *Campus* São Borja, a Administração se depara com um grande desafio que é manter e deixar os bens imóveis em condições de uso para a demanda crescente que é exigida dentro do programa de expansão dos últimos anos, especialmente este órgão que foi concebido dentro dessa nova realidade. O *Campus* está trabalhando para averbação dos prédios. Mesma situação é a que ocorre com o *Campus* Santa Rosa.

Nos exercícios de 2016 e 2017, foram entregues novas obras, as quais se encontram em fase de averbação junto às prefeituras, aguardando a liberação para posterior cadastramento do imóvel no sistema.

Salienta-se que o Instituto faz esforço contínuo para regularizar todos os imóveis. Os *campi* que ainda não estão com valores atualizados estão aguardando as liberações das prefeituras que não foram efetuadas e posteriores averbações na escritura pública. No *Campus* Santo Ângelo, as obras estão em fase de conclusão e recebimento definitivo e serão lançados os valores consignados até o final do ano de 2018.

#### **5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**

Neste tópico, serão apresentados quadros, a fim de caracterizar, clara e individualmente, os principais pontos sugeridos. Como o conceito de Cessão, no senso comum, gera interpretações distintas, optou-se por apresentar também as informações referentes às concessões.

Quadro 40 - Cessão espaços físicos imóveis - IFFar

Campus		São Vicente do Sul	São Vicente do Sul	São Borja	São Borja
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	86750095500-4	86750095500-4	886300059.500-7	886300059.500-7
	Endereço	Rua Vinte de Setembro, 2616 - São Vicente do Sul -RS	Rua Vinte de Setembro, 2616 - São Vicente do Sul -RS	Rua Otaviano Castilho Mendes, 355 – São Borja – RS	Rua Otaviano Castilho Mendes, 355 – São Borja – RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04	12.051.381/0001-17	05.095.847/0001-10	19.798.205/0001-92
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	MARISTELA CAMARGO	NARANEI DE ROSSO NEVES	CLENI OCAMPOS FELDBERG
	Atividade ou Ramo de Atuação	Terminal Eletrônico Bancário de Autoatendimento a Clientes.	LANCHERIA	Concessão de uso a título oneroso para funcionamento Reprografia e comércio de materiais escolares.	Cantina
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONVITE	CONVITE	TOMADA DE PREÇO	TOMADA DE PREÇO
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de Uso de Espaço Físico, Linhas Telefônica e Lógica e Energia Elétrica, visando à instalação de Terminal Eletrônico Bancário de Autoatendimento a Clientes.	cessão de espaço físico para exploração de serviços de lancheria e reprografia	Cessão de uso de espaço físico destinado a serviços de reprografia e comércio de materiais escolares.	Cessão de uso de espaço físico destinado a instalação e ao funcionamento de uma lancheria/restaurante, para possibilitar o fornecimento de alimentos diversos.
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 23/09/2017 até 23/09/2018.	12 meses, prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 20/03/2017 até 20/03/2018.	12 meses, prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual: 28/03/2016 à 28/03/2017.	12 meses, prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual: 02/05/2017 à 02/05/2018
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 1,00 m2, uma linha telefônica e lógica e disponibilidade de um ponto de fornecimento de energia elétrica, localizados no Prédio Administrativo Central – Hall de acesso ao Prédio Administrativo – Fundos, pavimento térreo.	ESPAÇO FÍSICO DE 167,58m², destinado à exploração de serviços de lancheria/restaurante/reprografia (Xerox)	Cessão de uso, a título oneroso, de uma área, medindo 17,64 m2 ( dezessete vírgula sessenta e quatro metros quadrados), situada nas dependências do prédio de salas de aula do Instituto Federal Farroupilha Câmpus São Borja.	Cessão de uso, a título oneroso, de uma área, medindo 56,10 m² (cinquenta e seis vírgula dez metros quadrados), situada nas dependências do prédio de salas de aula do Instituto Federal Farroupilha <i>Campus</i> São Borja.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 74,25 mensal com reajuste anual pelo IGPM.	R\$ 1.036,70 MENSAL COM REAJUSTE ANUAL PELO IGPM	O valor mensal é de R\$ 251,81 (Duzentos e cinquenta e um reais, com oitenta e um centavos), Com reajuste anual pelo IGPM.)	R\$ 966,24 mensal com reajuste anual pelo INPC.

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há formas de rateio	Não há formas de rateio	Proporcional a área de utilização. Reprografia 0,20%	Proporcional a área de utilização Lancheria 0,65% dos gastos com água e energia elétrica.
<i>Campus</i>		<b>Santo Ângelo</b>	<b>Santo Ângelo</b>	<b>Santa Rosa</b>	<b>Santa Rosa</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>885300061.500-0</b>	<b>885300061.500-0</b>	<b>884700105.500-4</b>	<b>884700105.500-4</b>
	Endereço	RS 218, KM 05 - CEP 98806-700	RS 218, KM 05 - CEP 98806-700	Rua Uruguai, 1675 - Bairro Central - Santa Rosa/RS	Rua Uruguai, 1675 - Bairro Central - Santa Rosa/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	13.941.512/0001-02	15.805.124/0001-11	02.938.599/0001-34	05.576.827/0001-61
	Nome ou Razão Social	ADRIANE MATTER MACHADO - ME	Moura e Mondadori Ltda -Me	JAMIR LUIZ ANDREOLA	PAULO CÉSAR SALING
	Atividade ou Ramo de Atuação	Concessão/permissão de uso, a título oneroso, para serviço de reprografia.	Concessão de Uso de espaço físico a para exploração de serviços de cantina.	Atividade principal: Lanchonete	Atividade principal: Fotopócias
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	TOMADA DE PREÇOS	TOMADA DE PREÇOS	Tomada de Preço	Tomada de Preço
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão/permissão de uso, a título oneroso, para serviço de reprografia.	Concessão de Uso de espaço físico a título remunerado para exploração de serviços de cantina	Cessão de Uso de Espaço Físico destinada a instalação e funcionamento de lancheria.	Cessão de Uso de Espaço Físico destinado à instalação e funcionamento de serviços de reprografia e comércio de materiais escolares.

	Prazo da Cessão	20 meses, prorrogáveis por 60 meses, vigência atual - 18/10/17 até 17/06/19	12 meses, prorrogáveis por 60 meses, vigência atual - 29/07/17 até 29/07/18	20 meses, prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual de 04/01/2017 a 04/09/2018	12 meses, prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual de 27/05/2017 a 27/05/2018
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico cedido 10 m2, localizado no hall de entrada , no térreo , no prédio Administrativo	Espaço físico cedido 35 m2, localizado no hall de entrada , no térreo , no prédio de Salas de Aulas	Espaço físico de 58,8m <sup>2</sup> situado nas dependências do primeiro pavimento do Prédio Pedagógico I	Espaço físico de 33,93m <sup>2</sup> situado nas dependências do primeiro pavimento do Prédio Pedagógico II
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.460,00 anual, com reajuste anual pelo IGPM.	R\$ 16.951,52 anual, com reajuste anual pelo IGPM.	R\$ 1.006,54 mensal com reajuste anual pelo IGP-M	R\$ 498,33 mensal com reajuste anual pelo IGP-M
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Há cobranças de taxas de ocupação como água, luz, e vigilância	Há cobranças de taxas de ocupação como água, luz, e vigilância	Não há formas de rateio	O Cessionário faz o ressarcimento dos gastos com energia elétrica mensalmente
<i>Campus</i>		<b>Santo Augusto</b>	<b>Panambi</b>	<b>Júlio de Castilhos</b>	<b>Alegrete</b>
RIP		<b>885900004.500-9</b>	<b>8781.00001.500-2</b>	<b>872500003.500-2</b>	<b>850700037.500-7</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Rua Fábio João Andolhe, 1.100, Bairro Floresta, Santo Augusto-RS	RUA ERECHIM, 860, BAIRRO PLANALTO, PANAMBI – RS, CEP 98280-000	RS 527, Distrito São João do Barro Preto, Interior Júlio de Castilhos	RS 377 km 27, 2º Distrito Passo Novo Alegrete/RS

Identificação do Cessionário	CNPJ	00.197.171/0001-52	94.878.758/000170	25.406.501/0001-01	17.338.366/0001-78
	Nome ou Razão Social	Restaurante E Churrascaria Holzmaria Ltda - Me	NINA ALIMENTOS LTDA	DEISE CILEIA RUSCH	Berton da Rosa Machado - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares (5611201)	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	Cantina, Restaurante, elaboração e comércio e alimentos	Concessão de uso de espaço destinado a lancheria/restaurante,
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência	Concorrência	Tomada de Preço	Carta Convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de uso, a título oneroso, de uma área, medindo 60 m <sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), situada nas dependências do prédio do Instituto Federal Farroupilha – <i>Campus</i> Santo Augusto, imóvel de propriedade da União, localizado na Rua Fábio João Andolhe, 1100, bairro Floresta, CEP 98.590-000, cidade de Santo Augusto/RS	Permissão de uso para comercialização de lanches	Cessão de Uso espaço físico para exploração de serviços de cantina	Concessão de uso de espaço destinado a instalação e ao funcionamento de exploração de serviços de lancheria/restaurante, para fornecimento de alimentação e similares
	Prazo da Cessão	19/06/2017 e encerramento em 18/06/2018	12 meses, prorrogáveis por até 60 meses, já está na ultima prorrogação(24/08/2017 A 24/08/2018),	20 meses prorrogáveis, até 60 meses. Vigência atual 27/11/2016 a 27/07/2018	12 meses, prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 12/09/2017 até 12/09/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência com área interna de 60 (sessenta) m <sup>2</sup> , conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência do Edital de Concorrência.	área física situada no Instituto Farroupilha <i>Campus</i> Panambi, para exploração comercial do serviço de Lancheria – categoria I, com área de 14,40 m <sup>2</sup> .	Espaço medindo 63,94m <sup>2</sup> , localizados no Prédio de Coordenação de Produção de Grãos	Espaço físico de 168,73 m <sup>2</sup> , destinado a instalação e ao funcionamento de exploração de serviços de lancheria/restaurante , localizados no IFFar - <i>Campus</i> Alegrete.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.600,00 - reajuste IGPM (FGV) e na falta deste pelo INPC (IBGE)	R\$ 770,00 com reajuste anual pelo IGPM.	R\$ 1.025,50 mensal com reajuste a cada 20 meses pelo IGPM.	R\$ 1.205,42 mensal com reajuste anual pelo IGPM.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28804-7 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250.	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O Cessionário faz o ressarcimento dos gastos com energia elétrica mensalmente, sendo que a verificação dos valores devido é atribuído ao preço do kw/h consumido pela empresa.	Estimado R\$ 4,43 de água e R\$ 27,00 de energia elétrica, já incluídos no valor do aluguel.	Rateio da energia elétrica, valor da fatura dividido pela área construída total do <i>Campus</i> , multiplicado pela área de concessão	- Há cobrança de taxa de luz, conforme medidor no local.
<i>Campus</i>		<b>Frederico Westphalen</b>	<b>Frederico Westphalen</b>	<b>Frederico Westphalen</b>	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>Patrimônio UFSM</b>	<b>Patrimônio UFSM</b>	<b>Patrimônio UFSM</b>	
	Endereço	BR 386/158 Km 40 - Linha Sete de Setembro s/n - Interior - Frederico Westphalen - RS	BR 386/158 Km 40 - Linha Sete de Setembro s/n - Interior - Frederico Westphalen - RS	BR 386/158 Km 40 - Linha Sete de Setembro s/n - Interior - Frederico Westphalen - RS	
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.935.886/0001-28	15.372.684/0001-20	14.076.894/0001-08	
	Nome ou Razão Social	SILVIO C MARTINS	Empresa Santa Hora Ltda	CELIA MIOR LAMB	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Reprografia, encadernação e comércio de materiais escolares	Fornecimento de alimentação para o R.U.	Cantina/lancheria	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Tomada de Preço	Pregão Eletrônico	Tomada de Preço	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de uso a título oneroso, da área medindo 105 m <sup>2</sup>	Fornecimento de alimentação para o Restaurante Universitário com utilização de espaço público com pagamento de aluguel pelo espaço utilizado	Concessão de uso, a título oneroso, da área medindo 235m <sup>2</sup>	
	Prazo da Cessão	20 meses, prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual 01/03/2017 a 01/11/2018	12 meses, prorrogáveis por até 60 meses. Vigência atual 26/02/2018 a 26/02/2019	20 meses, prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 01/03/2017 até 01/11/2018.	

Caracterização do espaço cedido	Espaço medindo 105 m <sup>2</sup> , localizados no Prédio do antigo Grêmio estudantil - Porão	Espaço com 600 m <sup>2</sup> (+/-) localizado em prédio próprio para o funcionamento do restaurante	ESPAÇO FÍSICO DE 235m <sup>2</sup> , destinado à exploração de serviços de cantina/lancheria. Espaço do Antigo Grêmio estudantil
Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 340,00 mensal com reajuste a cada 20 meses pelo IGPM.	R\$ 614,35 mensal com reajuste anual pelo índice do IGP-M	R\$ 813,33 MENSAL COM REAJUSTE ANUAL PELO IGPM
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do <i>Campus</i> por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há formas de rateio de água, está dentro do aluguel. A energia elétrica é recolhida em forma de taxa administrativa. Isso se dá em função de não termos medidores próprios (UFSM)	Não há formas de rateio. A energia elétrica e a água é medida através de medidores e hidrômetro respectivamente e é recolhida em forma de taxa administrativa. Isso se dá em função de não termos medidores próprios (UFSM)	Não há formas de rateio de água, está dentro do aluguel. A energia elétrica é recolhida em forma de taxa administrativa. Isso se dá em função de não termos medidores próprios (UFSM)

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

## 5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O quadro a seguir apresenta a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UPC, no final dos exercícios de 2016 e 2017, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 41 - Quantidade de imóveis locados de terceiros por município e despesas realizadas no exercício de 2017

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Nº de imóveis locados	Despesas com Locação	Despesas com Manutenção
BRASIL	<b>Rio Grande do Sul</b>			
	Santa Maria	4	703.658,90	9.197,11
	Alegrete	1	14.249,24	0,00
<b>Total</b>		<b>5</b>	<b>717.908,14</b>	<b>9.197,11</b>

Fonte: Setor de Patrimônio

São cinco os imóveis locados pelo Instituto Federal Farroupilha no ano de 2017. A terra locada na cidade de Alegrete, refere-se a fração de terra utilizada para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção no *Campus*. Salienta-se que o *Campus* Alegrete executa de forma expressiva as atividades vinculadas à produção animal e vegetal, para desenvolvimento das atividades práticas dos estudantes.

Os imóveis locados em Santa Maria destinam-se às atividades administrativas da Reitoria. A locação foi decisão administrativa, uma vez que se optou primeiramente em investir na estruturação dos *campi* do Instituto. Destaca-se que a despesa referente à manutenção do imóvel é por conta do locatário, enquanto as alterações que se referem ao controle de incêndio e mudanças no imóvel está a cargo do locador. No exercício de 2017, as despesas com manutenção dos prédios locados para sede da reitoria foram pequenas, basicamente, em pequenos reparos.

## 5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

A seguir, apresenta-se as informações relacionadas a todas obras realizadas na instituição. Destaca-se que as obras do IFFar estão diretamente relacionadas às atividades fins institucionais, mesmo a infraestrutura administrativa.

É mister apresentar que as obras de infraestrutura que estão finalizadas ou em andamento são ainda insuficientes para atender plenamente as necessidades, principalmente nos *campi* em expansão, caso de Santo Ângelo, Jaguari e o *Campus* Avançado de Uruguaiana.

Nos quadros a seguir, será demonstrada a situação atual das obras do Instituto Federal Farroupilha.

Quadro 42 - Obras e serviços de engenharia executados e concluídos no IFFar até 31/12/2017

CAMPUS	OBRA/REFORMA	METRAGEM (m <sup>2</sup> )	VALOR (R\$)
JÚLIO DE CASTILHOS	Obra de Segurança e Urbanização UNED	4.180,00	205.078,03
	Prédio Salas de Aula e Laboratórios	2.598,26	3.190.442,24
	Sanitários Coletivos	193,40	209.943,56
	Reforma dos Prédios UNED I	1.998,79	301.560,00
	Reforma dos Prédios UNED II	806,88	85.844,00
	Construção de Ginásio de Esportes UNED	1.200,00	326.500,00
	Construção do Prédio para Agroindústria UNED	288,00	131.899,77
	Construção do Prédio Salas de Aula	1.177,60	636.814,00

	Construção Rede Elétrica e rede lógica (serviços terceirizados)	m/linear	342.550,00
	Reforma Banheiros Prédio Central	116,40	35.797,55
	Reforma da Lancheria (serviços terceirizados)	72,07	16.905,98
	Reforma da coordenação do eixo Gestão e negócios (serviços terceirizados)	156,00	63.821,84
	Cercamento das áreas decorrentes do temporal (serviços terceirizados)	350,00	42.338,00
	Adaptação da Rede elétrica de alta e média tensão (serviços terceirizados)	m/linear	109.944,00
	Reforma da antiga biblioteca (serviços terceirizados )	175,68	115.691,39
	Prédio da Biblioteca	1.435,57	2.615.982,33
	Construção de Guarita/Pórtico	107,25	100.863,69
	Calçamento (serviços terceirizados)	1.000,00	350.917,16
SÃO VICENTE DO SUL	Reestruturação rede elétrica	m/linear	111.500,00
	Prédio para quarentenário de suínos	63,36	47.321,28
	Passarelas de acesso aos prédios do <i>Campus SVS</i>	424,57	186.963,55
	Passarelas de interligação entre os prédios pedagógicos	823,00	655.980,13
	Ampliação de prédio para área de convivência dos alunos	1.742,80	389.360,50
	Cabine de medição de energia em MT	13,40	28.591,86
	Reforma prédio almoxarifado	248,20	54.618,93
	Galpão de máquinas Fazenda-Escola	489,00	203.993,97
	Instalações para suinocultura	1.282,77	878.992,61
	Ampliação Biblioteca	1.487,21	927.134,06
	Conclusão da ampliação do prédio Biblioteca	1.487,21	391.942,79
	Ampliação Prédio Garagem e Patrimônio	1.051,21	418.051,56
	Conclusão prédio Garagem	1.051,21	196.996,18
	Reforma e Ampliação prédio para caldeira geradora de vapor	123,00	74.452,31
	Ampliação de prédio para laboratórios didáticos	2.693,26	1.798.128,25
	Conclusão da Ampliação de prédio para laboratórios	2.920,90	2.382.613,62
	Rede de iluminação do <i>Campus São Vicente do Sul</i>	m/linear	70.281,94
	Salas de aulas Zootecnia II	126,00	122.904,04
	Reestruturação quadras poliesportivas(Projeto Segundo Tempo)	13.373,86	299.149,52
	Pavimentação de vias internas ao <i>Campus</i>	2.290,00	111.765,50
	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio	0,00	878.992,11
	Reforma prédio Marcenaria	280,00	125.650,00
	Conclusão da reforma do prédio da marcenaria	280,00	89.821,82
Ampliação ginásio de esportes (academia)	123,42	179.586,32	
Conclusão passarelas de acesso aos prédios <i>Campus SVS</i>	438,00	221.457,53	
Bloco salas de aulas e Laboratórios Específicos	2.757,00	2.803.851,21	
PANAMBI	PPCI da Quadra Poliesportiva	1.124,24	29.207,50
	Ginásio Poliesportivo	1.200,24	1.026.260,38
	Prédio Administrativo 1ª etapa	1.604,63	870.006,34
	Salas de Aula 2ª etapa	1.818,50	674.400,00
	Execução de Rede Lógica e de Telefonia	1.604,63	63.500,13
	Reestruturação da Rede Elétrica do <i>Campus Panambi</i>	3.423,13	74.916,54
	Construção de guarita/pórtico	130,90	304.271,97
	Prédio de Salas de Aula e Passarela	1.900,74	2.465.746,83
	Construção Rede Elétrica UNED	m/linear	244.086,89
	Prédio Administrativo 2ª etapa	1.724,63	772.033,84
	Salas de Aula 1ª etapa	1.818,50	891.090,48
	Bloco de Laboratórios de Móveis e Edificações	931,01	458.704,43
	Const. e Inst. do Sist. de Abast. de Água e Prev. Incêndio	1,00	466.484,28
	Urbanização UNED	4.427,64	276.500,00
	Refeitório	1.010,83	2.104.962,01
	Prédio Pós-Colheita	1.373,45	2.166.632,52
	Cercamento da área do <i>campus</i>	2.400,00	242.600,00

	Ampliação da subestação da rede elétrica de alta tensão	m/linear	580.008,18
	Ampliação da rede elétrica do Prédio B	1.818,50	130.742,73
<b>JAGUARI</b>	Passarela de interligação de prédios	68,00	37.713,00
	Pórtico/guarita de vigilância	37,00	67.703,41
	Bloco Salas de Aulas	1.190,06	835.158,04
	Reforma prédio Administração	93,00	33.962,21
	Reforma de prédio para almoxarifado	268,80	93.960,41
	Agroindústria	161,55	127.494,70
	Abrigo Caldeira	51,80	29.666,01
	Rede de dados	m/linear	17.291,52
	Alojamento para alunos (ampliação)	280,00	150.500,46
	Subestação de energia	10,88	14.394,72
	Alojamento	321,26	848.687,70
	Execução de rede de energia elétrica	910,00	99.245,40
	Pavimentação de vias	4.103,00	235.339,55
	Execução de pavimentação de vias e passarelas	2.448,10	328.191,69
	Reforma Laboratório de Ciências da Natureza	60,5	51895,85
<b>SÃO BORJA</b>	Construção de alojamentos	1.264,00	1.425.040,36
	Estação de tratamento de Esgoto	240,00	350.073,12
	Construção do 3º e 4º Piso - P. Salas de Aulas e Laboratórios	2.204,50	772.937,28
	Construção Laboratório de Gastronomia	1.007,47	833.657,29
	Construção das Cabines de Medição e R.T de Energia Elétrica	26.195,43	364.000,00
	Prédio de Salas de Aulas e Laboratórios - SB 2	4.464,74	2.738.892,75
	Execução de cercamento complementar	1045 m/linear	468.710,00
	Execução de pavimentação, iluminação e paisagismo	3.266,45	469.416,13
	Ginásio Poliesportivo	1.000,67	807.347,11
	Construção de prédio administrativo e pedagógico	1.590,33	1.224.149,42
	Refeitório	1.010,83	1.482.677,81
	Garagem e área de recebimento préd. Gastronomia	296,00	50.075,88
	Construção de prédio para almoxarifado	418,39	385.002,31
	Construção do Pórtico de Entrada e Passarela	140,95	272.997,06
	Constr. da Pavimentação, Rede de Drenagem Pluvial e Lógica	26.195,43	745.048,62
	Construção da Rede de Esgoto Cloacal e Rede de Água	1000 m/linear	46.964,96
	Reforma do piso e exaustão do ginásio	800	141.074,77
Reforma da cobertura do prédio da gastronomia	1.007,47	90.431,43	
<b>SANTO AUGUSTO</b>	Centro de Saúde	162,86	212.443,17
	Refeitório	910,93	1.301.577,04
	Garagem	195,70	95.653,19
	Reforma e Ampliação rede elétrica	590,00	425.761,53
	Almoxarifado	350,00	338.330,19
	Prédio Salas de Aulas	1.074,46	1.289.973,44
	Laboratório de Solos	105,00	194.776,48
	Ginásio Poliesportivo	1.884,99	2.218.597,28
	Salas de Aulas 100G	157,80	140.186,82
	Ampliação 100E	61,80	54.902,06
	Ampliação 100F	61,80	54.902,06
	Ampliação prédio mecanização	385,00	225.133,85
	Prédio de laboratórios	2.031,68	3.986.698,05
	Urbanização	101.701,00	2.130.583,74
Prédios existentes anteriores a 2010	3.397,82	3.012.625,35	
<b>SANTA ROSA</b>	Construção do Prédio eletromecânica	1.486,04	2.371.917,21
	Cabine de medição de energia elétrica	6,25	11.449,65
	Prédio da Biblioteca	1.445,57	2.623.164,42

	UNED - Salas de Aula 1ª etapa	1.818,50	666.526,97
	Urbanização UNED	4.819,40	323.000,00
	Ginásio Poliesportivo	1.451,72	1.827.181,04
	Prédio Administrativo 1ª etapa	1.604,63	870.006,34
	Prédio Administrativo 2ª etapa	1.724,63	774.940,72
	Construção da rede elétrica	931,01	472.800,00
	Bloco Laboratórios de Móveis e Edificações	931,01	472.800,00
	UNED - Salas de Aula 2ª etapa	1.818,50	534.182,41
	Guarita	139,39	268.371,02
	Refeitório	1.010,83	1.721.013,44
	Prédio de Salas de Aula e Passarela	1.914,56	2.623.222,86
	Sistema de Abastecimento de Água e Prevenção Incêndio	952,03	493.920,00
ALEGRETE	Construção de Laboratórios	1.633,27	2.590.333,47
	Sistema de Unidade de Beneficiamento de Sementes	426,90	984.353,26
	Construção de Centro de Atendimento à Comunidade Externa	253,00	342.910,18
	Construção do Laboratório de Apicultura	138,65	200.000,00
	Rede Elétrica	-	199.924,00
	Depósito de Agrotóxicos e Embalagens Vazias	49,35	133.062,45
	Prédio Administrativo, Anexo ao Auditório e Fachada	1.428,50	1.102.934,49
	Ampliação e Modernização do Centro de Informática	936,96	1.491.066,98
SANTO ANGELO	Rede elétrica interna	10.778,00	308.187,88
	Prédios Administrativo e Salas de Aula/Laboratórios	4.459,80	7.464.138,92
	Prédio Almoarifado	472,00	655.306,08
<b>TOTAL INVESTIDO EM OBRAS</b>			<b>99.223.709,19</b>

Fonte: Simec obras/Coordenação de Engenharia

Quadro 43 - Obras e serviços de engenharia em execução no IFFar até 31/12/2017

Obras em execução							
CAMPUS	OBRA/REFORMA	SITUAÇÃO	VIGÊNCIA	METRAGEM (m²)	VALOR (R\$)	EMPENHADO	FORNECEDOR
JÚLIO DE CASTILHOS	Prédio Administrativo	70,49 % concluída	18/05/2018	1.914,83	2.693.400,05	2.693.400,05	PP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
SANTO ANGELO	Prédio de Salas de Aula	6,11% concluída	27/03//2019	919,51	2.156.710,07	840.000,00	BRAGAGNOLO & LOSS CONSTRUCAO CIVIL LTDA - EPP
SANTO AUGUSTO	Prédio Biblioteca	47,18% concluída	10/07/2018	1.435,57	2.412.762,69	2.412.762,69	BRAGAGNOLO & LOSS CONSTRUCAO CIVIL LTDA - EPP
URUGUAIA NA	Centro de Convivência	55 % concluída	10/06/2018	285,05	660.600,00	660.600,00	F2 ENGENHARIA LTDA - ME
<b>TOTAL</b>					<b>7.923.472,81</b>	<b>6.606.762,74</b>	
Obras Paralisadas							
JÚLIO DE CASTILHOS	Refeitório	Paralisada com 86% concluída	23/08/2016	1.622,52	3.011.160,17	3.011.160,17	BRILE CONSTRUCOES LTDA. - ME
ALEGRETE	Prédio Salas de Aula	85% concluída	03/02/2018	3.695,43	5.610.779,80	5.610.779,80	CONSTRUTORA SOTRIN LTDA
ALEGRETE	Prédio da Biblioteca	47 % concluída	08/04/2018	1.435,57	2.398.307,92	2.398.307,92	CONSTRUTORA SOTRIN LTDA
SÃO VICENTE DO SUL	Salas de Aulas Engenharias	Paralisada com 25,45% concluído	20/07/2016	624,00	820.631,78	820.631,78	CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA
SÃO VICENTE DO SUL	Reforma moradia estudantil	Paralisada com 4,10% concluído	02/10/2016	2.284,20	879.044,29	45.000,00	CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA
<b>TOTAL</b>					<b>12.719.923,96</b>	<b>11.885.879,67</b>	

Fonte: Simec obras/Coordenação de Engenharia

Quadro 44 - Obras planejadas para os próximos exercícios no IFFar

<b>Ações de Capital Prioritárias Instituto</b>	<b>Valor Ação (R\$)</b>
JAGUARI - Sala de Convivência	<b>708.638</b>
JAGUARI - Quadra poliesportiva coberta	<b>2.000.000</b>
JÚLIO DE CASTILHOS - Prédio de Coordenação de Cursos Superiores	<b>988.623</b>
JÚLIO DE CASTILHOS - Salas de Aula	<b>2.600.000</b>
JULIO DE CASTILHOS - Urbanização	<b>380.000</b>
PANAMBI - Almoxarifado de química	<b>250.000</b>
PANAMBI - Área de convivência	<b>823.518</b>
SANTA ROSA - Prédio de laboratórios	<b>4.381.308</b>
SANTO ÂNGELO - Centro de convivência	<b>800.000</b>
SANTO ÂNGELO - Centro de Saúde	<b>1.000.000</b>
SANTO ÂNGELO - Salas de Aula	<b>2.500.000</b>
SANTO ÂNGELO - Quadra poliesportiva coberta	<b>2.000.000</b>
SANTO AUGUSTO - Salas de Aula	<b>2.600.000</b>
SÃO BORJA - Prédio de laboratórios	<b>3.398.000</b>
SÃO VICENTE DO SUL - Reestruturação refeitório	<b>600.000</b>
URUGUAIANA - Salas de aula	<b>2.500.000</b>
URUGUAIANA - Quadra poliesportiva coberta	<b>2.000.000</b>
FREDERICO WESTPHALEN - Hospital Veterinário	<b>3.500.000</b>
TODOS OS CAMPI - PPCI	<b>2.500.000</b>
<b>Total</b>	<b>35.530.086</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

### 5.3 Gestão da tecnologia de informação

A gestão da informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, possui como alicerce as orientações da Instrução Normativa nº 4 de 12 de novembro de 2010 do Tribunal de Contas da União, que visa a nortear a criação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação no âmbito Federal.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação possui o intuito de orientar o planejamento institucional, no que diz respeito a questões de Tecnologia da Informação (TI). O caráter estratégico fica evidenciado em seus objetivos e metas, os quais reforçam a importância da TI e garantem alinhamento às áreas de negócio da instituição.

Os objetivos estratégicos de TI têm por base dar suporte às áreas de negócio da instituição, no cumprimento de metas do PPA 2012-2015. Também visam ao atendimento de objetivos do SISP acordados na EGTI 2013-2015.

Esses objetivos foram estabelecidos mediante reuniões, bem como são provenientes de resultados de análises de Comissões Específicas. Eles sofreram modificações mínimas e, para melhor visualização, são expostos na sequência:

- 1 - Padronizar o uso de Sistemas Integrados de Gestão;
- 2 - Adequar de forma qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal de TI ;
- 3 - Ampliar, atualizar, padronizar e manter a Infraestrutura física e lógica de TI;
- 4 - Melhorar e ampliar os Serviços de TI;
- 5 - Alinhar ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- 4 - Melhorar e ampliar os Serviços de TI ;
- 6 - Promover o uso de políticas e estratégias de Segurança da Informação ;
- 7 - Aumentar a maturidade dos processos de governança de TI ;

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do Instituto Federal Farroupilha, concebido para o período de cinco anos, contribuirá para o aperfeiçoamento do princípio de planejamento no âmbito da Tecnologia da Informação, uma vez que auxiliará no processo decisório,

bem como norteará as ações administrativas e gerenciais, procurando alcançar patamares cada vez mais elevados de desempenho das atividades inerentes à área de TI e da Instituição.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é constituído:

- Pelo Coordenador Geral de Tecnologia da Informação, a quem caberá à presidência do Comitê;
- Por um Secretário Executivo escolhido pelos membros do comitê;
- Por um representante de cada uma das Pró-Reitorias escolhido/indicados pelos Pró-Reitores;
- Pelos Coordenadores de TI de cada um dos *Campi* do Instituto Federal Farroupilha;

São atribuições do CTI/IFFar:

- I. Propor a Política de Tecnologia da Informação, considerando o Planejamento Estratégico do IFFar, para melhoria contínua da gestão, em alinhamento à missão, às estratégias e às metas da instituição;
- II. Acompanhar a implementação e avaliar a gestão da Política de Tecnologia da Informação e da Comunicação;
- III. Propor as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- IV. Definir prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação para o IFFar;
- V. Estabelecer e propor Plano de Investimento para a área de Tecnologia da Informação e da Comunicação, inclusive quanto a aquisições de hardware e software;
- VI. Monitorar os valores definidos no orçamento para o conjunto das diretorias e demais unidades do IFFar, relacionados à Tecnologia da Informação e da Comunicação, de tal forma que o seu uso se dê sempre de forma mais racional e eficaz, evitando retrabalho e investimentos desnecessários;
- VII. Avaliar os sistemas de informação do IFFar e propor suas atualizações, revisões e desativações;
- VIII. Recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da Internet e da Intranet;
- IX. Estabelecer mecanismos de coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços Internet/Intranet, bem como dos novos sistemas e tecnologias existentes no mercado;
- X. Aprovar projetos de capacitação e de treinamento na área de Tecnologia da Informação e da Comunicação, em especial para os servidores lotados nessa área;
- XI. Recomendar adoção de metodologias de desenvolvimento de sistemas e inventário dos principais sistemas e base de dados;
- XII. Acompanhar a formulação, implementação e monitoramento do processo de gestão de contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;
- XIII. Acompanhar o gerenciamento do processo de contratações de bens e serviços de TI com seus respectivos parâmetros de acordos de nível de serviço, aderindo-o à Instrução Normativa nº 04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI;
- XIV. Estabelecer política de minimização dos riscos e de aumento no nível de segurança das informações dos órgãos/entidades;
- XV. Elaborar o seu regimento interno e submetê-lo ao Gabinete da Reitoria;
- XVI. Criar grupos de trabalho e câmaras técnicas para propor soluções diante de exigências suscitadas pelo Colegiado de Dirigentes ou pelo Conselho Superior do IFFar;
- XVII. Participar de foro de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática, bem como ser órgão difusor dessas participações junto ao IFFar;
- XVIII. Divulgar um cronograma de atividades do comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária do CTI;

No ano de 2017, as principais decisões tomadas foram:

- ✓ SIG – Nova metodologia de implantação, criação de GTs para desenvolvimento e conhecimento da regra de negócio.
- ✓ Portal Institucional - Aprimoramentos das páginas dos *campi*.
- ✓ Criação do novo PDTI – Metodologia e plano de trabalho.
- ✓ Estudo de viabilidade para criação de e-mails para alunos.

- ✓ Criar grupo para desenvolvimento e continuação do Sistema Integrado de Gestão.
- ✓ Estudo de viabilidade para oferta do *Office 365* para alunos.
- ✓ Criar aplicativo *Mobile* para o IFFar.

### 5.3.1 Principais sistemas de informação

Quadro 45 - Principais sistemas de informação

<b>GLPI - Gestion Libre de Parc Informatique IFFar</b>	Software <i>open-source</i> utilizado para gerenciamento de chamados no setor de suporte técnico de TI. Trabalhando integrado com o OCS temos uma solução completa de cada recurso de hardware dos computadores da Reitoria, bem como um sistema de atendimentos utilizado diariamente na instituição sempre que algum servidor necessita de auxílio técnico, instalação de algum software, ou solicitação de periférico para upgrade. Manutenção própria.
<b>Redmine - IFFar</b>	Software <i>open-source</i> utilizado para gerenciamento de projetos. Possui uma solução completa que acompanha diversas etapas desde a criação, percentual concluído, etapas e conclusão. Também é utilizado pela CGTI do IF-Farroupilha como um local de fácil visualização de férias, viagens e ausências justificadas. Possui uma wiki que é utilizada como diretório de documentos <i>How to</i> . Manutenção própria.
<b>Moodle - IFFar</b>	O ambiente moodle é utilizado no IFFar para disponibilização de documentos institucionais e de interesse geral. O E-tec do IFFar (Ensino a distância) também utiliza o moodle como ambiente virtual de aprendizagem nos cursos EaD.
<b>LimeSurvey</b>	Software <i>open-source</i> para elaboração dos mais variados questionários do IFFar. Pesquisa de satisfação dos cursos, sugestões para melhorias na infraestrutura, atendimento dos servidores, Autoavaliação institucional, etc. Manutenção própria.
<b>Wordpress</b>	Aplicativo para criação e edição de conteúdo web. Utilizado no IFFar sempre que há necessidade de elaboração de páginas temporárias (por ex. concursos, processo seletivo) e que necessitam ser desenvolvidas com agilidade. Manutenção própria.
<b>Joomla</b>	Assim como o Wordpress o Joomla é utilizado no IFFar para desenvolvimento e/ou edição de páginas. A escolha do software fica a critério da equipe de desenvolvimento considerando as vantagens e desvantagens de cada uma. Manutenção própria.
<b>SIGA</b>	O Sistema Integrado de Gestão Acadêmica começou a ser utilizado no IFFar assim como em diversas universidades e institutos federais do país. O SIGA divide-se em SIGA EDU (módulo educacional) e SIGA-ADM (módulo administrativo). O primeiro compreende a parte relacionadas a matrículas, cursos, disciplinas e tudo aquilo onde o foco seja especificamente o aluno. Já o SIGA-ADM é voltado a parte administrativa da instituição tal como controle de patrimônio, protocolo, diárias, cadastro de servidores, etc. Ambos os sistemas estão atualmente em migração para o SIG. Manutenção própria.
<b>CEUA</b>	Sistema online para registro e controle de protocolos de projetos envolvendo o uso de animais. Manutenção própria.
<b>Sistema de Certificados</b>	Sistema adquirido em cooperação com o IFRS. Manutenção própria.
<b>Sistema de eventos Conferências</b>	Sistema utilizado para realizar os eventos do IFFar. Manutenção própria.
<b>SIG</b>	O Sistema Integrado de Gestão foi licitado pelo IFFar com o objetivo de atender e aprimorar muitas necessidades do Instituto. O suporte técnico é fornecido pela empresa AVMB. O software possui diversos módulos para atender as diversas áreas do Farroupilha e atualmente encontra-se em implantação gradativa dos módulos conforme cronograma. Manutenção terceirizada.

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas:

No ano de 2017, as capacitações foram realizadas especificamente pela Escola Superior de Redes, com quem possuímos o contrato do PAC e mais 6 vagas do contrato de gestão. Devido ao contingenciamento de gastos, não foram ocupadas as 6 vagas na totalidade, e sim 4.

Neste eixo, foram capacitados 6 servidores nos determinados cursos:

- ✓ Tecnologias de rede sem fio (ADR6)
- ✓ Segurança em redes sem fio (SEG6)
- ✓ Teste de invasão de aplicações web (SEG9)
- ✓ Virtualização de servidores (ADS5)
- ✓ Gestão de riscos de TI (GTI9)
- ✓ Segurança de redes e sistemas (SEG2)

O IFFar possui atualmente 54 TIs. Desses, 21 são analistas e 33 são Técnicos de TI, distribuídos nos 11 *campi* e Reitoria. Ressalta-se que não há um devido processo de gerenciamento de serviços de TI específico.

Os principais projetos executados no período foram:

- Início da criação do aplicativo IFFar Mobile.
- Investimento em cursos EaD para a TI.
- Aquisição de 16 licenças e Vmware. Software de virtualização do Data Center. Investimento de 410.000,00. Essa ação visa a atender a meta 3 do PDTI do IFFar ( Ampliar, atualizar, padronizar e manter a Infraestrutura física e lógica de TI).(N02/N04/N06).
- Aprovação do novo PDTI.
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão – no ano de 2017, foram implantados 8 módulos.
- Estudo de viabilidade para utilizar o Moodle Institucional no Data Center.
- Criar um sistema único para processos seletivos.
- Capacitar equipe de TI e buscar ampliar o quantitativo de pessoal.

#### 5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

O quadro, a seguir, denominado Gestão Ambiental, está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, sobretudo no que diz respeito a licitações sustentáveis.

Quadro 46 - Gestão ambiental e sustentabilidade

Aspectos gerais relacionados ao plano de logística sustentável		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X

	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<p>A comissão foi instituída e está em fase de formalização do Plano de logística Sustentável. Deve-se destacar que apesar de o plano não estar em evidência, o Instituto vem desenvolvendo várias ações que vão ao encontro da IN, bem como das demais legislações que tratam da Sustentabilidade. Podemos destacar:</p> <p>1) Os editais de material de consumo preveem mecanismos referentes a ações de sustentabilidade;</p> <p>2) O Setor de licitações, juntamente com o setor de almoxarifado, faz a conferências dos materiais de acordo com o estabelecido no termo de referência proposto, verificando se o material está conforme as solicitações sustentáveis solicitadas em edital.</p> <p>3) Outras ações:</p> <p>i. O papel para impressão de origem de reflorestamento;</p> <p>ii. O setor de licitações preferencialmente usa papel reciclado ou de origem comprovada com impressão em frente e verso;</p> <p>iii. Nos processos de licitações, é solicitado que preferencialmente os documentos enviados sejam impressos em papéis reciclados, observando as exigências de caráter de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL constantes na IN 01/2010 , dentre os tais, os seguintes:</p> <p>a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;</p> <p>b) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</p> <p>c) Que os produtos utilizados no desenvolvimento do serviço não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);</p> <p>iii. Com relação ao item 4 – Não pode exigir nos processos licitatórios que os participantes possuam certidão (ISO), pois essa certificação gera ônus a empresa, desta forma, tal exigência pode gerar restrição entre os concorrentes.</p>			

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

É importante frisar que o Instituto Federal Farroupilha vem, ao longo do seu funcionamento, proporcionando aos discentes e servidores os materiais e condições mínimas exigidas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para o atendimento das atividades administrativas. Ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento elevado do Instituto em diversas atividades e ações, os insumos básicos ao funcionamento tiveram um crescimento significativo quanto à quantidade consumida.

Para compensar o aumento da demanda, foram adotadas estratégias para a redução do valor despendido, tais como: impressão frente e verso nos documentos oficiais, readequação da demanda contratada de energia elétrica, construção de cisternas para coleta de água da chuva, principalmente para a prevenção de incêndios, para lavagem de máquinas e equipamentos e para irrigação. Também foram tomadas medidas de conscientização por parte dos gestores e servidores: palestras educativas, cartazes de reeducação com o objetivo do consumo racional desses insumos.

Da mesma forma, o Instituto Federal Farroupilha, buscando atender as demandas apresentadas na IN SLTI/MPOG 10/2012, criou um grupo de trabalho responsável em desenvolver ações que visem à sustentabilidade da Instituição. A ação dessa Comissão é, primeiramente, desenvolver e criar plano de ação que vise ao uso eficiente de recursos no âmbito da Instituição. Reflexo disso, durante o exercício de 2016 a 2018, a instituição está elaborando plano de licenciamento ambiental, a partir do qual estão sendo realizados estudos em todos os *campi* para viabilização das atividades institucionais. Consequentemente, serão tratados temas relevantes como descarte de resíduos, reutilização de água, entre outros.

#### **5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

Por meio de seus editais, a instituição busca definir critérios de sustentabilidade ambiental tanto para aquisição de bens, como para a contratação de serviços ou obras.

Isso é efetivado nas obras, principalmente, no que tange aos resíduos sólidos e químicos, já que existe a obrigatoriedade de a empresa contratada fazer o descarte atendendo a legislação vigente. Nesse viés, o IFFar está implantando estudo para analisar a viabilidade de comprovação de forma e local apropriada de descarte de resíduos de obra, durante o processo licitatório, juntamente com a documentação técnica necessária de comprovação.

## **6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **6.1 Canais de acesso do cidadão**

O Instituto Federal Farroupilha trabalhou no atendimento ao cidadão por meio da disponibilização de vários canais de comunicação entre o órgão e a sociedade, tais como o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), Ouvidoria através do Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), Portal Institucional e o Portal da Transparência Pública do Governo Federal.

O IFFar promove o relacionamento com a sociedade por meio de canais que estão sob a responsabilidade de dois setores: a) Ouvidoria; e b) Serviço de Informação ao Cidadão. Esses canais foram criados para a comunidade interna e externa realizar manifestações acerca da Instituição. Os setores responsáveis por essa comunicação são vinculados diretamente ao Gabinete do(a) Reitor(a).

Cumprindo com o disposto na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, o Instituto Federal Farroupilha disponibiliza, em seu sítio institucional ([www.iffarroupilha.edu.br](http://www.iffarroupilha.edu.br)), na seção “Acesso à Informação”, informações institucionais, ações e programas, relatórios da auditoria, convênios, despesas, licitações e contratos, servidores, perguntas frequentes e Serviço de Informação ao Cidadão, para melhor contribuir para a transparência ativa e facilitar o acesso aos cidadãos.

Por meio do SIC do IFFar, a instituição atende e orienta os cidadãos quanto ao acesso à informação disponível no Instituto, informa sobre a tramitação de documentos nas unidades, recebe e registra pedidos de acesso à informação no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

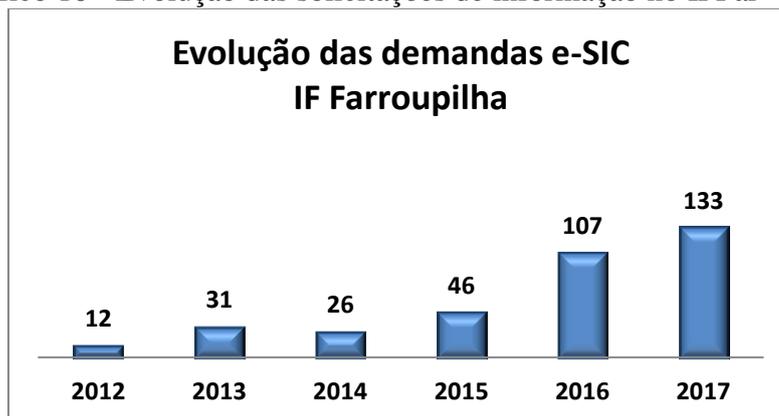
Neste mesmo sítio, encontra-se ainda a aba da ouvidoria. Esse *link* traz um pequeno relato das atividades desenvolvidas e a forma como o cidadão pode acessar a ouvidoria. Por intermédio da Ouvidoria, o IFFar recebe manifestações dos cidadãos, por meio do Sistema e-OUV, por e-mail, telefone ou presencial, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, referentes às políticas implantadas e aos serviços prestados pela Instituição.

#### **6.1.1 Serviço de informação ao cidadão (SIC)**

O Serviço de Informação ao Cidadão dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o e-SIC. O sistema desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) consiste basicamente, do acesso por parte dos cidadãos ao Portal do Acesso a Informação (<http://www.acessoainformacao.gov.br>) e registrar o pedido de informação a Instituição. A utilização desse sistema permite o amplo acompanhamento das demandas, permitindo a emissão de relatórios a qualquer momento, bem como a verificação da satisfação do cidadão ao que se refere ao atendimento do serviço prestado.

No ano de 2017, o SIC recebeu um total de 133 pedidos, o que corresponde a aproximadamente 24,30% de aumento em relação à quantidade de pedidos de 2016, em que foram registrados 107 pedidos.

Gráfico 10 - Evolução das solicitações de informação no IFFar

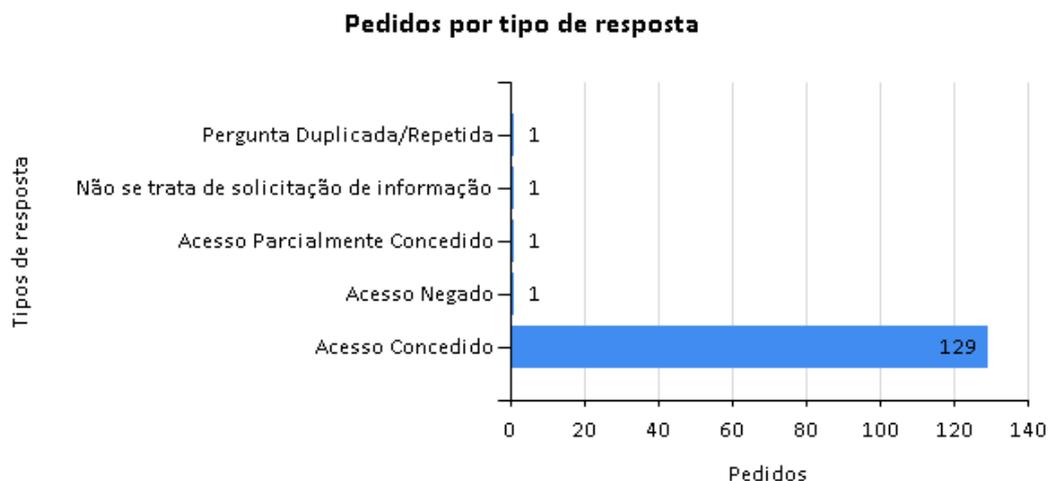


Fonte: Sistema e-SIC

De acordo com relatório fornecido pela Controladoria Geral da União (CGU), o tempo médio de respostas para as solicitações feitas ao IFFar, em 2017, foi de 16,98 dias, inferior ao prazo previsto pela Lei de Acesso à Informação, que é de 20 dias corridos prorrogáveis por mais dez.

Do total de solicitações, houve registro de 01 pergunta duplicada/repetida, 01 registro que não se tratava de solicitação de informação, 01 acesso parcialmente concedido, 01 acesso não concedido e 129 solicitações com acesso concedido.

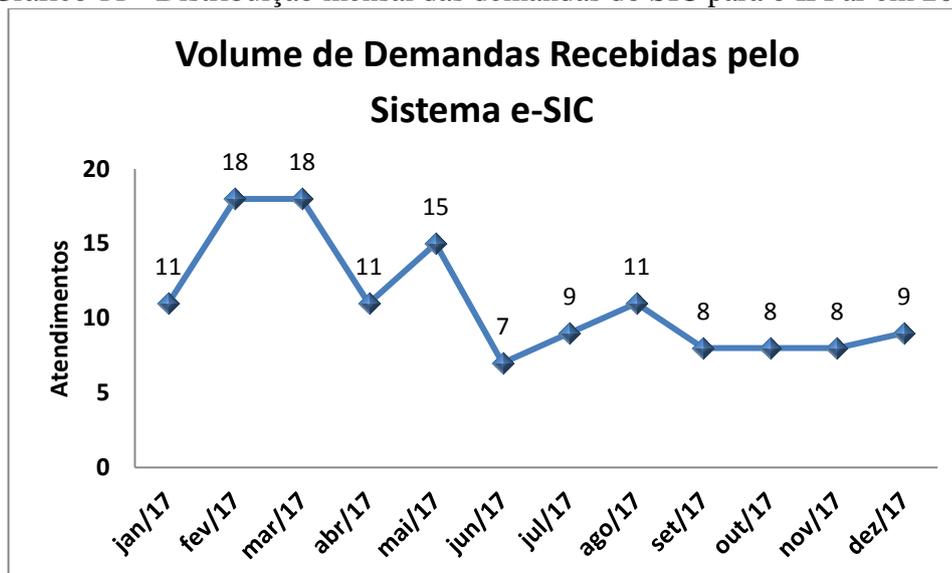
Figura 1 - Pedidos por tipo de resposta



Fonte: e-SIC

O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de demandas encaminhadas à Instituição, em 2017, através do sistema e-SIC, bem como a forma de distribuição mensal dos registros.

Gráfico 11 - Distribuição mensal das demandas do SIC para o IFFar em 2017

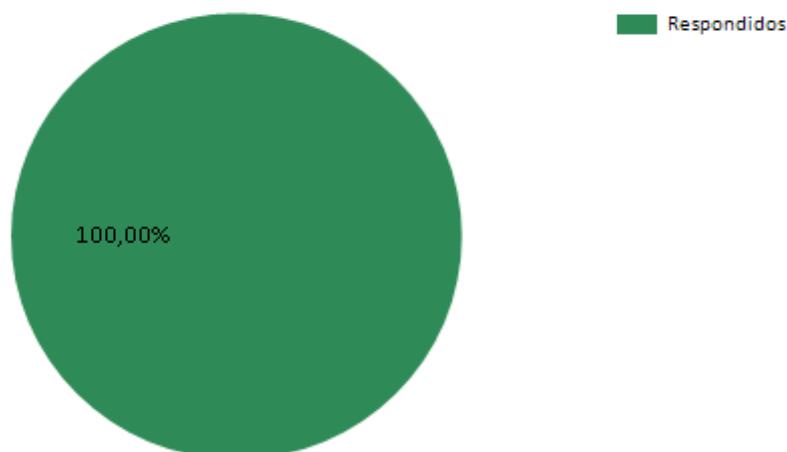


Fonte: e-SIC

Salienta-se, ainda, que no exercício de 2017 todas as demandas foram respondidas de forma satisfatória, conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 2 - Situação dos pedidos de acesso à informação

### Situação dos pedidos de acesso à informação



Fonte: e-SIC

Apresentamos também os principais temas abordados no exercício de 2017, através dos pedidos registrados no e-SIC. O quadro a seguir sistematiza a classificação temática dos pedidos de acesso à informação em 2017.

Quadro 47 - Classificação temática dos pedidos de acesso à informação no IFFar

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Profissionais da educação	54	40,60%
Educação - Educação profissional e tecnológica	52	39,10%
Educação - Gestão escolar	8	6,02%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	7	5,26%
Educação - Assistência ao estudante	3	2,26%
Economia e Finanças - Administração financeira	3	2,26%
Pessoa, família e sociedade - Pessoa	3	2,26%
Trabalho - Fiscalização do trabalho	1	0,75%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	1	0,75%
Educação - Educação superior	1	0,75%

Fonte: Sistema e-SIC

Das solicitações a respeito de profissionais de educação (40,60%), há uma recorrência de interesse em informações sobre previsão de concurso público, disponibilidade de códigos de vagas para cargos específicos, além de questionamentos sobre informações funcionais de servidores atuantes na Instituição, como cópias de processos de afastamento, pedidos de redistribuição e aproveitamento de concurso.

Através dos relatórios extraídos, observou-se ainda o perfil dos solicitantes: 98,94% são Pessoa Física e 1,06% Pessoa Jurídica. Com relação à profissão dos solicitantes, os maiores grupos são de servidores públicos federais, representando 33,33%, seguido de não informado 15,05%, professores 10,75% e estudantes 10,75%.

Quadro 48 - Perfil dos solicitantes de informações ao IFFar

Profissão	
Servidor público federal	33,33%
Não Informado	15,05%
Outra	13,98%
Estudante	10,75%
Professor	10,75%
Pesquisador	4,30%
Empregado - setor privado	4,30%
Servidor público municipal	2,15%
Servidor público estadual	2,15%
Jornalista	2,15%
Empresário/empreendedor	1,08%

Fonte: e-SIC

Portanto, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do IFFar mostra-se como um canal efetivo de comunicação com a sociedade, apresentando um crescimento ano a ano quanto à procura por informações, promovendo assim a cultura da transparência na Instituição.

## 6.1.2 Ouvidoria

No ano de 2016, a Ouvidoria do IFFar aderiu ao sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), desenvolvido pela Controladoria-Geral da União. Esse sistema é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Está disponível na Internet e funciona 24 horas.

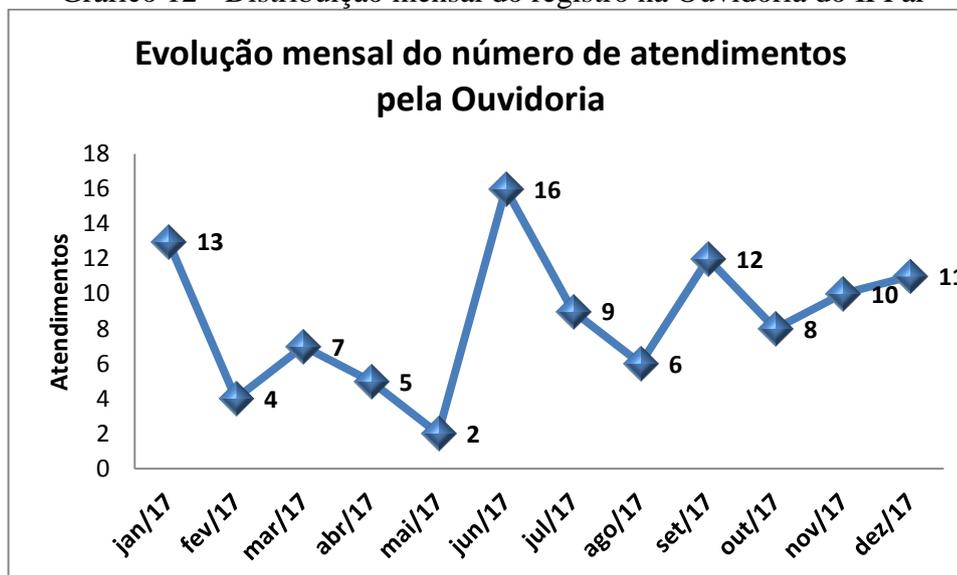
Atualmente, os usuários que desejam utilizar os serviços de Ouvidoria do IFFar podem realizar através dos seguintes meios:

- Encaminhar a demanda pelo e-mail [ouvidoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:ouvidoria@iffarroupilha.edu.br);
- Utilizar o telefone, através do número 55 3218 9836;
- Utilizar o serviço de atendimento Presencial;
- Utilizar o sistema e-OUV disponível em:

<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>

No ano de 2017, foram registradas 103 manifestações. O gráfico abaixo demonstra o registro mensal das manifestações realizadas na Ouvidoria do IFFar.

Gráfico 12 - Distribuição mensal do registro na Ouvidoria do IFFar

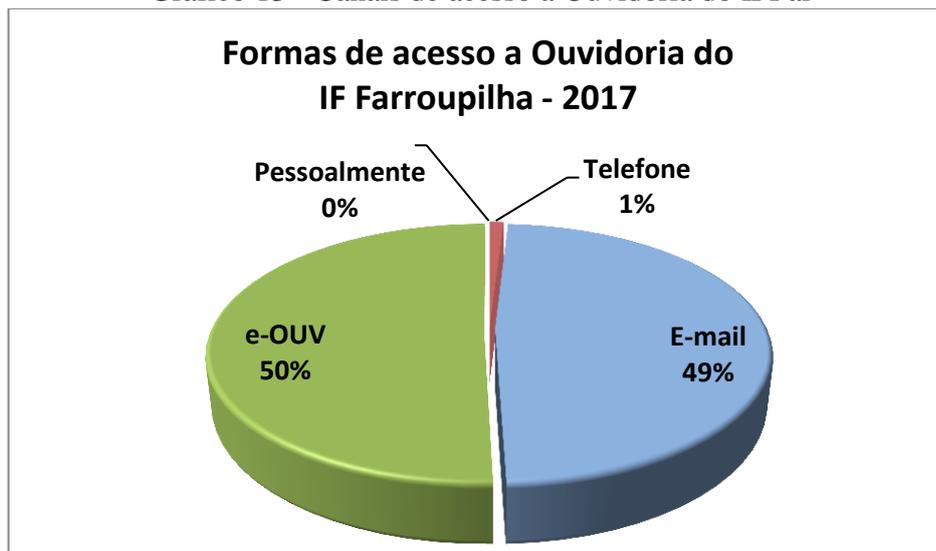


Fonte: Dados Registrados na Ouvidoria IFFAR

Percebe-se que a maior procura pela Ouvidoria se deu nos meses de janeiro (13 demandas) e junho (16 demandas), e a menor procura ocorreu no mês de maio (02). Não é possível identificar o fato que gerou maior procura pela Ouvidoria nos meses citados, as demandas do período são fatos não relacionados, entende-se, então, que a procura foi maior nesses meses meramente pelo acaso.

A forma de contato mais utilizada pelos usuários da ouvidoria do IFFar no ano de 2017 foi o canal e-OUV, em seguida, o e-mail institucional.

Gráfico 13 - Canais de acesso a Ouvidoria do IFFar

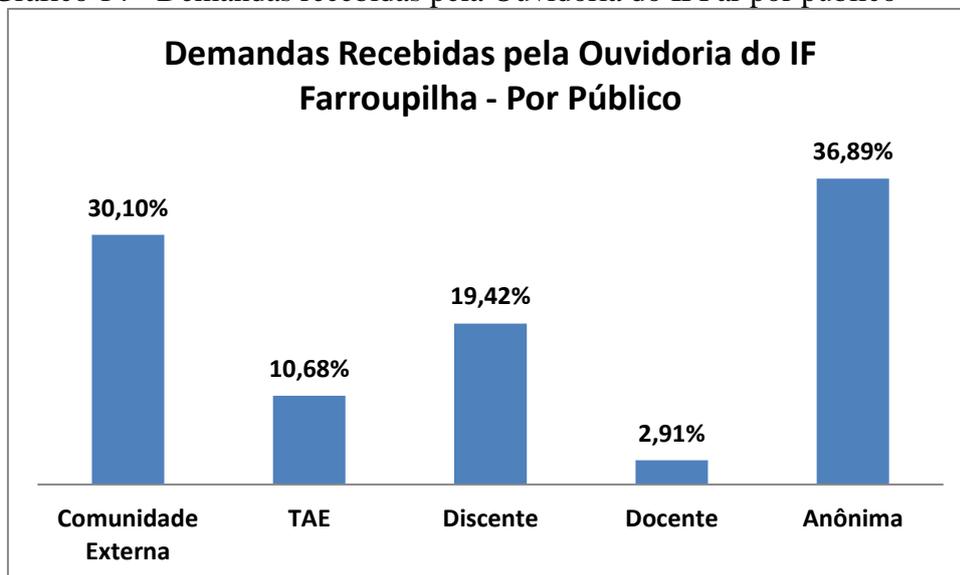


Fonte: Dados Registrados na Ouvidoria IFFar

Conforme os dados registrados, a maior demanda de atendimento à sociedade trata de dúvidas do público externo. Observa-se, ainda, que a maioria do público externo procura a Ouvidoria a fim de saber informações sobre processos seletivos, concursos, ofertas de cursos e período de matrículas.

As manifestações foram demandadas majoritariamente de modo anônimo (38), seguidas de representativa quantidade de demandas da comunidade externa (31), na sequência, por discentes (20), técnico- administrativos em educação (11) e docentes (03).

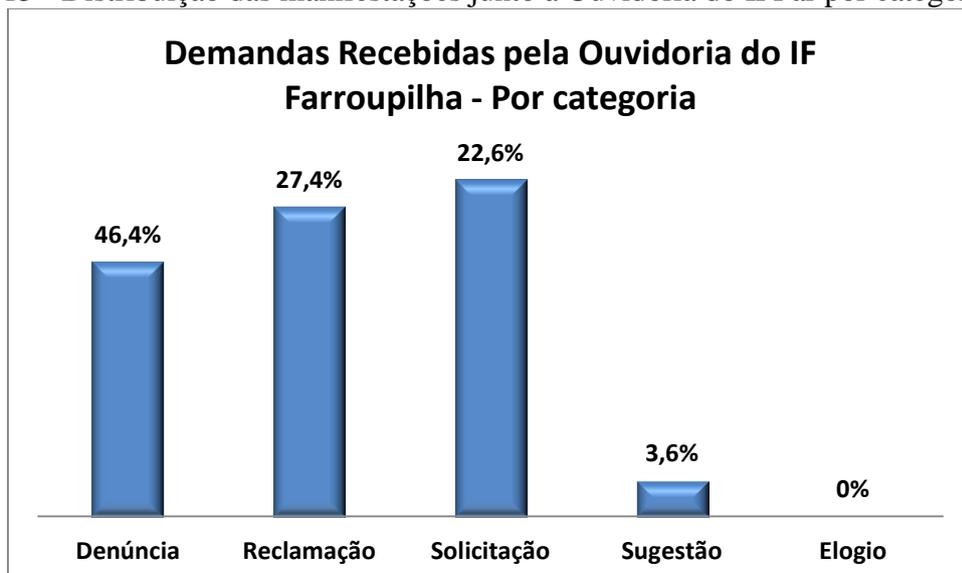
Gráfico 14 - Demandas recebidas pela Ouvidoria do IFFar por público



Fonte: Dados Registrados na Ouvidoria IFFar

Quanto à natureza das demandas registradas na Ouvidoria do IFFar no ano de 2017, dividiu-se entre solicitações (37), reclamações (34), denúncias (28), sugestões (4) e não houve registro de elogio (0).

Gráfico 15 - Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria do IFFar por categoria



Fonte: Dados Registrados na Ouvidoria IFFar

A Ouvidoria do IFFar registrou, ainda, as unidades organizacionais que possuem maior número de demandas no ano de 2017: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Gabinete. A PRDI registrou 24 demandas de manifestação e o Gabinete 22. Tais números são esperados pela instituição uma vez que a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas-PRDI atende a todas as demandas relativas ao quadro de pessoal e o Gabinete responde por todas as Unidades e Reitoria.

Gráfico 16 - Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria por unidade do IFFar



Fonte: Dados Registrados na Ouvidoria IFFar

## 6.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto Federal nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. No Instituto Federal Farroupilha, é baseada no modelo da Carta do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e apresenta os serviços prestados à comunidade, garantindo a transparência de suas atividades e a orientação quanto às formas de acesso e aos serviços prestados. Pode ser acessada no site institucional, por meio do link: <http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221>.

## 6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria do IFFar não possui sistema próprio para o controle das demandas, dessa forma, a Ouvidoria não realiza controle de satisfação dos serviços prestados à comunidade. A única forma de registro de satisfação é através de e-mail enviado do usuário para a Ouvidoria. No exercício de 2017, não houve registros nesse sentido.

Já o e-SIC possui Sistema Eletrônico próprio que disponibiliza a ferramenta de relatório extraído do Sistema, no decorrer do exercício 2017, porém não foram registradas reclamações.

## 6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

- Portal do Instituto Federal Farroupilha: <http://www.iffarroupilha.edu.br/>
- Regimento Geral: <http://www.iffarroupilha.edu.br/regimento-geral>
- Conselho Superior (CONSUP): <http://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/documentos>
- Plano de desenvolvimento Institucional: <http://www.iffarroupilha.edu.br/2014-11-24-21-09-36>
- Relatórios de gestão anteriores: <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Editais publicados: <http://www.iffarroupilha.edu.br/editais>
- Boletins de serviço: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=62>
- Ouvidoria: <http://www.iffarroupilha.edu.br/ouvidoria-iff/apresenta%C3%A7%C3%A3o>
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC):  
<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>
- Contato: <http://www.iffarroupilha.edu.br/form-contato>

## 6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No IFFar, a preocupação em garantir inclusão e acessibilidade a todas as instalações, produtos e serviços é um dos eixos centrais do PDI 2014-2018, no qual consta a Política de Diversidade e Inclusão. As adaptações razoáveis previstas, especialmente, pela Lei 10.098/2000 e pelo Decreto 5.296/2004, vêm sendo fomentadas pelas Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs) da Reitoria e dos *campi*, em parceria com diferentes setores do IFFar. Desses, destacam-se as Comissões responsáveis pelos Processos Seletivos, Comissão Própria de Avaliação, Comissão de Acessibilidade Arquitetônica, Setores de Licitação, Direção e Coordenações de Assistência Estudantil (DAE e CAEs), Ouvidoria, Comissão de Ética e Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquérito Administrativo (COPSIA).

Durante o ano de 2017, destacaram-se as seguintes ações: aprovação da Política de Ações Afirmativas do IFFar (Resolução Nº 52/2017), mais de cinquenta atividades de formação com temáticas de inclusão e diversidade nos *campi* do IFFar e na Reitoria, conclusão ou seguimento de obras com projetos acessíveis e contratação de profissionais que auxiliam na inclusão de estudantes com necessidades especiais (professores de educação especial, tradutores intérpretes de Libras e profissionais de apoio).

Tais informações, bem como dados e documentos complementares podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5esinclusivas/apresenta%C3%A7%C3%A3o>

## 7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.1 Desempenho financeiro do exercício

Ao longo do exercício de 2017, vários fatores influenciaram as ações institucionais, mas as que trouxeram maior impacto foram as de contexto orçamentário e financeiro. Para a instituição, é difícil explicitar uma compatibilidade mínima entre as obrigações assumidas no contexto do dispêndio e os repasses financeiros para quitar os compromissos assumidos. Isso porque em todos os meses do exercício em questão o montante de recursos financeiros disponibilizado foi inferior aos valores a serem pagos.

Em alguns meses, os valores liberados foram inferiores a 60% do liquidado, principalmente na fonte 112000000. Os recursos oriundos do FNDE foram os que tiveram maior atraso no repasse. Os repasses da fonte 10000000 sempre tiveram as liberações na sua totalidade. Destaca-se que essa abordagem exclui o financeiro referente as ações da folha de pagamento. Os repasses oriundos dos termos de execução descentralizada tiveram atraso significativo, em média 45 dias desde a liquidação e a liberação de recursos para pagamento. Esse lapso temporal acabou gerando problemas de execução.

Quadro 49 - Despesas pagas e a pagar, exercício 2017 em reais, saldo em 31/12/2017

ANO / DESPESA	EXERCÍCIO			RESTOS A PAGAR		DESPESAS A PAGAR
	DESPESAS PAGAS	DESPESAS PAGAS - EXCETO FOLHA	DESPESAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS	DESPESAS A PAGAR	
2015	197.255.533,46	37.944.050,39	7.897.062,23	21.261.541,44	1.057.961,12	8.955.023,35
2016	234.694.502,17	44.611.310,20	1.174.047,26	24.896.842,23	269.477,33	1.443.524,59
2017	266.258.213,34	36.882.728,55	255.643,54	21.398.374,99	336.114,86	591.758,40

Fonte: Tesouro Gerencial

O quadro apresentado demonstra o déficit acumulado ao longo de 2015, com aproximadamente 15% de todas as despesas pagas no exercício. Como consequência, evidenciou-se o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralisações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também atraso e paralisação nas obras em andamento na instituição, em virtude do repasse de financeiro insuficiente para cobrir as demandas.

Um dado importante a se observar é a média de liquidação das despesas do IFFar. Extraída a folha de pagamento, ao longo dos meses de 2015, a qual atingiu cerca de R\$ 5,6 milhões de reais, pode-se evidenciar que o déficit correspondeu aproximadamente a uma vez e meia a média das liquidações, em 31 de dezembro de 2015.

No encerramento do exercício de 2016, o déficit financeiro foi de R\$1,44 milhões, cerca de 2% do total liquidado no exercício. Dessa forma, observa-se redução significativa do déficit se comparado com 2015.

As principais fontes com déficit foram as oriundas dos termos de descentralização vinculados principalmente ao FNDE, das ações bolsa formação (20RW), e-tec(0509) e a SETEC, das ações da Expansão e Restrução da Rede(20RG) e Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (6380). Essas ações correspondem a 79% do déficit financeiro do exercício.

É importante enfatizar que apesar do déficit percentualmente baixo, em termos nominais, os valores são expressivos. Esses atrasos impossibilitaram o pagamento em dia de serviços como limpeza, segurança, motoristas, telefonistas entre outros.

Destaca-se também que o montante de déficit na casa de R\$1,44 milhões é retrato do final de exercício, pois ao longo do ano os déficits foram significativamente maiores, principalmente nos dois primeiros trimestres.

Durante o exercício de 2017, o cenário não foi diferente. As liberações financeiras ocorreram na mesma magnitude de anos anteriores. Porém, como houve liberação significativa no último bimestre do ano, isso possibilitou o pagamento de diversas despesas. Dessa forma, o ano fechou com um déficit de aproximadamente R\$ 0,6 milhões de reais, ou seja, 1% do valor das despesas, exceto as correlatas à folha de pagamento.

Os principais problemas encontrados ao longo do ano foram concernentes às liberações de financeiro para emenda parlamentar. Foram mais de quatro meses sem liberação de financeiro, bem como dos valores oriundos de Termos de execução descentralizada, principalmente daqueles que a concedente é o FNDE.

## **7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

O Instituto Federal Farroupilha adota, desde o exercício de 2010, as recomendações e regras da NBCT 16.9, e, mensalmente, é feito ajuste e atualização do valor acumulado da conta contábil de depreciação e das contas correntes que correspondem aos bens móveis no SIAFI. Cabe ressaltar que, durante o exercício de 2014, a Coordenação de Contabilidade (CCONT) realizou um trabalho intenso e rigoroso de ajuste nos saldos. Por isso, ela assegura que em relação a esses procedimentos não há fatos relevantes de disparidades e ajustes que sejam necessários ser apontados. Mesmo assim, a CCONT reitera que está constantemente monitorando e dando suporte às Unidades Gestoras subordinadas, para que resolvam seus problemas de nível Contábil-Patrimonial.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, informa-se que os itens 4 a 35 são aplicados praticamente em sua totalidade, no entanto, alguns desses ditames não encontram aplicabilidade na conjuntura contábil do IFFar.

No exercício 2016, já foi feita a Reavaliação dos bens imóveis, e o IFFar está em processo de lançamento desses valores no SPIUNET. Atualmente, está sendo providenciada a comissão para a realização dessa atividade referente ao exercício 2017.

O método de cálculo da Depreciação, Amortização, Exaustão utilizado pela UPC segue o adotado pela Reitoria do IFFar, que é o Método das quotas lineares (constantes), tendo como bases para o cálculo o valor contábil do bem e sua expectativa de vida útil. Por exemplo: se um bem tem 10 anos de vida útil estimada, ele terá que ser depreciado em 10%, ao final de cada exercício, o que no mês significa 0,83333333% de depreciação mensal.

A estimativa da vida útil dos bens da Instituição está sendo feita com base na experiência da entidade com ativos semelhantes, pois devido às peculiaridades de cada item (maior ou menor período de utilização), buscou-se preservar as características essenciais de cada um, haja vista sua vida definida ou indefinida como elemento patrimonial, levando-se como referência o que reza a Macrofunção 020330 e a tabela apresentada por ela.

Conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, através da Macrofunção 020330, as taxas utilizadas para o cálculo da depreciação, exaustão ou amortização nos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas serão realizadas pelo sistema de controle patrimonial de cada órgão. Entretanto, com o intuito de padronizar critérios de mensuração e viabilizar a divulgação das informações contidas no Balanço Geral da União, foi editada, na referida Macrofunção, uma tabela de vida útil para cada conta contábil e seu respectivo valor residual, que é o parâmetro usado pelo IFFar para o registro da Depreciação dos seus bens permanentes, conforme expresso em tabela abaixo.

Quadro 50 - Vida útil das contas contábeis no Instituto Federal Farroupilha

CONTAS	ITEM	VIDA ÚTIL	VALOR RESIDUAL
142121400	ARMAMENTOS	20 ANOS	15%
142121600	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	-	-
142121800	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10 ANOS	0%
142121900	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5 ANOS	10%
142122000	EMBARCAÇÕES	-	-
142122200	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20 ANOS	10%
142122400	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SOCORRO	10 ANOS	10%
142122600	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20 ANOS	10%
142122800	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20 ANOS	10%
142123000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10 ANOS	10%
142120400	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15 ANOS	10%
142120600	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10 ANOS	20%
142120800	APARELHOS E EQUIPAMENTOS E UTENS. MED., ODONT., LABORAT. E HOSP.	15 ANOS	20%
142121000	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10 ANOS	10%
142121200	APARELHOS E UTENS. DOMEST.	10 ANOS	10%
142121300	ARMAZÉNS ESTRUTURAISC-COBERTURAS DE LONA	10 ANOS	10%
142123200	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15 ANOS	10%
142123300	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10 ANOS	10%
142123400	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10 ANOS	10%
142123500	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5 ANOS	10%
142123600	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10 ANOS	10%
142123800	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10 ANOS	10%
142123900	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10 ANOS	10%
142124000	MÁQUINAS UTENSÍLIOS AGRIC./AGROP. E RODOVIÁRIOS	10 ANOS	10%
142124200	MOBILIÁRIO EM GERAL	10 ANOS	10%
142124600	SEMOVENTES E EQUIP. MONTARIA	10 ANOS	10%
142124800	VEÍCULOS DIVERSOS	15 ANOS	10%
142124900	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10 ANOS	10%
142125000	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30 ANOS	10%
142125100	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10 ANOS	10%
142125200	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15 ANOS	10%
142125300	CARROS DE COMBATE	30 ANOS	10%
142125400	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30 ANOS	10%
142125600	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACES. DE PROTEÇÃO AO VOO	30 ANOS	10%
142125700	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5 ANOS	10%
142125800	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15 ANOS	10%
142126000	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15 ANOS	10%
142128300	EQUIPAMENTOS E SISTEMA VIG. AMBIENTAL	10 ANOS	10%

Fonte: Coordenação de contabilidade

A avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, estoques, investimentos, do intangível e do diferido são feitas com base nos relatórios do SIAFI OPERACIONAL e do TESOURO GERENCIAL. Tudo é controlado com o auxílio de sistemas auxiliares e paralelos de controle patrimonial e de almoxarifado, os quais mantêm registros atualizados de entrada e saída de materiais e também fornecem relatórios para os ajustes no SIAFI OPERACIONAL.

### **7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

A Coordenação de Contabilidade, junto à Pró-Reitoria de Administração, implantou ações que permitem mensurar por departamento e por atividade os reais custos que incidem nas dependências e nas diversas atividades do IFFar. Essa sistemática se aplica tanto nos setores de suporte, atividade meio, Administrativa, quanto nos setores da atividade fim, ensino, extensão, pesquisa etc. Para tanto, adotou-se uma lógica de setorização dos Planos Internos de trabalho. Isso possibilita visualizar facilmente quanto foi gasto em cada setor e em que atividade os recursos foram aplicados. Outra ação é a criação de UGR que também setoriza e segmenta as Unidades Gestoras. Isso permite ver como e onde os recursos estão sendo usados e quanto cada setor e suas atividades estão custando para a Instituição.

Recentemente, no exercício de 2016, a Coordenação de Contabilidade recebeu capacitação sobre onde e como acessar o Sistema de Custos da Administração Federal (Tesouro Gerencial). Assim, a equipe está em processo inicial de levantamento de custos diretos, indiretos, unitários, setorizados e totais através deste instrumento.

Com a implementação de lançamentos via SIAFI WEB, o IFFar pretende analisar os seus custos, a fim de conseguir mensurar o valor em custos que representa cada servidor ou aluno para a Instituição.

### **7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/1964 e notas explicativas**

Este item tem por objetivo tratar das informações relacionadas às demonstrações contábeis obrigatórias para a UPC, conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As notas explicativas, bem como as demonstrações contábeis estão dispostas no anexo deste relatório.

## **8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

A Conformidade de Gestão é realizada conforme o Roteiro do Manual da Conformidade de Registros Diários no SIAFI e também na macrofunção 02.03.14.

Documentos do SIAFI passíveis de análise:

- Nota de Lançamento / Nota de Sistema NL/NS
- Ordem Bancária - OB
- Guia de Recolhimento da Previdência Social - GP
- Documento de Arrecadação Municipal - DAR
- Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF
- Nota de Dotação - ND
- Nota de Movimentação de Crédito - NC
- Programação Financeira - PF
- Guia de Recolhimento da União – GR

Diariamente, desde que haja lançamento no SIAFI, é obrigatório que a Execução Orçamentária e Financeira repasse todos os documentos que basearam os registros no sistema, para que o Conformista faça sua análise e registre ou não alguma restrição na sua Conformidade Diária de Gestão.

Material orientador das ações de conformidade foi repassado a todas as Unidades Gestoras do Órgão 26420. Eles servem como roteiro para Conformidade de Gestão, das unidades, do órgão e, conseqüentemente, do TCU e também da Setorial Contábil do MEC. A instituição está em tratativa com a ESAF – POA para realização “*in loco*” de treinamento sobre as Conformidades do SIAFI, a fim de melhorar a qualidade de nossas informações contábeis e registros de gestão, bem como a conformidade de operadores do sistema.

A responsabilidade por garantir o exame e análise diária dos documentos que embasam os registros no SIAFI foi designada a cada Unidade Gestora e à sua Administração. A Coordenação de Contabilidade da Reitoria monitora a efetividade dos registros no sistema e expede notificação quando isto deixa de ocorrer, responsabilizando a Administração local pela ocorrência e lacuna nos registros.

No exercício de 2017, foram solucionadas demandas relacionadas à regularização do saldo das obras em andamento e ao fechamento dos saldos dos bens imóveis entre os sistemas SPIUNET E SIAFI. Essas demandas foram respondidas à Controladoria Geral da União, e o órgão se encontra em regularidade.

### **8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU**

A Unidade de Auditoria Interna do IFFar, após consulta com a Pró Reitoria de Administração, confirma que não há recomendações do TCU relativas à instituição.

### **8.2 Tratamento de determinações e recomendações dos Órgãos de Controle Interno**

Em consulta ao sistema Monitor, em 19 de janeiro de 2018, foram encontradas 18 recomendações. Dessas, sete estão em situação de monitoramento, duas foram canceladas, e nove encontram-se em situação “atendida”.

Dentre as recomendações atendidas, destaca-se o fato de que grande parte delas corresponde à apuração de descumprimento do regime de dedicação exclusiva por parte de alguns docentes, bem como tomada de providências para regularização de vínculos de servidores desse segmento. A

resolução da questão evidencia o comprometimento da gestão do IFFar com o adequado gasto do dinheiro público e princípios constitucionais administrativos.

Dentre as recomendações em monitoramento, salienta-se aquelas relativas ao programa PRONATEC e a regularização dos bens imóveis da instituição, as quais estão recebendo tratamento por parte da gestão, apesar de ainda não estarem totalmente solucionadas. As ações para atendimento das recomendações ainda estão em andamento. Cabe registrar que a implantação de um novo sistema gerencial na instituição – o SIG (Sistema Integrado de Gestão) – acabou por trazer alguns óbices ao rápido atendimento das recomendações relativas aos bens imóveis, pois a implantação do sistema como um todo é um processo lento e complexo.

A seguir, são apresentados os relatórios retirados do sistema Monitor em 19/01/2018, com os detalhes das recomendações e tratamento.

Tabela 12 - Recomendações nas situações Monitoramento

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201203361 Constatacao: 48	55360 (02/01/2018)	Promova a reavaliação dos imóveis que se encontram com a data da reavaliação vencida.
OS: 201203361 Constatacao: 48	55362 (02/01/2018)	Promova o registro no SPIUnet de todos os imóveis do Instituto.
OS: 201601447 Constatacao: 9	162712 (02/01/2018)	Aprimorar a metodologia de cálculo dos valores a serem pagos aos professores-bolsistas do Pronatec, de forma a confirmar a efetiva realização das aulas relacionadas nas listas de chamadas das disciplinas.
OS: 201601447 Constatacao: 20	162714 (29/05/2018)	Nas próximas contas, elaborar o Parecer da Unidade de Auditoria Interna observando as exigências e orientações estabelecidas nos normativos do TCU e no sistema e-contas.
OS: 201601447 Constatacao: 23	162716 (21/12/2017)	Adotar providências para a realização do ressarcimento dos valores relativos à cessão do servidor de matrícula SIAPE nº 1169410.
OS: 201601447 Constatacao: 3	162717 (14/04/2018)	Elaborar e implementar ações de acompanhamento pedagógico que contemplem os objetivos descritos no Manual de Gestão do
OS: 201601447 Constatacao: 6	162719 (14/04/2018)	Inserir, no normativo interno do IF Farroupilha que regulamenta a assistência estudantil aos alunos do Pronatec, a forma de entrega do benefício, o valor pago, o mecanismo de pagamento e a frequência com que esse

Fonte: AUDIN

Tabela 13 - Recomendações nas situações Atendida

Documento	Identificação	Recomendação
Dinheiro público é da sua conta		<a href="http://www.portaldatransparencia.gov.br">www.portaldatransparencia.gov.br</a>
OS: 201308814 Constatação: 1	64497	Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes.
OS: 201308814 Constatação: 1	64499	Configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios
OS: 201308814 Constatação: 2	64500	Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos
OS: 244006 Constatação: 21	114055	Recomendamos a revisão dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), de modo a verificar a existência de registros/pagamentos indevidos realizados por meio do SIAPE, providenciando, ainda, a correção imediata nos casos em que se
OS: 201318225 Constatacao: 1	129120	Apurar e providenciar o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação exclusiva pagas indevidamente, nos períodos em que os referidos docentes com dedicação exclusiva exerceram atividade remunerada de administração de empresa privada, contrariando
OS: 201601447 Constatacao: 9	162713	Para as ocorrências citadas neste apontamento, adotar providências para a reposição dos respectivos valores pagos indevidamente.
OS: 201601447 Constatacao: 23	162715	Adotar procedimentos de modo que as apropriações dos valores a receber e recebidos por ocasião de cessão de pessoal sem ônus para o IF Farroupilha sejam efetuadas fidedignamente e tempestivamente nos
Dinheiro público é da sua conta		<a href="http://www.portaldatransparencia.gov.br">www.portaldatransparencia.gov.br</a>
OS: 201601447 Constatacao: 3	162718	Criar instrumento (normativo) de acompanhamento e avaliação periódica das ações pedagógicas implementadas nos cursos do Pronatec, levando-se em consideração se estão de acordo com as orientações do Manual
OS: 201601447 Constatacao: 9	162720	Efetuar levantamento dos pagamentos efetuados para demais bolsistas a fim de verificar se ocorreram situações semelhantes à relatada nesta constatação, apurar os valores e obter reposição dos respectivos valores pagos

Fonte: AUDIN

Tabela 14 - Recomendações nas situações Cancelada

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201203361 Constatação: 35	55281	Recomendamos ao gestor que implemente controle mensal dos valores a serem reembolsados pelo cessionário quando da cessão de servidores com ônus para o
OS: 201308814 Constatação: 1	64498	Apurar, no período em que os servidores referidos figuraram na qualidade de sócio-administrador, a infringência do regime de Dedicção Exclusiva, ou seja, o exercício de atividade privada, de caráter regular, não permitida no Decreto nº 94.664/87, artigo 15, e na Lei nº 12.772/2012, artigo 20 parágrafo 2º.

Total de Recomendações: 18

Posição do Sistema Monitor em 19/01/2018 às 11:11h.

Fonte: AUDIN

Documento de Origem		
Relatório 244006	Ordem de Serviço 244006	Município/UF Santa Maria/RS

Programa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Constatação 21:

Percepção de provento integral em condições que caberia o pagamento correspondente de provento proporcional.

Recomendação 114055:

Recomendamos a revisão dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), de modo a verificar a existência de registros/pagamentos indevidos realizados por meio do SIAPE, providenciando, ainda, a correção imediata nos casos em que se identifique situações análogas à descrita.

Situação: Atendida

Histórico

**Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Atendimento**

Os documentos trazidos pelo Gestor em sua manifestação corroboram as informações prestadas. Portanto, considera-se atendida a recomendação.

**Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências**

Em atenção a solicitação para a Unidade disponibilizar a memória de cálculo das revisões efetuadas nos proventos/pensões, segue anexo Fichas Financeiras dos servidores constantes na Tabela dos exercícios 2012 e 2013, onde em MAIO 2012 os proventos dos referidos servidores tiveram ajuste salarial, sem alterar a Retribuição por Titulação, ocorrendo a atualização em OUTUBRO 2012 com o devido pagamento dos retroativos. Em MARÇO 2013 houve a atualização dos proventos de acordo com a Lei 12.772/2012, sendo atualizado dentro do mesmo mês a Retribuição por Titulação. Informo ainda, que as atualizações referente a Retribuição de Titulação não ocorrem de forma automática, isto é, necessita-se de lançamento manual sempre que por força de Lei ocorram mudanças nos proventos/pensões. Conforme memorando 1410/2016 PRDI e

Documento de Origem		
Relatório 201203361	Ordem de Serviço 201203361	Município/UF Santa Maria/RS
Programa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		

**Constatação 35:**

Deficiência nos controles da cessão de servidores. Cessão de servidor, sem ônus para o IF Farroupilha, sem o correspondente reembolso mensal das remunerações. Servidor cedido sem informação do valor da remuneração extra-SIAPE.

**Recomendação 55281:**

Recomendamos ao gestor que implemente controle mensal dos valores a serem reembolsados pelo cessionário quando da cessão de servidores com ônus para o cessionário.

**Situação:** Cancelada

**Histórico**

**Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Cancelamento**

As providências a serem adotadas pelo Gestor envolvendo melhorias no gerenciamento da cessão de pessoal estão sendo acompanhadas por meio das Recomendações nº 162715 e 162716, decorrentes do achado de auditoria nº 2.1.2.2 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201601447. Em decorrência, cancela-se a presente recomendação, sendo a o gerenciamento de cessão de pessoal no instituto acompanhado por meio das recomendações referidas.

**Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências**

Recomendação referente ao ressarcimento da remuneração da cessão do servidor SIAPE 1169410 pela Prefeitura Municipal de Alegrete, informamos que recebemos apenas o MEMORANDO/PGM/187/2016, assinado pela Procuradora Adjunta Maira da Silveira, através do OFÍCIO 084/2016, que informa o entendimento final, do Processo Administrativo Disciplinar aberto pela Prefeitura de Alegrete, não havendo acordo entre os órgãos, este Instituto encaminhou o Processo 23215.000139/2013-66 para a Procuradoria Seccional Federal de Santa Maria para realização de cobrança judicial dos valores respeitando PARECER/PF/IFFARROUPILHA Nº 189/2014, segue em anexo o memorando 187/2016 e ofício 084/2016. Quanto a rotinas mensais de cobrança, informamos que no exercício 2016 o IFFar possui um servidor cedido, e que atualmente a formalização ocorre via email, conforme Manual de Redação da Presidência da República, entretanto o IFFar vem trabalhando no aperfeiçoamento dos fluxos de seus procedimentos. Conforme anexos:

**Constatação 48:**

Fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade do Instituto, tais como imóveis com avaliação vencida e imóveis pendentes de regularização.

**Recomendação 55360:**

Promova a reavaliação dos imóveis que se encontram com a data da reavaliação vencida.

**Situação:** Monitorando

**Prazo Atendimento:** 02/01/2018

**Histórico**

**Manifestação do Gestor em 29/12/2017: Encaminhamento de providências**

Encaminha-se a complementação da unidade do IFFAR.

**Manifestação do Gestor em 22/12/2017: Encaminhamento de providências**

Encaminha-se o Memorando IF Farroupilha PROAD Nº 81/2017 e seus anexos em resposta à recomendação 55360.

**Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Prorrogação de prazo de atendimento**

Consoante informações prestadas pelo Gestor, o processo de reavaliação dos imóveis do instituto está em andamento. Portanto, prorroga-se o prazo para atendimento da presente recomendação.

**Recomendação 55362:**

Promova o registro no SPIUnet de todos os imóveis do Instituto.

**Situação:** Monitorando

**Prazo Atendimento:** 02/01/2018

**Histórico**

**Manifestação do Gestor em 22/12/2017: Encaminhamento de providências**

Encaminha-se o Memorando IF Farroupilha PROAD Nº 81/2017 e seus anexos em resposta à recomendação 55362.

**Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Prorrogação de prazo de atendimento**

O Gestor informou que os ajustes necessários visando promover o registro no SPIUnet de todos os imóveis do instituto estão em andamento. Portanto, concede-se novo prazo para atendimento.

Documento de Origem		
Relatório 201308814	Ordem de Serviço 201308814	Município/UF Santa Maria/RS
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		

**Constatação 1:**

Não adoção das medidas aplicáveis visando atualizar e regularizar os vínculos entre servidores do IF Farroupilha e empresas privadas.

**Recomendação 64497:**

Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes.

**Situação:** Atendida

**Histórico**

Posicionamento da CGU em 03/08/2017: Atendimento

Mediante consulta ao Sistema CNPJ, em 11 de julho de 2017, corrobora-se a informação prestada pelo Gestor acerca da empresa de CNPJ nº 04.717.657/0001-25, vinculada ao servidor Wellington Furtado Santos, ou seja,

"baixada".

**Manifestação do Gestor em 07/07/2017:** Encaminhamento de providências

Prezados, Encaminhamos em anexo, relatório de providencias a recomendação.

**Recomendação 64498:**

Apurar, no período em que os servidores referidos figuraram na qualidade de sócio-administrador, a infringência do regime de Dedicção Exclusiva, ou seja, o exercício de atividade privada, de caráter regular, não permitida no Decreto nº 04.604/87, artigo 15, e na Lei nº 12.772/2012, artigo 20 parágrafo 2º.

**Situação:** Cancelada

**Histórico**

Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Cancelamento

Considerando as informações e documentos disponibilizados pelo Gestor por ocasião do acompanhamento da Recomendação nº 64499, qual seja "Configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório", entende-se que as providências para atendimento da presente recomendação estão sendo adotadas visando o atendimento da Recomendação nº 64499. Portanto, cancela-se a Recomendação nº 64498 e acompanha-se a apuração da infringência do regime de Dedicção Exclusiva na Recomendação nº 64499.

**Manifestação do Gestor em 23/09/2016:** Encaminhamento de providências

Recomendações 64497-64498 Manifestação do Gestor em 15/09/2016: Recomendação solicita que o Instituto encaminhe comprovação da baixa de empresa junta a Receita Federal, segue anexo documentação dos servidores solicitados: JOSÉ NILTON RODRIGUES DORNELES – Comprovante Receita Federal CNPJ: 05.868.909/0001-80 – Data da Baixa: 07/04/2016; WELLINGTON FURTADO SANTOS – Comprovante de entrada na Receita Federal do CNPJ: 04.717.657/0001-25 de pedido de baixa. Conforme anexos:

**Recomendação 162716:**

Adotar providências para a realização do ressarcimento dos valores relativos à cessão do servidor de matrícula SIAPE nº 1160410.

**Situação:** Monitorando

**Prazo Atendimento:** 21/12/2017

**Histórico**

**Manifestação do Gestor em 21/12/2017:** Encaminhamento de providências

Em atenção à solicitação (recomendação 162716) encaminhamos em anexo o Ofício nº 00006/2016 PROT/PFIFFARROUPILHA/PGF/AGU que trata do encaminhamento do processo à Procuradoria Seccional Federal de Santa Maria RS

Posicionamento da CGU em 06/12/2017: Reiteração

Solicitamos anexar a cópia do Ofício que encaminhou o Processo nº 22215.000139/2013-66 para a Procuradoria Seccional Federal de Santa Maria/RS para análise e avaliação do atendimento da recomendação.

## Recomendação 64499:

Configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

### Situação: Atendida

#### Histórico

##### Posicionamento da CGU em 03/08/2017: Atendimento

O Gestor informou a respeito da situação dos servidores por meio de remessa dos processos acerca de reposição ao erário que foram anexados via Sistema de Acompanhamento de Recomendações. Da análise dos processos apresentados tem-se o que segue: a) Ana Carla dos Santos Gomes: O Parecer nº 004/2017 – Comissão de Responsável pela análise sobre Recomendações CGU sobre descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva – Portaria 0513/2017, de 06 de julho de 2017, referente ao processo nº 23243.001496/2016-57, registra que o setor de Contabilidade do IFFar emitiu parecer técnico, afirmando que não houve demonstrações contábeis a serem analisadas nem ganhos obtidos pela empresa em que Ana Carla dos Santos Gomes era sócia. A Comissão entendeu que o caso não configura descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva pois a servidora não exercia outra atividade concomitante com a docência e portanto não infringiu o § 2º, do art. 20, da Lei 12.772/2012. c) Diego Zeni: O Parecer nº 006/2017 – Comissão de Responsável pela análise sobre Recomendações CGU sobre descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva – Portaria 0513/2017, de 06 de julho de 2017, referente ao processo nº 23243.001495/2016-11, registra que o setor de Contabilidade do IFFar emitiu parecer técnico, concluindo que não há evidências que o sócio Diego Zeni tenha obtido ganhos na empresa. A Comissão entendeu que o caso não configura descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva pois o servidor não exercia outra atividade concomitante com a docência e portanto não infringiu o § 2º, do art. 20, da Lei 12.772/2012. d) Jose Nilton Rodrigues Domeles: O Parecer nº 005/2017 – Comissão de Responsável pela análise sobre Recomendações CGU sobre descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva – Portaria 0513/2017, de 06 de julho de 2017, referente ao processo nº 23243.001492/2016-11, registra que o setor de Contabilidade do IFFar emitiu parecer técnico, concluindo que não houve retirada de Pro Labores na empresa do sócio Jose Nilton Rodrigues Domeles. A Comissão entendeu que o caso não configura descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva pois o servidor não exercia outra atividade concomitante com a docência e portanto não infringiu o § 2º, do art. 20, da Lei 12.772/2012. e) Mariangela Amaral e Silva: O Parecer nº 001/2017 – Comissão de Responsável pela análise sobre Recomendações CGU sobre descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva – Portaria 0513/2017, de 18 de maio de 2017, referente ao processo nº 23243.001498/2016-46, registra que a servidora ingresso no IFFar em 23/08/2010 e, apesar da empresa continuar ativa, em 16/09/2008 foi feita alteração contratual cedendo e transferindo a totalidade do capital da servidora para Mainar Peronio, conforme cláusula 2ª do contrato de alteração da sociedade. A Comissão entendeu que o caso não configura descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva pois a servidora não exercia outra atividade concomitante com a docência e portanto não infringiu o § 2º, do art. 20, da Lei 12.772/2012. f) Rodrigo Belmonte da Silva: O Parecer nº 007/2017 – Comissão de Responsável pela análise sobre Recomendações CGU sobre descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva – Portaria 0513/2017, de 06 de julho de 2017, referente ao processo nº 23243.001493/2016-13, registra que o setor de Contabilidade do IFFar emitiu parecer técnico, concluindo que não houve movimento que caracterizasse registro de fatos contábeis para originar movimento econômico e financeiro da empresa, ou seja que não haveria nenhum tipo de ganho nestes anos. A Comissão entendeu que o caso não configura descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva pois o servidor não exercia outra atividade concomitante com a docência e portanto não infringiu o § 2º, do art. 20, da Lei 12.772/2012. g) Wellington Furtado Santos: O Parecer nº 002/2017 – Comissão de Responsável pela análise sobre Recomendações CGU sobre descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva – Portaria 0513/2017, de 06 de julho de 2017, referente ao processo nº 23243.001494/2016-68, registra que o servidor apresentou defesa alegando que a empresa, em 19/12/2013, teve a situação cadastral tida como baixada junto à Receita Federal e que a mencionada empresa

Furtado Santos, foi atendida. A situação do servidor Fabrício Silva Barbosa, citado no memorando, foi acompanhada por meio da Recomendação nº 129120 e a recomendação foi atendida

##### Manifestação do Gestor em 07/07/2017: Encaminhamento de providências

Prezados, Encaminho em anexo, providencia referente a recomendação.

## Constatação 2:

Não adoção das medidas aplicáveis visando atualizar e regularizar os vínculos entre servidores do IF Farroupilha e associações sem fins lucrativos.

### Recomendação 64500:

Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes.

### Situação: Atendida

#### Histórico

##### Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Atendimento

Consoante consulta ao Sistema CNPJ, em 03 de março de 2017, verificou-se que os servidores de Matrícula SIAPE nº 0050107, 0053829, 1788016 e 1809558 não possuem mais vínculo com as associações ou entidades sem finalidade lucrativa referenciadas no achado de auditoria. A mesma consulta indicou que os servidores de Matrícula SIAPE nº 1607716, 1757298 e 3372646 permanecem na condição de "Responsável Presidente". No entanto, é entendimento da Unidade Auditada, externado por meio do Parecer da Comissão de Apuração – Portaria nº 0953/2014, de 08 de julho de 2014, que os servidores comprovaram o afastamento das funções nas associações e entidades sem finalidade lucrativa, e que não houve prejuízo às atividades no instituto, apesar de tal situação não estar atualizada no Sistema CNPJ. Considerando que não há ilegalidade nos vínculos,

##### Manifestação do Gestor em 26/10/2016: Encaminhamento de providências

Memorando nº 1565/2016 – PRDI/CGGP Assunto: Respostas recomendações CGU 64499 64500 129120 (em

Documento de Origem		
Relatório 201318225	Ordem de Serviço 201318225	Município/UF Santa Maria/RS
Programa: PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO		

## Constatação 1:

Manutenção de vínculo indevido após assunção das obrigações decorrentes do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva.

### Recomendação 129120:

Apurar e providenciar o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação exclusiva pagas indevidamente, nos períodos em que os referidos docentes com dedicação exclusiva exerceram atividade remunerada de administração de empresa privada, contrariando o art. 20, parágrafo 2º, da Lei nº 12.772/2012.

### Situação: Atendida

#### Histórico

##### Posicionamento da CGU em 03/08/2017: Atendimento

O Parecer nº 003/2017 – Comissão Responsável pela análise sobre Recomendações CGU sobre descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva – Portaria 0513/2017, de 04 de julho de 2017, referente ao processo nº 23243.001497/2016-00, registra que o servidor apresentou defesa alegando que a empresa, alegando que a empresa teve sua situação cadastral tida como baixada junto à Receita Federal no ano de 2014 e que a empresa estava inativa nos anos de 2011 a 2014, sem qualquer movimentação financeira, conforme

configura descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva pois o servidor não exercia outra atividade concomitante com a docência e portanto não infringiu o § 2º, do art. 20, da Lei 12.772/2012.

##### Manifestação do Gestor em 07/07/2017: Encaminhamento de providências

Prezados, Encaminho em anexo, providencias a recomendação.

##### Manifestação do Gestor em 03/07/2017: Encaminhamento de providências

Prezados Encaminhamos Ofício nº 331/2017- Gabinete/IF Farroupilha referente a Recomendação 129120.

Documento de Origem		
Relatório 201601447	Ordem de Serviço 201601447	Município/UF Santa Maria/RS
Programa: Educação Profissional e Tecnológica		

**Constatação 1.1.1.3.:**

Realização de acompanhamento pedagógico oferecido pelo IF Farroupilha aos alunos do Pronatec em desacordo com orientações do manual do programa.

**Recomendação 162717:**

Elaborar e implementar ações de acompanhamento pedagógico que contemplem os objetivos descritos no Manual de Gestão do Pronatec.

**Situação:** Monitorando

**Prazo Atendimento:** 14/04/2018

**Histórico**

Posicionamento da CGU em 02/01/2018: Reiteração

O Gestor encaminhou o Memorando nº 374/2017 de 31/10/2017 e anexos em resposta a recomendação apontada. Da análise dos documentos apresentados, foram verificadas o atendimento parcial da recomendação, visto que restam pendentes: 1- Para o curso de Técnico em Estética e Técnico em Nutrição, restam pendentes as avaliações institucionais que ainda não foram concluídas. 2- Para o curso de Dietética e Técnico em Alimentos, restam pendentes os seguintes documentos: • realização das formações in loco através de veículo digital para coordenadores, professores e equipes; • os relatórios de acompanhamento pedagógico • planilha para acompanhamento de evasão escolar. Além disso, foi informado que avaliação institucional ainda não foi

mencionadas, reitera-se a recomendação.

**Manifestação do Gestor em 31/10/2017: Encaminhamento de providências**

Encaminhamos o Memorando nº 374/2017 e anexos que respondem a Recomendação CGU nº 162717. OBS: Terceira parte complementa anterior

**Recomendação 162718:**

Criar instrumento (normativo) de acompanhamento e avaliação periódica das ações pedagógicas implementadas nos cursos do Pronatec, levando-se em consideração se estão de acordo com as orientações do Manual de Gestão do Pronatec.

**Situação:** Atendida

**Histórico**

Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Atendimento

Conforme informado e comprovado pelo Gestor, foi editada a Instrução Normativa nº 03/2016/PROEX visando normatizar o acompanhamento e a avaliação das ações pedagógicas implementadas no âmbito do PRONATEC.

**Manifestação do Gestor em 28/09/2016: Encaminhamento de providências**

Para normatizar o acompanhamento e a avaliação periódica das ações pedagógicas implementadas nos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, levando em consideração o Manual de Gestão do Bolsa-Formação, foi criada a INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 03/2016/PROEX, conforme anexo IV. Anexo IV:

Constatação 1.1.1.6.:

Detalhamento insuficiente de normativo que trata da concessão de assistência estudantil aos participantes dos cursos Pronatec.

Recomendação 162719:

Inserir, no normativo interno do IF Farroupilha que regulamenta a assistência estudantil aos alunos do Pronatec, a forma de entrega do benefício, o valor pago, o mecanismo de pagamento e a frequência com que esse pagamento é realizado.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 14/04/2018

Histórico

Posicionamento da CGU em 02/01/2018: Reiteração

O Gestor encaminhou o Memorando nº 370/2017 de 31/10/2017 e anexos em resposta a recomendação apontada. Da análise dos documentos apresentados, foram verificados documentos contendo exemplos de levantamentos de valores de alimentos bem como de transportes, além do cálculo para o auxílio estudantil. No entanto, a recomendação tem seu atendimento parcial, visto que ainda é necessário alterar a Resolução nº 097/2015 (Resolução Ad Referendum nº 013/2016) incluindo o registrado no Memorando nº 160/2016 - Pró-Reitoria de Extensão, de 26 de junho de 2017.

Manifestação do Gestor em 31/10/2017: Encaminhamento de providências

Encaminhamos o Memorando 370/2017 e anexos que respondem a Recomendação 162719 CGU.

Constatação 1.1.1.8.:

Identificação de registros nos diários de classe com carga horária superior ao limite máximo estabelecido de quatro horas/aula por dia letivo executado.

Recomendação 162712:

Aprimorar a metodologia de cálculo dos valores a serem pagos aos professores-bolsistas do Pronatec, de forma a confirmar a efetiva realização das aulas relacionadas nas listas de chamadas das disciplinas.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/01/2018

Histórico

Manifestação do Gestor em 21/12/2017: Encaminhamento de providências

Encaminha-se em anexo o memorando n 449/2017 PROEX IF FARROUPILHA para atendimento à recomendação 162712, que constam Diários de classe; Folhas ponto; Solicitações de pagamento e Relatório de Consolidação de Pagamento.

Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Prorrogação de prazo de atendimento

A aplicabilidade das novas orientações acerca da sistemática de pagamentos emitidas por meio do Memorando nº 134/2016 - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, de 14 de junho de 2016, necessita ser testada. Portanto, disponibilizar, por meio do Sistema de Acompanhamento de Recomendações, os controles relativos aos procedimentos de conferência e pagamento relativos aos meses de outubro e novembro de 2016, cursos de Técnico em Logística e Técnico em Informática.

---

### Recomendação 162713:

Para as ocorrências citadas neste apontamento, adotar providências para a reposição dos respectivos valores pagos indevidamente.

#### Situação: Atendida

##### Histórico

##### Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Atendimento

Os documentos apresentados pelo Gestor corroboram a informação prestada. Portanto, considera-se atendida a recomendação.

##### Manifestação do Gestor em 28/09/2016: Encaminhamento de providências

As horas informadas a mais, foram todas compensadas imediatamente com realização da sequência das respectivas aulas, conforme registradas nos diários de classe, anexo II. Deste modo, não havendo prejuízo ao erário, conforme evidenciado na tabela 1 que demonstra os empenhos, arquivos no anexo II - EMPENHOS CANDELÁRIA 2015 e EMPENHOS CANDELÁRIA 2016, e os respectivos valores pagos. Ressaltamos que os valores pagos correspondem à exata carga horária prevista para as disciplinas. Enfatiza-se que todos os docentes já haviam concluído suas disciplinas e devido a atraso no repasse do financeiro pelo FNDE, não haviam recebido. Desta forma, não havendo a necessidade de reposição de valores. Tabela 1 – Demonstrativo

---

### Recomendação 162720:

Efetuar levantamento dos pagamentos efetuados para demais bolsistas a fim de verificar se ocorreram situações semelhantes à relatada nesta constatação, apurar os valores e obter reposição dos respectivos valores pagos indevidamente.

#### Situação: Atendida

##### Histórico

##### Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Atendimento

Os documentos apresentados pelo Gestor corroboram a informação prestada. Portanto, considera-se atendida a recomendação.

##### Manifestação do Gestor em 21/11/2016: Encaminhamento de providências

Foi realizado o levantamento, conforme tabela I, ANEXO I, onde se demonstra os empenhos e as solicitações de pagamentos e os pagamentos efetuados, no período de março a outubro de 2016. Nos totais apresenta-se os seguintes itens: - Total Solicitação de Pagamentos: somatório das solicitações de pagamentos, sem o desconto de 11% referente ao INSS, valor bruto. - Total Solicitação de Pagamentos (-11%): somatório das solicitações de pagamentos com desconto de 11% referente ao INSS, para os bolsistas externos. Para os bolsistas internos não incidência do desconto de 11%. - Total Valor Pago (-11%): valor já creditado na conta do

valor pendente de repasse de financeiro pelo FNDE, para efetivar o depósito na conta corrente do bolsista. - Saldo de Empenho (bruto): que refere-se a atividade que ainda deverão ser realizadas e posteriormente pagas. Os valores referentes a 2015 já foram informados em resposta anterior (OS: 201601447), assim, na tabela I consta apenas os empenhos realizados no ano de 2015, visando demonstrar a totalidade da carga horária empenhada para cada bolsista. No caso do docente Leonel Scortegagna, observa-se que o valor empenhado a mais foi cancelado, fato já justificado em resposta anterior (OS: 201601447). Dessa forma, através do levantamento realizado e, demonstrado na tabela I, não foram identificados valores pagos indevidamente,

#### Constatação 2.1.1.2.:

Inexistência ou apresentação de forma superficial de informações que deveriam constar no Parecer da Unidade de Auditoria Interna.

##### Recomendação 162714:

Nas próximas contas, elaborar o Parecer da Unidade de Auditoria Interna observando as exigências e orientações estabelecidas nos normativos do TCU e no sistema e-contas.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 29/05/2018

Histórico

Posicionamento da CGU em 03/07/2017: Prorrogação de prazo de atendimento

Tendo em vista que o Instituto não teve sua contas apreciadas e julgadas no exercício de 2016, prorrogamos o prazo de atendimento da recomendação para que nas próximas contas seja avaliado o Parecer apresentado pela Auditoria Interna da Unidade.

Posicionamento da CGU em 08/03/2017: Prorrogação de prazo de atendimento

Consoante o disposto no Anexo I à Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, a data-limite para apresentação do relatório de gestão e informações suplementares da prestação de contas do exercício de 2016, a ser efetuada exclusivamente por meio do Sistema e-Contas, é 31 de março de 2017. Portanto, prorrogase o prazo para atendimento da presente recomendação.

Manifestação do Gestor em 06/10/2016: Encaminhamento de providências

Nos próximos relatórios de prestação de contas a Unidade de Auditoria Interna expedirá seu parecer, de forma analítica, conforme as exigências e orientações estabelecidas nos normativos do TCU e no sistema e-contas.

---

#### Constatação 2.1.2.2.:

Impropriedades no gerenciamento da cessão de pessoal.

##### Recomendação 162715:

Adotar procedimentos de modo que as apropriações dos valores a receber e recebidos por ocasião de cessão de pessoal sem ônus para o IF Farroupilha sejam efetuadas fidedignamente e tempestivamente nos sistemas contábeis pertinentes.

Situação: Atendida

Histórico

Posicionamento da CGU em 02/01/2018: Atendimento

O Gestor apresentou o Memorando PROAD N° 66/2017, de 01/11/2017, demonstrando a sistemática que seria utilizada para contabilizar os créditos decorrentes de possível cessão de servidor na conta contábil 1.1.3.8.1.12.00 - CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL. Conforme o Ofício nº 0329/2017 - GABINETE/Reitoria/ IF Farroupilha, de 03 de julho de 2017, não há servidores cedidos desde 31 de dezembro de 2016, no entanto a conta apresenta um saldo de 2.213.411,80. Conforme esclarecido, o crédito se trata de erro de registro em conta contábil, cuja correção a Unidade já solicitou orientação ao MEC. Sendo assim,

Manifestação do Gestor em 01/11/2017: Encaminhamento de providências

Prezados, Segue Memorando PROAD N° 66/2017 com providencias adotadas. Atenciosamente,

### 8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

O lançamento feito no item “Débito < R\$ 75.000” é relativo a informações sobre o desaparecimento de patrimônio da Reitoria do IFFar e utilização indevida do auxílio transporte, ainda em processo de instauração de sindicâncias investigativas.

Quadro 51 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Casos de dano Objeto de medidas administrativas internas	Tomada de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos *	Arquivamentos			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não comprovação	Débito < R\$ 75.000		
2								

Fonte: COPSIA.

### 8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos e obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Este item tem por finalidade demonstrar informações relativas às disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

A regra instituída pelo artigo quinto da Lei de licitações, a qual indica a necessidade o atender de forma estrita ordem cronológica dos pagamentos, é respeitada dentro das possibilidades de suficiências de saldo nas dotações orçamentárias empenhadas. Observa-se alguns fatores que dificultam a observação do cronograma de forma contundente, são elas:

- O montante de financeiro disponibilizado para pagamento ao longo dos últimos três exercícios foi sempre inferior ao total liquidado a pagar;
- As liberações na grande maioria das vezes ocorreram uma vez por mês, geralmente com data base para coleta de informações dias anteriores ao final do mês corrente;
- As liberações recursos provenientes do FNDE, através de fonte específica, demora mais que as demais fontes relativas ao orçamento consignado na LOA;
- Não uma sincronia entre a liberação de recursos das fontes de recursos descentralizados, com os consignados na LOA. Desta forma, não há como seguir de forma rígida o cronograma de pagamento, mas sim um cronograma por fonte de vinculação.
- Não há segurança quanto ao montante de financeiro liberado, isso faz com que o gestor defina o que vai ser pago em função da continuidade dos serviços que envolvem terceirizados, em detrimento dos demais pagamentos. Isso para que os serviços não sejam paralisados e com isso prejudicaria principalmente as atividades de ensino;
- Definição por parte da SPO/SETEC/MEC, de prioridades de pagamentos na seguinte ordem: 1) Despesas com assistência aos estudantes; 2) Despesas com energia elétrica, água e esgoto; 3) Demais despesas.
- Os recursos de investimento sempre chegam em menor proporção do que os de custeio. E quando refere-se a TED, as dificuldades de liberação são ainda maiores.

Quanto ao controle, este é realizado por meio de ferramentas do próprio sistema de operacionalização dos pagamentos (SIAFI), dos relatórios do Tesouro Gerencial e da constante

orientação aos atores envolvidos no processo de execução orçamentária e financeira. Entende-se que a capacitação e orientação dos envolvidos possibilitam o entendimento do processo e consequentemente redução dos riscos.

Destaca-se que a instituição possui regulamento que institui procedimentos e regras no que se refere a compras, licitações e contratos, porém a base legal para esse ponto recai sobre o art. 5º da Lei 8.666/93.

### **8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

Este item tem por finalidade fornecer informações sobre as revisões realizadas pela UPC em contratos firmados com empresas de segmentos que se beneficiaram da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Destaca-se que fora realizada análise prévia dos contratos vigentes e encerrados no âmbito institucional. Gerou-se dúvidas sobre a interpretação dos contratos relativos a obras e a empresas relacionadas a TI, o que precisará de análise mais profunda e qualificada. A instituição deverá desenvolver o estudo sobre a revisão dos contratos.

### **8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda**

Neste tópico, apresentam-se informações relevantes sobre as despesas com ações de publicidade e propaganda, contemplando a classificação correspondente à despesa e a apresentação dos principais resultados.

Quadro 52 - Despesas com publicidade e propaganda no IFFar, exercício de 2017, em mil reais

<b>Publicidade</b>	<b>Programa/Ação Orçamentária</b>	<b>Valores Empenhados</b>	<b>Valores Pagos</b>
Institucional	2080.20RL.26420.0043	706,52	706,52
Legal*	2080.20RL.26420.0043	183.550,60	149.922,46
Mercadológica			
Utilidade pública	2080.20RL.26420.0043	83.290,96	83.290,96

Fonte: SIAFI/ TESOURO GERENCIAL

• Valores pagos RP em 2017 = R\$ 79.253,73

Destaca-se que os valores gastos com as ações de publicidade e propaganda foram desenvolvidos por intermédio da EDC, através de contrato firmado com esta. É mister indicar que as despesas são executadas de forma descentralizada nas unidades executoras.

## 8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 53 - Oferta de Língua Brasileira de Sinais – Libras conforme o art. 3º do Decreto 5.626/2005

<b>Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória</b>	<b>Cód. Curso (e-MEC)</b>	<b>Município</b>	<b>Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005</b>	<b>Publicação</b>
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1128930	Alegrete/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Alegrete.pdf">file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Alegrete.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1191349	Júlio de Castilhos/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Juliodecastilhos%20(2).pdf">file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Juliodecastilhos%20(2).pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1314994	Panambi/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Panambi.pdf">file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Panambi.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1309618	Santa Rosa/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Santa%20Rosa.pdf">file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Santa%20Rosa.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1342455	Santo Augusto/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_SantoAugusto.pdf">file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_SantoAugusto.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1103186	São Vicente do Sul/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_SaoVicentedoSul.pdf">file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_SaoVicentedoSul.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Computação	121464	Santo Augusto/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/58b971f4661ec_LicComputacao_SantoAugusto.pdf">file:///D:/Downloads/58b971f4661ec_LicComputacao_SantoAugusto.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Computação	1379294	Santo Ângelo/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicComputacao_SantoAngelo.pdf">file:///D:/Downloads/LicComputacao_SantoAngelo.pdf</a>

Curso Superior de Licenciatura em Física	1168335	São Borja/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/57bd96239b34f_LicFisica_SaoBorja.pdf">file:///D:/Downloads/57bd96239b34f_LicFisica_SaoBorja.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	1128936	Alegrete/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicMatematica_Alegrete%20(1).pdf">file:///D:/Downloads/LicMatematica_Alegrete%20(1).pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	1103185	Júlio de Castilhos/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicMatematica_Juliodecastilhos%20(2).pdf">file:///D:/Downloads/LicMatematica_Juliodecastilhos%20(2).pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	1128938	Santa Rosa/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicMatematica_SantaRosa.pdf">file:///D:/Downloads/LicMatematica_SantaRosa.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	1168573	São Borja/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicMatematica_SaoBorja%20(3).pdf">file:///D:/Downloads/LicMatematica_SaoBorja%20(3).pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Química	1103163	Alegrete/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicQuimica_Alegrete%20(3).pdf">file:///D:/Downloads/LicQuimica_Alegrete%20(3).pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Química	1128937	Panambi/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicQuimica_Panambi.pdf">file:///D:/Downloads/LicQuimica_Panambi.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Química	1128939	São Vicente do Sul/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/LicQuimica_SaoVicentedoSul.pdf">file:///D:/Downloads/LicQuimica_SaoVicentedoSul.pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias	1269249	Jaguari/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/57ff7ad9a094d_LicEducacaoCampo_Jaguari%20(1).pdf">file:///D:/Downloads/57ff7ad9a094d_LicEducacaoCampo_Jaguari%20(1).pdf</a>
Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza	1269210	Jaguari/RS	Sim	Sim. Site: <a href="file:///D:/Downloads/57ff7ad9a094d_LicEducacaoCampo_Jaguari%20(1).pdf">file:///D:/Downloads/57ff7ad9a094d_LicEducacaoCampo_Jaguari%20(1).pdf</a>

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Gestão consiste no conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, relativos à gestão organizacional. Sua elaboração visa a possibilitar uma visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão, bem como a facilitar e a auxiliar na transparência da gestão, por meio da disponibilização de informações à sociedade.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha tem como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Em 2017, a instituição atuou para dar continuidade e cumprimento ao planejamento estratégico definido no PDI 2014-2018. Assim, foram realizadas ações que possibilitaram modernizar a infraestrutura de TI e tornar as rotinas de trabalho administrativo mais eficientes. Também oportunizaram o aumento da oferta de cursos e vagas no Instituto e a realização de investimentos em infraestrutura e equipamentos.

É importante registrar que, durante o referido exercício, o Instituto Federal Farroupilha enfrentou algumas dificuldades com a redução dos recursos orçamentário. Mas, ainda assim, a instituição conseguiu superá-las através de ações de readequação do planejamento. Nessa linha, o Instituto Federal Farroupilha realizou ações continuadas para diminuir os índices de evasão e de retenção escolar, além de ações para promover a articulação entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidando a qualidade de ensino proposta pela instituição.

O presente Relatório de Gestão, por ser um documento de prestação de contas aos órgãos de controle e à comunidade, também serve como uma importante ferramenta de gestão, pois muitas decisões institucionais são tomadas a partir dos resultados apresentados neste relatório. Assim, com o Relatório de Gestão 2017, o Instituto Federal Farroupilha realiza sua prestação de contas, referente ao exercício de 2017 e atende a sua obrigação junto aos órgãos de controle interno e externo, conforme previsto no art. 70 da Constituição Federal e considerando as demais normativas e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>636.919,07</b>	<b>1.437.929,07</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>284.013.112,00</b>	<b>259.802.047,40</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>50.146,64</b>	<b>34.233,40</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>68.310.585,74</b>	<b>80.159.257,96</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>593.833,46</b>	<b>1.417.438,34</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>215.702.526,26</b>	<b>179.642.789,44</b>
Educação	388,00		Educação	201.216.855,30	172.095.390,10
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	593.445,46	1.417.438,34	Seguridade Social (Exceto RGPS)	9.711.896,60	6.408.168,45
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-7.061,03	-13.742,67	Operação de Crédito	300.000,00	250.000,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	521.764,20	889.230,89
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.952.010,16	
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>331.884.366,55</b>	<b>309.978.177,43</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>45.183.831,06</b>	<b>52.338.884,71</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	295.683.240,79	269.064.627,49	Resultantes da Execução Orçamentária	30.098.451,14	34.851.570,56
Repasse Recebido	265.584.789,65	234.262.195,13	Repasse Concedido		49.138,20
Sub-repasse Recebido	30.098.451,14	34.802.432,36	Sub-repasse Concedido	30.098.451,14	34.802.432,36
Independentes da Execução Orçamentária	36.201.125,76	40.913.549,94	Independentes da Execução Orçamentária	15.085.379,92	17.487.314,15
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	35.542.243,67	39.714.604,56	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	14.985.764,04	17.453.080,75
Demais Transferências Recebidas		461,52	Demais Transferências Concedidas	49.081,24	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	658.882,09	1.198.483,86	Movimento de Saldos Patrimoniais	50.534,64	34.233,40
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>18.017.182,61</b>	<b>25.332.877,91</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>21.562.762,73</b>	<b>25.128.358,20</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	255.643,54	1.174.047,26	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.074.765,18	8.272.865,46
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	17.610.792,83	23.933.497,97	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20.323.609,81	16.623.976,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	150.746,24	225.332,68	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	164.387,74	205.873,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	25.642,16
			Demais Pagamentos		25.642,16
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>2.926.730,02</b>	<b>3.447.035,92</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>2.705.492,46</b>	<b>2.926.730,02</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.926.730,02	3.447.035,92	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.705.492,46	2.926.730,02
<b>TOTAL</b>	<b>353.465.198,25</b>	<b>340.196.020,33</b>	<b>TOTAL</b>	<b>353.465.198,25</b>	<b>340.196.020,33</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>636.919,07</b>	<b>-509.425,93</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>358.340,00</b>	<b>358.340,00</b>	<b>165.060,38</b>	<b>-193.279,62</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	168.884,00	168.884,00	164.558,23	-4.325,77
Valores Mobiliários	189.456,00	189.456,00	502,15	-188.953,85
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>224.859,00</b>	<b>224.859,00</b>	<b>111.314,12</b>	<b>-113.544,88</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>38.844,00</b>	<b>38.844,00</b>	<b>114.386,29</b>	<b>75.542,29</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>510.663,00</b>	<b>510.663,00</b>	<b>132.329,26</b>	<b>-378.333,74</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	510.663,00	510.663,00	132.329,26	-378.333,74
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>13.639,00</b>	<b>13.639,00</b>	<b>113.829,02</b>	<b>100.190,02</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	54.034,85	54.034,85
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.639,00	13.639,00	59.054,17	45.415,17
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	740,00	740,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>636.919,07</b>	<b>-509.425,93</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>636.919,07</b>	<b>-509.425,93</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>283.376.192,93</b>	<b>283.376.192,93</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>1.146.345,00</b>	<b>284.013.112,00</b>	<b>282.866.767,00</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>246.070.433,00</b>	<b>277.776.466,00</b>	<b>276.698.438,97</b>	<b>264.305.588,98</b>	<b>264.049.945,44</b>	<b>1.078.027,03</b>
Pessoal e Encargos Sociais	186.622.189,00	218.690.831,00	216.277.809,01	216.277.809,01	216.277.809,01	2.413.021,99
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	59.448.244,00	59.085.635,00	60.420.629,96	48.027.779,97	47.772.136,43	-1.334.994,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.218.965,00</b>	<b>5.518.965,00</b>	<b>7.314.673,03</b>	<b>2.096.730,19</b>	<b>2.096.730,19</b>	<b>-1.795.708,03</b>
Investimentos	5.218.965,00	5.518.965,00	7.314.673,03	2.096.730,19	2.096.730,19	-1.795.708,03
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>251.289.398,00</b>	<b>283.295.431,00</b>	<b>284.013.112,00</b>	<b>266.402.319,17</b>	<b>266.146.675,63</b>	<b>-717.681,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>251.289.398,00</b>	<b>283.295.431,00</b>	<b>284.013.112,00</b>	<b>266.402.319,17</b>	<b>266.146.675,63</b>	<b>-717.681,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>251.289.398,00</b>	<b>283.295.431,00</b>	<b>284.013.112,00</b>	<b>266.402.319,17</b>	<b>266.146.675,63</b>	<b>-717.681,00</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>991.549,77</b>	<b>10.327.806,07</b>	<b>9.533.332,24</b>	<b>9.461.601,80</b>	<b>864.072,73</b>	<b>993.681,31</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	991.549,77	10.327.806,07	9.533.332,24	9.461.601,80	864.072,73	993.681,31
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.945.868,30</b>	<b>13.605.691,90</b>	<b>10.898.571,43</b>	<b>10.862.008,01</b>	<b>378.874,21</b>	<b>4.310.677,98</b>
Investimentos	1.945.868,30	13.605.691,90	10.898.571,43	10.862.008,01	378.874,21	4.310.677,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.937.418,07</b>	<b>23.933.497,97</b>	<b>20.431.903,67</b>	<b>20.323.609,81</b>	<b>1.242.946,94</b>	<b>5.304.359,29</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>148.068,47</b>	<b>1.166.424,91</b>	<b>1.039.033,62</b>	<b>126.698,81</b>	<b>148.760,95</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	148.068,47	1.166.424,91	1.039.033,62	126.698,81	148.760,95
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>63.975,47</b>	<b>65.055,74</b>	<b>35.731,56</b>	<b>14.239,60</b>	<b>79.060,05</b>
Investimentos	63.975,47	65.055,74	35.731,56	14.239,60	79.060,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>212.043,94</b>	<b>1.231.480,65</b>	<b>1.074.765,18</b>	<b>140.938,41</b>	<b>227.821,00</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>218.041.516,27</b>	<b>199.968.419,93</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>218.041.516,27</b>	<b>199.968.419,93</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>3.068.246,72</b>	<b>3.289.484,28</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>23.410.537,78</b>	<b>28.342.509,73</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>214.973.269,55</b>	<b>196.678.935,65</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>455.769,65</b>	<b>419.637,44</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>194.175.208,84</b>	<b>171.206.272,76</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>27.397.940,07</b>	<b>22.409.554,92</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>6.145.670,17</b>	<b>6.856.223,68</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	27.397.940,07	22.409.554,92	Execução dos Atos Potenciais Passivos	6.145.670,17	6.856.223,68
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	117.946,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	27.380.682,20	22.274.351,05	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	10.606,34	10.606,34
Direitos Contratuais a Executar	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais a Executar	6.135.063,83	6.845.617,34
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>27.397.940,07</b>	<b>22.409.554,92</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.145.670,17</b>	<b>6.856.223,68</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-3.908.457,40</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-16.433.833,66</b>
Educação	-14.523.461,61
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-281.335,19
Operação de Crédito	-295.443,01
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.823.933,83
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-3.157.527,68
<b>TOTAL</b>	<b>-20.342.291,06</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>12.773.232,20</b>	<b>13.613.169,12</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>332.672.031,86</b>	<b>311.641.439,18</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>636.919,07</b>	<b>1.437.929,07</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	164.558,23	163.647,55
Receita Agropecuária	111.314,12	214.361,84
Receita Industrial	114.386,29	101.701,81
Receita de Serviços	132.329,26	741.472,51
Remuneração das Disponibilidades	502,15	166.766,22
Outras Receitas Derivadas e Originárias	113.829,02	49.979,14
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>332.035.112,79</b>	<b>310.203.510,11</b>
Ingressos Extraorçamentários	150.746,24	225.332,68
Transferências Financeiras Recebidas	331.884.366,55	309.978.177,43
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-319.898.799,66</b>	<b>-298.028.270,06</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-244.143.371,07</b>	<b>-217.894.374,10</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-11.798.786,04	-8.514.812,95
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-232.344.585,03	-209.379.561,15
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-30.407.209,79</b>	<b>-27.563.495,28</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-30.377.809,79	-27.528.104,24
Outras Transferências Concedidas	-29.400,00	-35.391,04
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-45.348.218,80</b>	<b>-52.570.400,68</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-164.387,74	-205.873,81
Transferências Financeiras Concedidas	-45.183.831,06	-52.338.884,71
Demais Pagamentos	-	-25.642,16
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-12.994.469,76</b>	<b>-14.133.475,02</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-12.994.469,76</b>	<b>-14.133.475,02</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.627.724,48	-13.806.967,34
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-366.745,28	-326.507,68
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-221.237,56</b>	<b>-520.305,90</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>2.926.730,02</b>	<b>3.447.035,92</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>2.705.492,46</b>	<b>2.926.730,02</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>529.063.115,52</b>	<b>421.015.670,06</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>529.595,41</b>	<b>1.233.879,32</b>
Venda de Mercadorias	111.314,12	214.361,84
Vendas de Produtos	120.990,42	110.794,35
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	297.290,87	908.723,13
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>555,67</b>	<b>166.812,13</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	53,52	45,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	502,15	166.766,22
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>332.762.299,97</b>	<b>319.507.946,07</b>
Transferências Intragovernamentais	331.884.366,55	309.978.177,43
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	877.933,42	9.529.768,64
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>195.656.835,45</b>	<b>100.056.923,78</b>
Reavaliação de Ativos	27.780.678,54	26.386.316,78
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	167.768.844,23	67.828.221,74
Ganhos com Desincorporação de Passivos	107.312,68	5.842.385,26
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>113.829,02</b>	<b>50.108,76</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	113.829,02	50.108,76
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>510.756.933,42</b>	<b>370.859.045,19</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>217.542.951,68</b>	<b>183.006.027,93</b>
Remuneração a Pessoal	173.967.617,63	142.942.903,06
Encargos Patronais	30.556.438,80	27.031.133,66
Benefícios a Pessoal	12.978.942,40	13.006.333,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	39.952,85	25.658,10
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>11.799.106,66</b>	<b>8.524.079,44</b>
Aposentadorias e Reformas	10.372.609,73	7.385.623,44
Pensões	1.426.496,93	1.138.456,00
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>45.578.832,20</b>	<b>48.084.428,10</b>
Uso de Material de Consumo	4.791.577,44	4.471.631,52
Serviços	34.293.361,72	37.440.307,80
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.493.893,04	6.172.488,78
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>8.068,31</b>	<b>15.859,97</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.007,28	10.348,03
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	7.061,03	5.511,94
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>45.952.114,60</b>	<b>61.249.604,13</b>
Transferências Intragovernamentais	45.183.831,06	52.338.884,71
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	768.283,54	8.910.719,42
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>184.508.411,05</b>	<b>63.666.681,06</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	113.956.514,53	4.263.833,82
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	258.608,94	67.618,84
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	70.293.287,58	59.335.228,40



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	<b>178.744,18</b>	<b>177.979,57</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.731,62	27.315,69
Contribuições	168.012,56	150.663,88
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>5.188.704,74</b>	<b>6.134.384,99</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	4.883.588,05	5.843.447,60
Subvenções Econômicas	29.400,00	35.391,04
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	275.716,69	255.546,35
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>18.306.182,10</b>	<b>50.156.624,87</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

NOTA EXPLICATIVA DESPESAS CORRENTES – 4º TRIMESTRE DE  
2017

O orçamento é uno, total, universal, anual conforme os princípios estabelecidos pela Lei 4.320/64 e Constituição Federal de 1988. No contexto do IF Farroupilha a Dotação Inicial da Despesa Orçamentária para Despesas correntes foi de R\$ 246.070.433,00 posteriormente essa dotação foi atualizada para R\$ 277.746.446,00. Em 2017 foram empenhados R\$ 276.698.438,97, execução de 99,61, deste valor empenhado foram liquidados 264.305.588,98, ou seja 95,52% do empenhado foi liquidado, deste valor R\$ 264.049.945,44, isto é 99,90% do liquidado foi pago. O saldo da dotação Despesas Correntes ao final de 2017 é de 1.048.008,00. As Despesas Correntes representam 97,42% do total das Despesas Orçamentárias do Órgão que foram atualizadas em R\$ 283.295.431,00.

NOTA EXPLICATIVA Nº 2 – 4º TRIMESTRE DE 2017

Os estoques no âmbito do IF Farroupilha em sua grande maioria são frutos de aquisições no mercado e usados na manutenção das atividades fim e meio da Instituição, uma parte ínfima vem de produção própria em apenas algumas entidades que efetuam atividades agrícolas e pecuárias oriundas das atividades de ensino.

A constituição dos Estoques do IF Farroupilha contabilmente assim se encontra ao final de junho de 2017:

1.1.5.6.1.01.00	MATERIAIS DE CONSUMO	1.431.736,21 D
1.1.5.6.1.02.00	GENEROS ALIMENTICIOS	25.415,84 D
1.1.5.6.1.03.00	MATERIAIS DE CONSTRUCAO	726,00 D
1.1.5.8.0.00.00	OUTROS ESTOQUES	44.395,99 D
1.1.5.8.1.00.00	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDACAO	44.395,99 D
1.1.5.8.1.01.00	MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EM	936,12 D
1.1.5.8.1.01.01	ESTOQ MAT ACOND E EMBALAGEM - ARMA	936,12 D
1.1.5.8.1.02.00	ESTOQUES PARA DISTRIBUICAO	27.860,96 D
1.1.5.8.1.02.01	MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA	27.860,96 D
1.1.5.8.1.03.00	ESTOQUES PARA DOACAO E/OU PERMUTA	15.598,91 D
1.1.5.8.1.03.01	MERCADORIAS PARA DOACAO - ESTOQUE	15.598,91 D

Fonte: SIAFI2017

A variação monetária positiva dos estoques no IF Farroupilha foi de 74.744,93 entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017, um aumento no saldo que em percentual significa 5,24% para cima e hoje os estoques representam 0,69% do total do ativo no órgão.

Já recomendamos as nossas unidades a proceder reclassificação entre contas de estoque e utilizar somente a conta 115610100 Materiais de Consumo para facilitar o controle, pois esta em seus subitens (contas correntes) agrega todos os tipos de materiais que as outras contas de estoque abrangem.

NOTA EXPLICATIVA Nº 1 – 4º TRIMESTRE DE 2017

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31.12.2017 o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 211.196.622,59 relacionados ao imobilizado, assim configurado e divido:

1.2.3.1.1.00.00	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO	73.220.248,74	D
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO	172.243.043,82	D
1.2.3.8.1.00.00	DEPREC, EXAUSTAO E AMORTIZ ACUMULA	34.253.739,72	C
1.2.3.9.1.00.00	REDUCAO AO VALOR RECUP DE IMOBILIZ	12.930,25	C

Fatos relevantes acontecidos no quarto trimestre de 2017 em relação o imobilizado:

Podemos citar como fato relevante relativo ao Imobilizado no quarto trimestre de 2017 o que diz respeito aos bens imóveis que teve uma

variação monetária de 19.127.274,64 para mais em relação a 31.12.2016 devido a lançamentos de imóveis que se encontravam pendentes de registro no SPIUNET e também de reavaliações desses imóveis que fizeram parte do processo 23243.0001653/2016-24 elaborado por equipe de Engenheiros e que ocasionou uma série de ajustes nos valores contábeis de quase que a totalidade dos imóveis do IF Farroupilha. A conta sintética do grupo, Imóveis totalizava em dezembro de 2016 R\$ 193.201.025,68 saltando para R\$ 211.196.622,59 ao final de setembro de 2017, majoração de 9,31 % no período e os imóveis representam hoje 79 % do total do Ativo. A contrapartida na Demonstração de Variações Patrimoniais é o item Ganhos com incorporação de Ativos que por considerar a comparação de dezembro de 2016 com dezembro de 2017 tem uma alta bem mais significativa de 147,34% (onde se agrega também as aquisições de bens móveis) se compararmos com a evolução do saldo dos imóveis no Balanço Patrimonial já que os lançamentos que nos referimos anteriormente começaram a ser procedidos no último trimestre de 2016 (a maioria foi feita até 31.12.2016) e prosseguiram no começo de 2017.

Quanto aos bens móveis podemos visualizar uma variação monetária significativa também no valor de R\$ 5.083.924,40, trespassando de R\$ 68.1363.324,340 no final de 2016 para R\$ 73.220.248.74 no 4º trimestre de 2017, o que representa aumento de 7,46% e atualmente os bens móveis representam 33,58% do total do Ativo. Esse aumento no saldo da conta analítica de bens móveis se deve principalmente a novas aquisições e aí destacamos a conta 123110201 Equipamento de Processamento de Dados que totalizou R\$ 2.052.512,25 em aquisições que são representadas pelas liquidações (apropriações para pagamento) no SIAFI. A contrapartida na Demonstração de Variações Patrimoniais também se encontra, semelhantemente aos aumentos do saldo das contas de bens imóveis, no item Ganhos com Incorporação de Ativos que soma as incorporações de bens móveis e imóveis os quais compõe o saldo total.

Foram realizadas reavaliações de imóveis em geral e do grupo de bens móveis Veículos de Tração Mecânica e Veículos Diversos ainda durante o exercício de 2016. Estamos em fase de estudos e organização

para proceder reavaliações de todos os grupos de contas do Ativo Imobilizado, mas especificamente relativo a bens móveis. Alguns bens já se encontram totalmente depreciados e registrados pelo seu valor residual na Contabilidade. Vários fatores ainda não nos permitiram realizar regularmente as reavaliações e entre eles citamos uma deficiência que tínhamos no Sistema de Controle Patrimonial que apresentava muitos defeitos no seu funcionamento e causava distorções contábeis, sendo que este problema está sendo resolvido pela migração para um sistema mais moderno, amplo, funcional e preciso. Estamos em fase de ajustes devido a esta migração e depois de concluída esta etapa partiremos para efetuar as reavaliações que citamos. Outro fator que nos causa dificuldade em realizar este processo é o escasso número de servidores em algumas UG que ainda estão em fase de implantação e organização, e pouca experiência no setor de Patrimônio, mas asseguramos que estamos buscando melhorar a estrutura para sanar também esse obstáculo.

NOTA EXPLICATIVA Nº 4 – 4º TRIMESTRE DE 2017

Quanto ao Intangível no Órgão 26420 temos a informar que algumas Unidades Gestoras apresentam diferenças na conta de Softwares 124110101, devido a implantação do novo sistema de Controle Patrimonial que ainda não possibilita o lançamento de NF de aquisição desse tipo de bem. As diferenças que citamos ocorrem entre o Sistema Financeiro (SIAFI) e o Sistema de Controle Patrimonial (SIPAC). Logo que a funcionalidade de lançamento de NF de aquisição dos bens citados for disponibilizada no sistema as diferenças serão sanadas, pois a Coordenação de Contabilidade já orientou as Unidades a manter arquivo com as NF e lançá-las quando da liberação no Sistema de Controle.

## NOTA EXPLICATIVA PROVISÕES – 4º TRIMESTRE DE 2017

As provisões são passivos de prazo e valor incerto mas que se tem quase certeza que futuramente irão ocorrer. Ao aplicarmos os princípios contábeis da prudência e da competência devemos provisionar passivos que também podem ser perdas de ativos que provável ou certamente ocorrerão futuramente e que devem influenciar no resultado de um período de apuração.

No Instituto Federal Farroupilha tivemos contabilizadas no exercício de 2017 somente provisões de encargos trabalhistas que são aquelas oriundas da contratação de serviços terceirizados continuados com cessão de mão de obra em três unidades somente: 158127, 155570 e 158266. Isto devido a algumas UG estarem procedendo de maneira diferente, gerando ordem bancárias e depositando diretamente na conta sem contabilizar a provisão. Iremos padronizar o procedimento no exercício 2018 para que todas as Unidades Gestoras procedam conforme o padrão correto e tenham contabilizadas suas provisões na conta 897112100.

## NOTA EXPLICATIVA Nº 5 – 4º TRIMESTRE DE 2017

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita Sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade, em outras palavras deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo recebimento.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas destaca-se na Demonstração das Variações Patrimoniais 4º trimestre comparando-se ao mesmo período do exercício passado no horizonte do IF Farroupilha a evolução do saldo de item em relação ao mesmo período do exercício passado, que segue abaixo:

- Valorização e ganhos com Incorporação de Ativos que teve uma variação monetária destacada de R\$ 99.940.622,49 na comparação dos períodos. Em dezembro de 2016 o saldo foi de R\$ 67.828.221,74, já em dezembro de 2017 o saldo é de R\$ 167.768.844,23, crescimento de 147,34% no comparativo, representando hoje 31,71% das Variações Patrimoniais Aumentativas e tem como contrapartida no Balanço Patrimonial o lançamento de reavaliações de bens móveis e imóveis, sendo que em relação aos primeiros os procedimentos ainda estão pendentes em vários grupos de contas portanto para os próximos trimestres este saldo deve aumentar, além disso foram lançados bens imóveis que estavam pendentes de registro no SPIUNET causando efeitos diretos nos saldos das contas do Ativo Imobilizado.

Como já enunciado em Nota Explicativa sobre o Balanço Patrimonial estamos em período de migração de Sistema de Controle Patrimonial visando aprimorar nossos controles e torna-los mais efetivos e eficientes. Nosso próximo passo será concluir processo de reavaliação de todos os bens móveis, num passo a passo que deve ser por lotes reavaliando todos os bens pertencentes a um grupo de contas, como regem as normas vigentes, entre as quais destacamos as NBCT 16.1 e 16.11.



## NOTA EXPLICATIVA Nº 6 – 4º TRIMESTRE DE 2017

As Variações Patrimoniais Diminutivas correspondem ao registro da despesa sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade, em outras palavras deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo pagamento.

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas destaca-se na DVP 4º trimestre comparando-se ao mesmo período do exercício passado no horizonte do IF Farroupilha a evolução do saldo do seguinte item como descrito abaixo:

- Reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste p/ perdas que teve variação muito significativa de R\$ 4.263.833,82 (31.12.2016) para R\$ 113.956.514,53(31.12.2017), variável monetária de R\$ 101.962.579,77 no período. Estes valores representam bens que foram reavaliados e seu novo valor é menor que o valor líquido que o mesmo possuía à época do processo de reavaliação, em outras palavras é o reconhecimento da perda de capacidade dos bens de gerar benefícios futuros ou potenciais para a entidade acima da perda normal que verifica periodicamente através da depreciação. Este item representa 21,54% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Como já enunciado em Nota Explicativa sobre o Balanço Patrimonial estamos em período de migração de Sistema de Controle Patrimonial visando aprimorar nossos controles e torna-los mais efetivos e eficientes. Nosso próximo passo será concluir processo de reavaliação de todos os bens móveis, num passo a passo que deve ser por lotes reavaliando todos os bens pertencentes a um grupo de contas, como regem as normas vigentes, entre as quais destacamos as NBCT 16.1 e 16.11.